



UFRJ

**UMA ANÁLISE DO AVANÇO DO PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO NO
CAMPO DA GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DO
FÓRUM ESTADUAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

DÉBORAH THIERS DE CARVALHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Addor

**Rio de Janeiro
Agosto/2018**

CIP - Catalogação na Publicação

TC331a Thiers de Carvalho, Déborah
Uma análise do avanço do Projeto Democrático Participativo no campo de garantia de direitos de crianças e adolescentes: o caso do Fórum Estadual de Direitos da criança e do adolescente do estado do Rio de Janeiro / Déborah Thiers de Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2018.
151 f.

Orientador: Felipe Addor.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2018.

1. Democracia participativa. 2. crianças e adolescentes. 3. Fórum de direitos. I. Addor, Felipe, orient. II. Título.

DÉBORAH THIERS DE CARVALHO

**UMA ANÁLISE DO AVANÇO DO PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO NO
CAMPO DA GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DO
FÓRUM ESTADUAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Exame final submetido ao Corpo Docente do Curso de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2018

Felipe Addor, Prof., Dr.
NIDES/UFRJ (Orientador- Presidente da Banca)

Leila Maria Torraca de Brito, Prof., Dr^a
UERJ/Instituto de Psicologia

Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale, Prof., Dr^a
CIESPI/PUC-Rio e UFF

Ricardo Ferreira de Mello, Prof. Dr.
NIDES/UFRJ

Eu dedico esse trabalho às crianças e adolescentes brasileiros marginalizados e excluídos pelo sistema social, político e econômico ao longo de toda história do Brasil.

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio mesmo com todas as minhas ausências impostas pela tarefa da construção desta dissertação.

Agradeço ao meu orientador Felipe Addor sempre presente e brilhante em seus apontamentos e direcionamentos, agradeço por todas as orientações, conversas e acolhimento, pela sua serenidade e humanidade.

Agradeço ao Fórum DCA-RJ por me permitir realizar o estudo de seu funcionamento. Agradeço aos companheiros e companheiras de luta por me conceder suas entrevistas e compartilhar comigo um pouco de sua história.

Agradeço a Deus por me permitir concluir mais uma etapa importante da minha vida e por todos que me apoiaram com a escuta, o abraço, a crítica, o debate, o olhar, a leitura atenta, a opinião, o tempo e atenção. Obrigada!

Sigamos!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

O Fórum Estadual de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (DCA-RJ) é um dispositivo da democracia participativa do estado do Rio de Janeiro nascido na década de 1990 e uma de suas áreas de atuação é no fortalecimento da participação política de crianças e adolescentes. O Fórum DCA-RJ se consolidou como importante espaço de debate popular, fomentando a participação da sociedade civil no Conselho Estadual de Defesa de Crianças e Adolescentes- CEDCA-RJ. Tanto no espaço do Fórum DCA-RJ como no espaço do CEDCA-RJ, existe a discussão sobre maneiras de incentivar o protagonismo infanto-juvenil, engajando esse público nas discussões e decisões. No entanto, tem-se percebido entraves para efetivar essa participação. Por isso, o presente estudo tem como objetivo geral fazer uma análise sobre a consolidação da democracia participativa através do estudo de caso do Fórum DCA-RJ focalizando na análise da participação infanto-juvenil, identificando os obstáculos e favorecimentos para essa participação. A metodologia utilizada é o estudo de Caso de Robert Yin e a sistematização de Oscar Jara Hollyday. A pesquisa é qualitativa e será realizada por meio de pesquisa de campo com a análise de 12 atas das assembleias extraordinárias entre os anos de 2016 e 2018 e utilização de entrevistas semi-estruturadas aplicadas à cinco participantes do Fórum DCA-RJ previamente selecionados tendo em vista sua trajetória histórica nesse espaço. Foram verificados alguns pontos relevantes por meio dessa pesquisa, referentes à dificuldade de participação de adolescentes e ausência de participação de crianças, tais quais: a linguagem formal e inacessível para a compreensão de adolescentes, a falta de recursos para o transporte e alimentação de adolescentes de cidades distantes, a falta de um método ou funcionamento que permita a participação de crianças, o imaginário de que adolescentes não podem assumir as rédeas pois ainda são incapazes, dentre outros. A contribuição do presente estudo tem a intenção de fomentar o fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil.

Palavras-chave: democracia; participação; protagonismo infanto-juvenil

ABSTRACT

The DCA-RJ Forum is a participatory democracy mechanism of the state of Rio de Janeiro born in the 1990s and one of its areas of action is in strengthening the political participation of children and adolescents. The DCA-RJ Forum consolidated itself as an important space for popular debate, encouraging the participation of civil society in the State Council for the Defense of Children and Adolescents - CEDCA-RJ. Both in the space of the DCA-RJ Forum and in the space of CEDCA-RJ there is a discussion on ways to encourage children and youth protagonism, engaging this audience in discussions and decisions. However, obstacles to make this participation effective have been perceived. Therefore, the present study has as general objective to make an analysis on the consolidation of participatory democracy through a case study of the DCA-RJ Forum focusing especially on the participation of children and youth. The methodology used is the case study of Robert Yin and the systematization method of Oscar Jara Holliday. The research is qualitative and will be performed through field research using the analysis of 12 minutes of extraordinary meetings between 2016 and 2018 and semi-structured interviews applied to five participants of the DCA-RJ Forum previously selected for their historical trajectory in this space. Some relevant points were verified through this research regarding the difficulty of participation of adolescents and absence of participation of children, such as: the formal and inaccessible language for the understanding of adolescents, the lack of resources for the transportation and feeding of adolescents of cities distant, the lack of a method or operation that allows the participation of children, the imaginary that adolescents can not take the reins because they are still incapable, among others. The contribution of the present study is to strengthen the protagonism of children and youth.

Keywords: democracy; participation; protagonism child-juvenile

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FÓRUM DCA-RJ – Fórum de Defesa de direitos da criança e do adolescente do estado do Rio de Janeiro

CEDCA-RJ – Conselho Estadual de Direitos da criança e do adolescente

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da criança e do adolescente

ECA- Estatuto da criança e do adolescente

CA- Criança e adolescente

JCA-RJ – Juventude Carioca em ação

MNMMR – Movimento Nacional de meninos e meninas de rua

CF- Constituição Federal

SUS- Sistema Único de Saúde

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Participação de Instituições

GRÁFICO 2- Participação de adolescentes

GRÁFICO 3- Participação de adolescentes “com a fala”

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
1.2 TRAJETÓRIA, ESCOLHA DO TEMA, HIPÓTESES E OBJETIVOS.....	3
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	9
1.4 DESENVOLVIMENTO DA DISSERTAÇÃO.....	14

CAPÍTULO 2

2. A PROPOSTA DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA NO BRASIL RECENTE... 16	16
2.1 O PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO NO BRASIL.....	16
2.1.1 A DEMOCRACIA.....	16
2.1.2 A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL.....	18
2.2 OS PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA E A HETEROGENEIDADE DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO.....	20
2.3 REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	22
2.4 A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	26

CAPÍTULO 3

3. UM RESGATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	27
3.1 ANOS 80: MOVIMENTOS SOCIAIS PELA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO.....	27
3.2 ANOS 90: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E O TERCEIRO SETOR.....	30
3.3 ANOS 2000-2017: PARTICIPAÇÃO PROTAGONISTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	32

CAPÍTULO 4

4. A EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DO FÓRUM ESTADUAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	37
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO 5

5. ANÁLISE DOS DADOS.....	51
5.1 REFLEXÃO SOBRE O FÓRUM ESTADUAL DCA-RJ.....	51
5.2 REFLEXÃO SOBRE AVANÇOS E OBSTÁCULOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	57

CAPÍTULO 6

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A- Micro-hipóteses.....	70
APÊNDICE B- Análise das atas.....	71
APÊNDICE C- Tabela de Sujeitos de Pesquisa.....	72
APÊNDICE D- Roteiro de Entrevista.....	73
APÊNDICE E- Íntegra das Entrevistas.....	74
ANEXO A- Regimento Interno.....	91
ANEXO B- Atas.....	96
ANEXO C- Ficha de Filiação.....	150

CAPÍTULO 1

1. Introdução

1.1 Breve contextualização

Antes de todo o aparato humano criado para se viver os modos de organização na civilização, dentre eles, os procedimentos democráticos, a marginalização da criança já existia. Nem sempre a criança foi tratada e nomeada como é hoje. É apenas em meados do século XX, com a Convenção Internacional de direitos da criança e do adolescente, que se estabelece proteção legal para luta pela garantia de direitos. (MOREIRA, SALUM e OLIVEIRA, 2016)

Com o advento dos governos democráticos no mundo no final da década de 80, a sociedade civil e militância política brasileiras buscaram estimular a discussão do tema e foi criado, pela primeira vez, um estatuto para regulamentar as redes de serviços para crianças e ainda garantir que as relações sociais se estabelecessem de tal forma que as crianças e adolescentes, principalmente aquelas marginalizadas, deixassem de ser tratados como frágeis passivos diante da vida e se tornassem sujeitos de direitos.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) assim como a Convenção Internacional de Direitos da Criança estabeleceram-se como marco para atuação e gestão dos serviços destinados para esse público. No Brasil recente, os temas mais problemáticos que continuam reforçando o lugar de exclusão da criança são aqueles relacionados às medidas adotadas para lidar com o adolescente ator de ato infracional, às crianças e adolescentes destituídos do poder familiar encaminhados ao acolhimento institucional, à “criança de rua”, à criança usuária de drogas, à criança com transtorno mental, à criança excluída pela diferença de gênero, raça, religião, ao abuso e à exploração sexual e ao trabalho infantil e sobretudo à violência intrafamiliar e à pobreza.

Grande parte destas crianças são vítimas de violência e todas essas questões rodeiam a constituição da vida da criança e a constituem como ator ou vítima. Cada ator social ou coletivo terá um discurso para enquadrar essa criança em uma categoria seja para exclusão seja para inclusão. (ARANTES, 2009)

Desde a sala de aula até à dinâmica familiar e comunitária, a criança se depara com situações de exclusão e violência cotidianas e muitos têm sido os estudos e movimentos que tentam combater às situações de injustiça impostas a ela. Nas redes sociais, recentemente, divulgou-se, por meio dos sites *hypeness* e *catraca livre*, dicionário feito por crianças que demonstram sua sabedoria intrínseca mostrando que conseguem dar respostas que adultos não tem capacidade de dar. A experiência, apresentada na coluna do

site **hypeness**, foi feita por um professor colombiano que passou 10 anos coletando definições de seus alunos (BARBOSA, 2013).

A menina Ana Maria de 12 anos definiu dinheiro como “coisa de interesse para os outros com a qual se faz amigos e, sem ela, se faz inimigos” (BARBOSA, 2013). Sara Martinez de 7 anos definiu a violência como a “parte ruim da paz” e Juan Camilo de 8 anos definiu a paz como “quando a pessoa se perdoa” (REDAÇÃO, 2013). A simplicidade e a ingenuidade da criança, nessa experiência, vem com tom de criatividade e originalidade, pois elas sabem exatamente como o mundo dos adultos se faz.

No Encontro Internacional de Infâncias realizado no final de 2016 no Peru, estiveram reunidas crianças de várias partes do mundo: Peru, Brasil, Índia, Equador, México, Colômbia, entre outros. Todas as mesas de discussão foram compostas e organizadas por crianças e adolescentes. O tema do Encontro foi “com ternura outro mundo é possível” (INFANT PERU, 2016).

No vídeo exibido no Youtube, apresentando o resumo do Encontro, aparece a fala de uma das adolescentes defendendo que “nosotros los niños e las niñas no somos vulnerables, somos sociedades confrontadoras que luchan día a día para salir adelante para hacer respetar sus derechos”¹. Diante disso é possível perceber que há um movimento de afirmação e ocupação de lugares e falas não mais somente pelos adultos que lutam pelos direitos das crianças mas pelas próprias crianças.

Ana Julia, de 16 anos, secundarista de uma escola da região Sul do Brasil, durante o movimento de ocupações das escolas em 2016, falou em seu discurso na Câmara de Deputados: “não estamos lá de brincadeira, nós sabemos pelo que lutamos, nossa única bandeira é a da educação, somos um movimento de estudantes pelos estudantes”. Ana Julia acrescenta ainda sobre o movimento estudantil de ocupação dizendo que essa experiência trouxe aos estudantes, diz ela “conhecimento muito maior sobre política e cidadania do que todo o tempo que estivemos sentados enfileirados em aulas padrões” (GRITO NA LUTA, 2016).

Em todo o Brasil, no ano de 2016, adolescentes se mobilizaram para “ocupar” a escola para se apropriar dela como sua, espaço historicamente atravessado pela violência e exclusão em que o autoritarismo cala a voz da criança e do adolescente. Assim, principalmente no Brasil, com as manifestações iniciadas em 2013, há uma efervescência de vontade de participação política por vários setores da sociedade, dentre eles, a infância e juventude.

1 <https://youtu.be/zo3nlH2J_wQ>.

No entanto, a vontade imensa de participação não encontra dispositivos de participação, embora a constituição cidadã de 1988 preveja espaços de fortalecimento do controle social como forma de garantir a soberania popular.

O controle social entendido como deliberação e decisão de conselhos e assembleias populares em diálogo com a sociedade política é fundamental para consolidar a democracia participativa. Muitos desses espaços que deveriam ser a força motriz da democracia se encontram burocratizados e dominados pelas elites políticas.

Os conselhos, fóruns e conferências são os principais espaços de participação popular na recente democracia brasileira, mas os fundamentos legais que sustentam a manutenção desses espaços são vagos e frágeis. Por isso, Dilma, a então presidenta do Brasil lançou o decreto 8.243 de 2014 instituindo a Política Nacional de Participação Social que consistia no estímulo a realização de conferências nacionais periódicas, fóruns interconselhos, ambiente virtual de participação e outros, mas o decreto foi sustado pelo Senado Federal (SIQUEIRA, 2014).

Tanto o SUS (Sistema Único de Saúde) como SUAS (Sistema Único de Assistência Social) nas respectivas legislações apresentam critérios e características sobre o funcionamento dos dispositivos de controle social, no entanto nem todos os setores apresentam um sistema único de funcionamento, ficando por conta da iniciativa da sociedade civil e do governo a decisão de fortalecer ou não os espaços de controle.

A regulação dos espaços de participação do movimento de Infância se faz pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas resoluções e portarias elaboradas pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Portanto, assim como os sistemas de Saúde e Assistência Social pode-se afirmar que a área da criança e do adolescente tem diretriz e organização para estimular a participação popular, inclusive a participação de crianças e adolescentes nos espaços de deliberação.

Embora as leis favoreçam a participação popular, esses espaços não têm sido amplamente ocupados e o presente trabalho irá analisar, através de uma experiência popular, justamente os entraves colocados para diminuir ou impedir a participação popular nos espaços de deliberação política.

1.2 Trajetória, escolha do tema, hipóteses e objetivos:

Minha escolha pela Psicologia aconteceu bem cedo, porque minha família e rede de relações sociais me proporcionaram a busca pelo “bem” do outro. A minha aposta na

Psicologia foi poder encontrar um lugar em que eu pudesse desempenhar o papel de facilitadora, acompanhante, terapeuta, referência ou uma breve companhia no barco de cada viajante que atravessasse o meu caminho.

A minha formação acadêmica consiste na graduação em Psicologia (2007- 2013) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ com formação em Bacharel e Licenciatura. Obtive supervisão especializada em Gestalt-Terapia nos atendimentos clínicos do Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ onde estagiei por mais de dois anos. Descobri nas abordagens fenomenológicas, especificamente na Gestalt-Terapia, e na Psicanálise duas vertentes teóricas importantes para a minha orientação clínica. Fiz a formação em Gestalt-Terapia no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ participando de supervisão de casos clínicos e grupo de estudos e, ainda, do curso de Atendimento infantil na abordagem gestáltica no Instituto de Gestalt-Terapia. Aprendi que é fundamental o cuidado com a relação terapêutica, pois uma vez que é iniciada torna-se o lugar em que o sujeito pode se haver com suas faltas e pensar em novas possibilidades de existência.

Em relação à experiência profissional, trabalhei como Acadêmica Bolsista da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) Maria Clara Machado e no Centro Municipal de Saúde (CMS) Madre Tereza de Calcutá, nos anos de 2010 e 2011, onde tive a oportunidade de aprender o que é acompanhamento terapêutico, gestão participativa e interdisciplinar, participar de fóruns de Saúde Mental, me aprofundar na história da Reforma Psiquiátrica e observar as práticas cotidianas que sustentam à busca de uma desinstitucionalização do sujeito com transtorno mental grave. Pude perceber a importância de conceitos como território e rede. Nessas duas instituições tive supervisão com orientação em Psicanálise e estive bem presente para mim casos de crianças e adolescentes autistas com pouquíssimos recursos para estabelecer relações. Me deparei com a angústia da clínica do autismo e percebi que um longo investimento do psicólogo poderia trazer pequenos, mas significativos avanços. Me deparei também com os novos dispositivos em saúde sendo implementados como o Programa de Saúde da Família e nos fóruns e reuniões com a comunidade pude perceber a vida pulsante do território no qual eu habitava.

Esses dois campos de estágio, no CAPSi e no CMS, foram essenciais para a minha formação. Tanto para a ambientação com o sistema de saúde pública do Rio de Janeiro, quanto para o meu contato com a Psicanálise enquanto orientação principal para o atendimento de casos graves no campo da saúde mental. Escrevi artigos referentes à minha experiência nesses estágios. Em um deles abordei o tema do acolhimento em saúde e porta de entrada no ambulatório de saúde mental infanto-juvenil e no outro discorri sobre a

reformulação do conceito de saúde e refiz o caminho na história sobre a Saúde Mental no Brasil. Nesse percurso, a minha passagem pela Saúde Mental me marcou especialmente tanto no que diz respeito à clínica quanto em relação às políticas públicas e é o que me impulsiona a continuar o trabalho que comecei, ainda na graduação, nos dispositivos de mobilização social que se estabelecem na cidade.

Particpei também do Projeto de Extensão, em 2012, do Programa Pró-adolescente no Instituto de Psicologia da UERJ, chamado Palco Acadêmico cuja a proposta consistia em elaborar, produzir e encenar peças teatrais, a fim de transmitir resultados de pesquisas realizadas na universidade. As peças eram apresentadas em cursos, seminários e outros eventos. Após cada apresentação era realizado debate, a fim de propiciar a troca de saberes e experiências com o público. A peça teatral da qual fiz parte tratava sobre guarda compartilhada e a visão dos filhos sobre o divórcio. A experiência no Pró-adolescente foi a primeira oportunidade onde pude conhecer sobre o campo de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Além disso, tive a inserção, por volta de dois anos, como voluntária de uma ONG que desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes abrigados chamado de Projeto Fazendo Minha História. Esse trabalho visava a estimulação da leitura e a construção de um álbum onde a criança e o adolescente poderiam contar e recontar sua própria história.

Após concluir a minha formação acadêmica ingressei no Projeto 123Alô! A voz da criança e do adolescente, em 2014 desenvolvido pelo Instituto Noos, uma organização não-governamental. O projeto promovia ações voltadas para a infância e juventude e trabalhava especialmente com prevenção de violências. Era financiado pela Petrobras, Embratel e sociedade civil. A equipe multidisciplinar, que compunha o projeto, era especializada no trabalho com crianças e adolescentes. O objetivo do projeto era criar um canal de comunicação para o público infanto-juvenil. O atendimento era feito às crianças, adolescentes e jovens via telefone, chat, e-mail e também promovidas oficinas de sensibilização sobre temas voltados para o público atendido. O serviço propunha o incentivo à resolução de conflitos de forma pacífica, salientando a importância do diálogo, do respeito às diferentes opiniões e às necessidades específicas de cada um. A coordenação do Projeto valorizava as articulações intersetoriais e a inserção nos espaços de participação como fóruns e conselhos municipais e estaduais a fim de promover o fortalecimento do trabalho em rede.

Nos anos de 2014 e 2015 participei de algumas reuniões extraordinárias do CMDCA-Rio (Conselho Municipal de direitos da criança e do adolescente do Rio de Janeiro), do Fórum DCA-Rio (Fórum municipal de direitos da criança e do adolescente), FEPETI-Rio

(Fórum Estadual para o programa de erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente do Rio de Janeiro), da Conferência Municipal de direitos da criança e do adolescente e outros eventos pontuais relacionados à infância.

Durante esse período percebi que ainda haviam muitas lacunas para o estabelecimento de uma democracia participativa fortalecida. Daí me surgiu a vontade de estudar mais de perto o funcionamento desses espaços para tentar evidenciar essas lacunas e de alguma forma pensar em maneiras de preenchê-las.

Nesse sentido, considero meu tema de estudo coerente com a proposta do Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, tendo em vista que um dos objetivos do NIDES é assessorar movimentos sociais e o poder público no intuito de construção de Políticas Públicas.

No mesmo ano em que ingressei no Mestrado profissional do NIDES, em 2016, fui convocada para trabalhar como servidora municipal na cidade de Mendes e alocada como psicóloga na Instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Minha inserção como equipe técnica no acolhimento foi importante para consolidar minhas reflexões sobre meu tema de pesquisa, visto que a participação de crianças e adolescentes nesse espaço institucional mantinha-se cerceada.

De acordo com a experiência que tive nos espaços dos Conselhos, Fóruns, seminários e outros entre 2014 e 2015, foi possível perceber que funcionam enfraquecidos como dispositivos de participação popular principalmente por falta de recursos materiais, financeiros e humanos. Tive a impressão que esses espaços realizavam diagnósticos do presente contexto da nossa cidade e junto dele os atores da rede expressavam muita indignação, cansaço e desesperança. É importante mencionar que nessa época eu não conhecia o espaço do Fórum estadual de direito da criança e do adolescente.

Algumas propostas, posturas e apontamentos foram marcantes e repetitivos durante o período que frequentei esses espaços de construção coletiva, são eles: proposta para elaboração de cartilhas e fluxogramas; organização de palestras de capacitação pontuais; promoção de discussões reflexivas no âmbito da gestão e não da comunidade. Os problemas apontados foram: a falta de conhecimento sobre as atribuições dos mecanismos de gestão democrática e participativa, o jogo de vaidades, a falta de centralidade no bem comum, a judicialização da vida, a dificuldade em atuar em rede, a omissão da universidade na luta pela garantia de direitos, a falta de verbas e entraves promovidos pelas lutas partidárias.

Em novembro de 2016, fiz uma visita ao fórum estadual de direitos da criança e do adolescente e percebi que os atores participantes, além de terem forte sintonia e

cumplicidade, tinham um discurso crítico diante de sua realidade. O espaço público Fórum DCA-RJ é um dos mais antigos e atuantes na história do estado do Rio de Janeiro. Também percebi tanto na fala dos adultos como na fala dos adolescentes uma vontade de fazer esses últimos participarem tomando as rédeas da gestão e ganhando conhecimentos relevantes para fazer política. Por isso, escolhi tornar o Fórum DCA-RJ espaço de análise e aprendizagem através da minha pesquisa.

No que se refere às hipóteses de pesquisa, segundo Deslandes e Minayo (2013), elas devem ser elaboradas a partir de várias fontes, como resultados de outras pesquisas. Mas ela aponta que as hipóteses precisam ser específicas de maneira a não se tornar amplas demais, devem também ter como base uma teoria que a sustente, ter conceitos claros e não se basear em valores morais. "A hipótese é também um diálogo que se estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada" (pag 43, DESLANDES e MINAYO, 2013).

Sendo assim, a principal hipótese colocada pelo presente estudo é de que *existem resistências que dificultam a garantia de expressão e opinião de crianças e adolescentes no espaços de tomada de decisão por conta da produção de um imaginário social que coloca esses atores no lugar de vulnerável, frágil e não capacitado para o exercício da participação*. Como operar a lógica entre ser sujeito de direitos e ao mesmo tempo também ser protegido como vulnerável? Existe um paradoxo entre o lugar de sujeito de direitos e de pessoa vulnerável, ao mesmo tempo que protege, é dado poder para participar e decidir.

Esse imaginário é resultado do enfrentamento às violações de direitos sofridas por crianças ao longo da história que teve como consequência a associação do caráter de proteção à fragilidade. Sobre a constituição do espaço de participação do Fórum DCA-RJ, a hipótese é a de que ele é um lugar com grande potencial para a ampliação das ações da sociedade civil.

Sobre a justificativa, o motivo de ordem teórica seria para preencher uma lacuna no campo da análise da democracia participativa brasileira e ainda no que diz respeito à garantia de direitos de crianças e adolescentes. A escassez de estudos nessa área é confirmada pelos poucos resultados encontrados na busca por dissertações e teses em bibliotecas virtuais USP, UERJ e periódicos no Portal Capes com a pesquisa "infância, juventude, participação política". De um total de 288 artigos encontrados em pesquisa realizada na biblioteca virtual da USP, apenas 8 artigos se referiam à participação de crianças e adolescentes. A pesquisa no Portal Capes apresentaram resultados semelhantes e a UERJ não apresentou nenhum trabalho como resultado. Tendo em vista a importância

social do problema, a confirmação de poucos estudos nesta área me estimulou a desenvolver o tema.

O motivo de ordem prática, ético e política da pesquisa se relaciona com a intenção de potencializar os espaços de participação à medida que através do estudo será possível analisar quais são os avanços e obstáculos para a participação popular e, especialmente, a participação de crianças e adolescentes no espaço do Fórum DCA-RJ. Ainda justificando o trabalho, o motivo de ordem pessoal relacionado a minha trajetória diz respeito à minha atuação junto à crianças e adolescentes.

Em relação à experiência profissional e acadêmica, sempre tive oportunidade e motivação em participar de projetos relacionados à infância e juventude e nos estágios que fiz, principalmente no Programa Pró-adolescente da UERJ coordenado pela professora Leila Maria Torraca e no CAPSI e ambulatório de saúde mental na prefeitura do Rio de Janeiro, é que conheci a política e a discussão sobre direitos das crianças e adolescentes.

Anhuci e Suguihiro, (2011) em seu artigo “O Conselho Municipal dos Direitos da Criança enquanto espaço público e a superação da cultura política antidemocrática: limites e possibilidades”, falam sobre a importância da participação popular nos Conselhos de Direitos:

“A discussão sobre o papel dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente passa a ser necessária na medida em que a Constituição Federal de 1988 estabelece uma nova relação entre Estado e sociedade civil. A atualidade do debate se justifica diante da necessidade de uma gestão pública que vem exigindo uma nova postura, não só dos governantes, mas, principalmente, dos governados. Neste aspecto, o papel a ser desempenhado pelos conselhos tem a possibilidade de contribuir para a democratização da gestão de políticas públicas, haja vista que são espaços fundamentais para o exercício da participação e do controle social, com a responsabilidade de formular e fiscalizar as mais diversas políticas públicas de caráter plural e de interesse coletivo.”(Anhuci e Suguihiro, 2011, p.71)

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é *desenvolver uma análise sobre a qualidade da participação de crianças e adolescentes no espaço do Fórum Estadual de direitos da criança e do adolescente do estado do Rio de Janeiro e realizar análise do próprio espaço do Fórum DCA-RJ a fim de entender seus procedimentos institucionais.*

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- > fazer revisão bibliográfica sobre o contexto de ampliação dos espaços democráticos participativos no Brasil desde a constituição de 1988;
- > resgatar a trajetória dos movimentos sociais de luta pela defesa de direitos de crianças e adolescentes a partir do contexto de redemocratização;

> analisar a participação no Fórum Estadual de Direitos da Criança e Adolescente-RJ buscando compreender seu funcionamento;

> discorrer, a partir da revisão bibliográfica, das visitas aos fóruns e das entrevistas aos sujeitos de pesquisa, sobre as potencialidades e os obstáculos para uma participação efetiva de crianças e adolescentes na construção das políticas públicas;

>e, por fim, buscar compreender as potencialidades do espaço democrático participativo Fórum DCA-RJ

As questões que orientam a presente discussão são: O Brasil, em sua agenda de ampliação da participação popular fortalecida desde a Constituição de 1988, conseguiu consolidar uma participação efetiva das crianças e adolescentes nos espaços de tomada de decisão sobre as políticas públicas para esse grupo? Em caso positivo, quais foram as principais ferramentas consolidadas? Em caso negativo, quais foram os principais equívocos e obstáculos para a consecução desse objetivo?

No que se refere ao Fórum DCA-RJ, as questões principais para nortear a discussão são: o Fórum tem sido um espaço de participação para crianças e adolescentes e, além disso, ele tem cumprido seu papel de espaço de luta e reivindicação pelo direito da criança e adolescente utilizando ferramentas da democracia participativa?

1.3 Metodologia da pesquisa

No que se refere à metodologia da pesquisa bibliográfica que compõe a primeira parte do presente estudo, o levantamento de informações foi feito de variadas formas. Sobre a definição do quadro teórico, é importante manter uma unidade lógica e coerente na abordagem escolhida e o objetivo principal da base teórica é o diálogo entre a teoria e o problema a ser investigado. O trabalho não é a revisão bibliográfica, mas a partir da revisão construir discurso próprio sobre o problema abordado (MINAYO e DESLANDES, 2013).

Na fase de pesquisa bibliográfica, os dados foram colhidos a partir de artigos e livros disponíveis na web, utilizando ferramentas como os websites: google acadêmico e Scielo. Também foram importantes as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas do mestrado do Nides/UFRJ principalmente em duas delas: Metodologias de Pesquisa Participativa e Participação na Gestão Pública. Os encontros promovidos entre universidades tanto em palestras como nas aulas ministradas por professores convidados trouxeram informações e reflexões pertinentes para a elaboração teórica.

As reflexões promovidas pela disciplina “Teorias contemporâneas- Estado, territorialidade e nação” do programa de pós-graduação de Ciências Sociais da UFRRJ onde participei como ouvinte foram válidas. E, ainda, minha inserção no Fórum Estadual-DCARJ

desde novembro de 2016, nas manifestações de rua e outras ações identificadas com a luta pela consolidação da democracia participativa me impulsionaram também a escrever de maneira crítica diante da realidade que se apresentava.

Além disso, é impossível descartar a influência das mídias de notícias e de outras informações relevantes para este estudo como vídeos no Youtube e utilização de sites como Catraca livre. Na parte de contextualização introdutória, percebe-se como essas fontes foram importantes para perceber a presença das crianças e adolescentes como sujeitos atores.

Em relação à metodologia da pesquisa de campo, tive como referência as orientações de Minayo e Deslandes (2013) e Ferreira e Moura (2005) para descrever o caminho escolhido. Para descrição da metodologia, Minayo e Deslandes (2013) sugerem definir o tipo de pesquisa, justificar o **critério de seleção do campo** de observação e justificar o critério de escolha dos sujeitos de pesquisa. É preciso fazer a descrição de **técnicas e instrumentos** detalhadamente. Serão utilizadas duas técnicas: a sistematização de Oscar Jara(2012) e estudo de caso de Robert Yin(2001). Também é necessário escolher um **procedimento de análise** (organização e categorização) dos dados.

A estratégia do estudo de caso é apropriada para questões “como” e “porque”, por isso sua tarefa inicial é clarificar precisamente à natureza das questões do seu estudo a este respeito. Também nesta abordagem é preciso manter contínua interação entre as questões teóricas que estão sendo estudadas e os dados que estão sendo coletados.

Existem 3 princípios de coleta de dados no estudo de Caso: utilização de várias fontes de evidência e não apenas uma, criação de banco de dados e manutenção de encadeamento entre as evidências(Yin, 2001, pag 106)

A pesquisa de campo qualitativa foi feita a partir da análise de 12 atas de assembléias do Fórum DCA-RJ e a partir dos dados coletados por meio de entrevista semi-estruturada realizada com 5 participantes adultos do Fórum DCA-RJ. A escolha do grupo analisado se deu pela temática da luta pela garantia de direitos de crianças e adolescentes e por ser um coletivo muito atuante e comprometido em estimular a participação política de crianças e adolescentes. Pelo fato de ser um Fórum totalmente composto pela sociedade civil traz mais autonomia nas discussões e definição de pautas. Não há a burocratização com que eu já havia me deparado nos conselhos DCA.

Os sujeitos de pesquisa que compõem o Fórum são profissionais que trabalham e militam desde a década de 80 pelo direito e defesa da criança e adolescente. Eles representam instituições tradicionais, privadas, públicas ou filantrópicas do Estado do Rio de Janeiro como a Pastoral do menor, ONG Contato, Centro de direitos humanos de Nova

Iguaçu, Centros de defesa e outros. Além deles, participam do Fórum adolescentes atendidos pelos serviços dessas instituições.

As autorizações para divulgação dos dados das entrevistas foram concedidas pelos sujeitos de pesquisa por gravação de áudio. Os adolescentes não foram inseridos como sujeitos de pesquisa por conta da limitação de tempo de realização da pesquisa e por questões de ética em pesquisa que demandaria procedimentos demorados tendo em vista à necessidade do acesso aos responsáveis dos adolescentes.

O método de coleta de dados foi feito através de gravação de áudio de 5 reuniões do Fórum de novembro de 2016 a janeiro de 2018. Nesse período há um total de 15 atas produzidas, no entanto foi possível acessar somente 12 atas. Foram feitas entrevistas individuais com alguns componentes do Fórum através de um roteiro de entrevista semi-estruturada (APÊNDICE D). As perguntas da entrevista foram elaboradas a partir de temas principais formulados na reflexão teórica feita na primeira parte da dissertação. Foram elaboradas micro-hipóteses (APÊNDICE A) a partir da observação do campo e da revisão bibliográfica para auxiliar na formulação das perguntas da entrevista semi-estruturada.

As micro-hipóteses foram elaboradas a partir da análise das atas e observação das reuniões do Fórum DCA-RJ. Elas foram pensadas em torno dos eixos de participação de crianças e adolescentes, procedimentos do Fórum, promoção de transformação social e articulação em rede. A partir desses eixos foram elaboradas perguntas. Destas foram selecionadas algumas para a entrevista.

	MICRO-HIPÓTESE 1	MICRO-HIPÓTESE 2	MICRO-HIPÓTESE 3	MICRO-HIPÓTESE 4
PERGUNT A 1	É possível descrever algum procedimento apresentado pelo fórum?	O que tem impedido que os adolescentes ocupem o espaço do fórum?	Aponte os principais motivos da fragilização da política pública para CA?	De que forma a articulação da rede pode garantir a efetivação da política pública para CA?
PERGUNT A 2	Essa falta de clareza provoca incômodo ou mobiliza o grupo?	O que tem favorecido que os adolescentes ocupem o espaço do fórum?	Aponte os principais caminhos para efetivação da política pública para CA?	Quais são os obstáculos para a articulação da rede?
PERGUNT A 3	Existe alguma fala ou tentativa de esclarecer esses procedimentos?	Quais são as reações dos adolescentes diante da expressão desta vontade?	O Fórum é um dos caminhos para a efetivação da política pública para CA?	Quais são os viabilizadores para a articulação efetiva da rede?
PERGUNT A 4	Se a resposta da pergunta anterior é sim, então o que se faz com essas falas ou tentativas?	É viável a ocupação deste espaço pelos adolescentes ou é necessário criar outro?	Qual é o papel do Fórum para o fortalecimento da política pública para CA?	O Fórum pode contribuir para que a articulação da rede opere?
MICRO-HIPÓTESE 1: Não existem mecanismos/procedimentos claros de atuação e intervenção do Fórum DCA-RJ em sua realidade				
MICRO-HIPÓTESE 2: Existe a vontade de que os adolescentes ocupem o espaço do Fórum DCA-RJ				

MICRO-HIPÓTESE 3: A política pública para crianças e adolescentes tem se mostrado insuficiente e frágil				
MICRO-HIPÓTESE 4: Há o apontamento da importância da articulação da rede de garantia de direitos para fazer valer a política, no entanto há dificuldade para que essa articulação se efetive				

A micro-hipótese 1 “Não existem mecanismos/procedimentos claros de atuação e intervenção do Fórum DCA-RJ em sua realidade” foi elaborada a partir da observação nas reuniões/assembleias. Os discursos e intervenções estavam voltados para o campo da descrição e problematização e não tanto para a ação, pois segundo o meu ponto de vista não havia clareza quanto aos procedimentos de atuação. As perguntas referentes a essa micro-hipótese tiveram o objetivo de confirmá-la.

A micro-hipótese 2 “Existe a vontade de que os adolescentes ocupem o espaço do Fórum DCARJ” também foi pensada a partir da observação e escuta das falas dos integrantes desse dispositivo. Tanto os integrantes adultos quanto os adolescentes desempenhavam um esforço no sentido de promover a inclusão de adolescentes nas discussões e formulações de propostas. No entanto, notava-se que existiam entraves para essa participação nas manifestações de fala por vezes decepcionada pelo esvaziamento de adolescentes quanto na expressão enfática de que esse dispositivo não poderia ser tomado por um sentido com a ausência dos protagonistas. As perguntas referentes a essa micro-hipótese tiveram o objetivo de fazer refletir sobre a viabilidade dessa vontade.

A micro-hipótese 3 “A política pública para crianças e adolescentes tem se mostrado insuficiente e frágil” foi construída a partir da observação da participação expressiva de Organizações Não-Governamentais, representantes da sociedade civil, nas reuniões/assembleias do Fórum DCA-RJ indicando que os principais articuladores dos serviços voltados para crianças e adolescentes não são os entes públicos. As perguntas relacionadas a essa micro-hipótese buscam apontar reflexões acerca do papel do Fórum DCA-RJ para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

A micro-hipótese 4 “Há o apontamento da importância da articulação da rede de garantia de direitos para fazer valer a política, no entanto há dificuldade para que essa articulação se efetive” foi posta mediante inúmeras discussões levantadas em reuniões/assembleias do Fórum DCA-RJ. As perguntas relacionadas a essa micro-hipótese tiveram o propósito de esclarecer de que maneiras a articulação da rede poderia ser melhor operada e sobre o papel do Fórum DCA-RJ nessa articulação.

Não houveram respostas para todas as perguntas elaboradas, tendo em vista que o quadro das micro-hipóteses teve como objetivo principal auxiliar na seleção das perguntas para o roteiro de entrevista. Sendo assim, o critério para a seleção das perguntas para o

roteiro de entrevista foi o alinhamento com o objetivo geral e hipótese central do presente trabalho.

A sistematização foi o recurso metodológico utilizado para a análise dos dados colhidos no estudo de campo do presente estudo. De acordo com Jara (2012), a formulação do plano de sistematização se faz em ²cinco tempos e a partir destes irei descrever a seguir meu plano de sistematização para o presente estudo. O objetivo da sistematização é organizar as informações colhidas no campo, esclarecer os principais temas e situações levantadas que possam dialogar com a parte teórica da dissertação e trazer conhecimento relevante da experiência específica analisada.

O objeto sistematizado é o próprio Fórum Estadual de direitos da criança e do adolescente e as relações estabelecidas a partir dele. O Fórum é composto por um grupo de atores da sociedade civil com a missão de fortalecer a luta de base a fim de intervir junto ao poder público para atender às principais demandas da criança e do adolescente no Estado do Rio de Janeiro.

Foram colhidas informações das reuniões mensais do Fórum, entrevistas individuais e as memórias de atas, pautas e outros documentos oficiais como o regimento interno. As reuniões do Fórum ocorreram em diferentes lugares do Estado do Rio de Janeiro tendo em vista um dos valores do Fórum que é contemplar as demandas sociais que se apresentam em todo o Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa com sistematização aconteceu entre novembro de 2016 e abril de 2018.

Segundo Jara (2012), o eixo da sistematização é a coluna vertebral que comunica o pesquisador com a experiência a partir de uma ótica específica e os aspectos centrais que compõem o eixo da sistematização precisam ser esclarecidos.

Os aspectos centrais do presente estudo estão relacionados à análise do espaço participativo "Fórum" e à análise da qualidade da participação de crianças e adolescentes neste fórum. Os indicadores para medir a qualidade de participação foram a presença e participação com a fala de crianças e adolescentes nas assembleias do Fórum DCA-RJ, o modo de eleição da representação deles a partir da instituição em que atuam, se o que falam é levado em consideração, se têm tempo para debater somente entre eles, se assumem a coordenação nas discussões. Durante a análise foi possível perceber algumas ferramentas consolidadas para que a participação ocorra e também obstáculos para que ela não ocorra.

² Os cinco tempos de Jara são os seguintes: descrever a experiência; formular um plano de sistematização; recuperação do processo vivido; reflexões de fundo e; os pontos de chegada.(JARA, 2012)

"O eixo de sistematização deve ser coerente tanto com o objetivo quanto com o objeto a ser sistematizado. O eixo tem um sentido fundamentalmente prático, deve ser um facilitador do processo de sistematização e evitar perder-se na multidão de elementos da experiência que, mesmo estando presentes, não são tão relevantes para essa sistematização que se quer realizar."(pag 197, JARA, 2012)

Na fase de recuperação do processo vivido, é preciso retomar de maneira mais descritiva possível os passos seguidos na sistematização através de duas tarefas: a reconstrução da história da experiência e a colocação em ordem e classificação da informação. Jara (2012) recomenda que a reconstrução histórica seja feita a partir dos aspectos que se relacionam com o eixo de sistematização. O mais importante desta fase é alcançar uma "visão geral da experiência como processo, como uma trajetória realizada e vivida."(pag 205, JARA, 2012)

Na discussão da trajetória do processo, Jara propõe uma interpretação crítica em que a experiência poderá dialogar com seus protagonistas. Aqui seria a fase da devolutiva para o grupo do Fórum em que eu apresentaria para eles toda a trajetória da minha pesquisa e conclusões acerca da interpretação dos dados, assim abriria espaço para refletir e problematizar a vivência experienciada.

1.4 Desenvolvimento da dissertação

No presente estudo, realizei pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo sobre democracia participativa no campo de direitos de crianças e adolescentes. A primeira parte é teórica e aborda a história recente da democracia brasileira e como ela se relaciona com os projetos políticos em disputa a partir de teóricos contemporâneos da democracia.

Ainda na primeira parte, busquei analisar a trajetória da democracia no campo da Infância e Juventude e os principais movimentos sociais de infância e eventos históricos acontecidos a partir da década de 80 tendo como referência de análise os projetos políticos em disputa -neoliberal, participativo e autoritário- segundo a concepção de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). O projeto político democrático-participativo é o que orienta o desenvolvimento da pesquisa embora muitas vezes ele coexista com os outros projetos.

Na segunda parte, foi feita pesquisa de campo onde abordei o tema da participação de crianças e adolescentes nos espaços públicos de discussão percebendo as dificuldades e avanços para inclusão do público infanto-juvenil na problematização e formulação das leis e, ainda, como a garantia de direito à participação está relacionada com a construção da cidadania desses sujeitos. O trabalho está dividido em 6 capítulos sendo o capítulo I, a introdução, os capítulos II e III destinados ao levantamento bibliográfico e os capítulos IV e V

para tratar do estudo de caso e análise dos dados e resultados e o capítulo VI para a conclusão.

No segundo capítulo, a discussão teórica buscou o diálogo entre os diferentes autores da democracia contemporânea. Trouxe ênfase ainda nesse capítulo para o tema da participação, dos projetos políticos em disputa e da sociedade civil. Na segunda parte do segundo capítulo, busquei analisar a constituição da democracia no campo da garantia de direito da criança e do adolescente e os entraves postos pelo contexto político brasileiro.

No terceiro capítulo, manteve-se a discussão sobre o tema do direito da Infância e Juventude e os movimentos sociais relacionados ao Fórum Estadual de direitos da criança e adolescente do Estado do Rio de Janeiro. No quarto e quinto capítulos o foco esteve voltado para o campo prático e onde apresentei os dados da pesquisa qualitativa composta de entrevistas e registro de reuniões. Também foi feita a discussão dos resultados dos dados e informações colhidas.

No sexto capítulo, foram feitas as considerações finais em que expressei minhas observações diante dos dilemas vividos pela democracia brasileira no campo da garantia de direitos da infância e adolescência

2. A proposta democrática participativa no Brasil recente

Os principais teóricos da democracia que fundamentam a elaboração do presente capítulo serão Bobbio, Avritzer, Gohn e Olvera, Panfichi e Dagnino. Destes, Gohn e Avritzer são referenciados para fundamentar a discussão sobre a democracia brasileira. Para análise crítica do contexto democrático brasileiro, alguns conceitos são ressaltados como a heterogeneidade da sociedade civil e projetos políticos em disputa mediante a perspectiva de Olvera, Panfichi e Dagnino.

A democracia brasileira sustenta-se a partir das instituições executivas, legislativas e judiciárias, por isso, neste capítulo, também buscou-se fazer revisão das leis implementadas para garantia de participação de crianças e adolescentes nos espaços de deliberação política.

2.1 O projeto democrático participativo no Brasil

2.1.1 A democracia

As origens do conceito democracia remontam há séculos e não é objetivo do presente estudo a análise desta trajetória histórica, mas sim a atenção ao contexto político recente em que a democracia brasileira busca se consolidar.

Bobbio (2015) afirma que a democracia existente hoje é, na verdade, um conjunto de procedimentos elaborados e aceitos por meio do consenso da maioria. Em seu livro "O futuro da democracia em defesa das regras do jogo", Bobbio (2015) aborda a democracia demonstrando que ela pode ser vista sob vários ângulos, que ela não está parada, se movimenta e se transforma assim como várias palavras e conceitos no jogo filosófico, político e social que é a vida civilizada.

A democracia foi o resultado de uma série de investimentos para a manutenção da segurança da humanidade, primeiro o Estado absolutista e depois as revoluções liberais. Na Europa da Idade Média, as guerras religiosas entre protestantes e católicos ocasionaram na ideia do absolutismo: a personificação do absoluto soberano foi a solução para o caos.

A anarquia generalizada levou a duelos, violências e assassinatos, e a pluralização da Ecclesia Saneta foi um fermento para a depravação de tudo o que antes era coeso: famílias, estamentos, países e povos. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, um problema que não podia ser resolvido pelos meios da ordem tradicional tornava-se cada vez mais virulento: a época impunha a necessidade de encontrar uma solução em meio a igrejas intolerantes, que travavam duros

combates e se perseguiram cruelmente, e em meio a frações estamentais ligada pela religião. Uma solução que contornasse, apaziguasse ou abafasse a luta? Como era possível restabelecer a paz? Na maior parte do continente, o Estado absolutista encontrou a resposta e constituiu-se a partir do que, de fato, era: uma resposta específica à guerra civil religiosa (KOSELECK, pag 21, 1999).

No entanto, o Estado absolutista cometeu excessos contra o povo, que, com o advento da modernidade, se insurgiu tornando-se o único soberano por meio das revoluções liberais pela Europa (KOSELECK, 1999). A democracia veio como uma tentativa de concretizar a soberania popular.

Parece que não tem sido uma tentativa fácil diante de toda história que veio adiante: derrotados os absolutismos, erguem-se as revoluções francesa, inglesa, norte-americana, economia de mercado liberal, industrialização, primeira guerra mundial, segunda guerra mundial e enfim as democracias, algumas consolidadas outras não, e um relativo equilíbrio internacional.

No Brasil, após o regime ditatorial de Estado Novo (1930-1945), chefiado por Getúlio Vargas, houve tentativa de consolidação de democracia com a promulgação da constituição de 1946 em que se fortalecia características de um Estado democrático, como o sistema político partidário e voto secreto e universal para maiores de 18 anos. No entanto, com o advento do segundo golpe militar em 1964, novamente a democracia se enfraquece e precisa retomar fôlego na década de 80 com o período conhecido como redemocratização.

A construção democrática no Brasil é um processo no qual estiveram envolvidos múltiplos atores sociais. Desde o final dos anos 70 do século XX, a concepção de democracia foi objeto de disputa de significados e de práticas sociais. Da pluralidade de associações e organizações civis que surgiram neste contexto histórico, coube ao chamado “campo movimentalista” o papel de pressionar o debate para ampliação da participação, com uma base legal que articulasse o sistema representativo com espaços de participação da sociedade civil na gestão pública (DAGNINO, 1994).

Assim, um conjunto de atores sociais articulados por uma concepção de política e de interesse público, referenciados em visões e concepções de mundo disputam o novo regime em construção, em favor de uma “democracia para além da visão procedimental mínima - a liberal-representativa - defendendo o que foi chamado de projeto democrático-participativo”. (SOUZA in INESC, 2011, p.9)

2.1.2 A participação popular no Brasil

É certo que os movimentos sociais não passaram a existir depois do fim da ditadura militar de 1964 (GOHN, 2010). A discussão sobre a garantia de direitos sociais e políticos no Brasil passou a existir com a criação do Estado democrático. Os movimentos anti-imperialistas brasileiros são os precursores do movimento social recente no Brasil. Não é o objetivo deste trabalho recuperar toda a história brasileira referente aos movimentos sociais. Na verdade, vou me ater à análise do movimento social pré-ditadura de 64 e pós-constituição de 88 e mais especificamente no que tange ao nascimento da democracia participativa em contexto de fortalecimento de movimentos sociais como efeito da Constituição de 88 e de governos democráticos de esquerda.

É fundamental entender alguns contextos da história do Brasil principalmente no período estudado e no que diz respeito a movimentos sociais e democracia para dar base sólida ao presente estudo. Os conceitos relacionados ao tema abordado precisam ser analisados não de maneira isolada, mas como dado dependente de sua produção histórica.

No final do séc. XIX e início do séc. XX, a expansão do capitalismo provocou importantes transformações em todo o mundo. No Brasil, esse fenômeno é responsável pela abolição da escravatura e a proclamação da República. Por toda a parte, ocorrem reajustes sociais que forçam a adaptação, transformando as antigas formas de convívio social.

Assim, em várias regiões do mundo eclodem movimentos de resistência às mudanças por parte de sociedades onde o sistema de dominação não tinha assumido ainda um caráter claramente capitalista. No Brasil, estas rebeliões primitivas são representadas, principalmente, pela Guerra de Canudos e Contestado na gestão republicana no início do século XX. Nos anos de reivindicação dos abolicionistas no final do século XIX, a condição para transformar uma sociedade escravocrata em uma sociedade pautada na igualdade jurídica e social era no mínimo a realização de reforma agrária e de outras reformas estruturais. No entanto, após a abolição da escravatura, a estrutura societária continuou a mesma. Os donos de terra continuaram sendo os donos de terra, e povo continuou a ser massacrado pela pobreza.

As rebeliões surgem em função das alterações provocadas pelo capitalismo que desestabiliza as antigas formas de organização e dominação sociais. Elas nascem como um protesto contra a opressão e a miséria, mas um protesto sem projetos claros ou definidos. Quase sempre, as aspirações dos rebeldes primitivos se mesclam à profunda religiosidade. Todavia, esses movimentos não tinham força suficiente para evitar o isolamento e, conseqüentemente, rumaram ao fracasso ante as forças repressivas dos poderes constituídos.

Com o advento da República e a constituição de 1891, o governo passou a exercer seu poder através de um governo representativo eleito por voto direto. No entanto, o voto universal era masculino excluindo do processo democrático mulheres, menores de 21 anos, analfabetos, mendigos, padres e soldados. Assim, a participação popular só foi efetivada de fato com a promulgação da constituição cidadã de 1988 no período pós-ditadura militar.(KOSHIBA e PEREIRA, 1984)

No período da ditadura iniciado em 1964, os movimentos sociais foram fortemente reprimidos. A principal reivindicação era pela democracia representativa, o direito ao voto. Na década de 80, com o fim da ditadura e a abertura para a constituinte, consolidaram-se os direitos fundamentais e soberania popular (GOHN, 1997). A democracia representativa tão aclamada se consolidou.

Nas décadas de 80 e 90, houve forte mobilização enraizada nos movimentos de conselhos populares e participação comunitária. Os movimentos eram de base popular, espontâneos nas Associações comunitárias de moradores, de saúde, de defesa da criança etc.

Com a vitória da esquerda brasileira nas eleições presidenciais em 2002, iniciou-se o processo de intenso estímulo à participação popular nos espaços públicos. As iniciativas populares e comunitárias, anteriormente desvinculadas do setor governamental, foram incorporadas ao governo através da institucionalização dos espaços públicos. Os conselhos e espaços antes dirigidos pela base comunitária se transformaram em conselhos gestores setoriais, não somente composto pela sociedade civil, mas um “canal ou arena” da relação entre sociedade política e civil (GOHN, 2009).

Em torno da participação social nas conferências nacionais, assistiu-se, nesse período, a uma situação inédita, pois nunca os segmentos organizados da sociedade haviam demonstrado tanto dinamismo nas mais diferentes áreas de políticas públicas. Entre 2003 e 2006 foram realizadas 43 conferências – 38 nacionais e cinco internacionais -, que mobilizaram mais de dois milhões de pessoas da sociedade civil e do poder público, nas esferas municipal, estadual e nacional. É importante notar que, do conjunto de conferências realizadas no período 2003-2006, 15 conferências foram realizadas pela primeira vez. (SILVA, 2009)

O voto se tornou insuficiente para a participação cidadã, então tanto o governo como os movimentos sociais buscaram construir um caminho para a promoção da participação, mas a história mostrou que as atuações expressaram-se desordenadamente, já que o caminho para a participação efetiva continuou inviabilizado. E o voto tem sido o passaporte para a tomada do poder pelas elites visto que as campanhas eleitorais bem-sucedidas

necessitam de investimentos milionários e o maior número de coligações partidárias (AVRITZER, 2016).

O discurso do povo e o que perpassa o imaginário popular é que os políticos eleitos não representam mais a base popular. Também não há tradição de se votar nulo. Embora os votos nulos e em branco tenham crescido vertiginosamente desde as manifestações de 2013 (AVRITZER, 2016).

A nova classe média, que pedia o fim da ditadura, é a mesma que impulsiona as mobilizações participativas pós-constituente. Os movimentos de base (MST, pastorais, sindicatos) já tinham seus espaços constituídos e com o advento dos conselhos, conferências, fóruns segmentados por setores, esses movimentos de base que antes ocupavam esses espaços passaram a dar lugar para a nova classe média em sua maior parte representantes de ONGs e terceiro setor (AVRITZER, 2016).

2.2 Os projetos políticos em disputa e a heterogeneidade da sociedade civil

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), existem, nas democracias da América Latina, diferentes projetos em disputa, no Estado e na sociedade civil, o que revela a heterogeneidade de ambos. Os projetos em disputa são o neoliberal, o democrático-participativo e o autoritário.

A construção da democracia não se refere aqui à consolidação da democracia eleitoral, mas a seu aprofundamento e ampliação para novas esferas da vida pública e, portanto, à extensão mesma do conceito de política e de cidadania. Por isso, nossa preocupação central é a compreensão crítica da forma, do ritmo e dos resultados entre os dois principais projetos políticos que marcam a América Latina hoje: o neoliberal e o democrático-participativo que tem como pano de fundo a herança cultural e institucional autoritária que marcou a história da maioria dos nossos países e que permanece, renovada. É nossa convicção que o potencial de desenvolvimento democrático na América Latina depende do tipo de projeto democrático participativo, que pode impulsionar a inovação democrática e o confronto, tanto teórico como prático, da democracia elitista dominante, e enfrentar as questões, sempre pendentes, da transformação social (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, pág.7, 2006)

O instrumento analítico de projetos políticos em disputa proposto pelos autores Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) desvela os elementos históricos que contribuem ou impedem a consolidação de uma democracia de fato participativa. Nesse sentido, entender as origens e mecanismos de funcionamento de cada projeto político é fundamental para compreender as contradições políticas e sociais causadas principalmente pela coexistência de projetos políticos com discurso homogêneo porém diferentes.

A Heterogeneidade da sociedade civil, segundo os autores, se revela nas diferenças dos atores sociais, em relação a formas de ação, projetos políticos, assim como as formas variadas de relação com o Estado. O Estado também é heterogêneo, devido às suas transformações e coexistências de instituições com princípios organizacionais distintos. “É necessário entender o fenômeno da heterogeneidade do Estado na América Latina como um processo histórico e como uma condição que compõe o cenário em que trava a disputa pela construção democrática” (DAGNINO, p.19)

Muitas vezes, dentro de uma mesma iniciativa os três projetos coexistem. O autoritário tem características bem claras referidas à hierarquização e disputa de poder, mas os outros dois adotam linguagem comum. O projeto neoliberal toma emprestado os conceitos de cidadania, solidariedade, redução da pobreza para obscurecer as diferenças fundamentais que tem em relação ao projeto democrático-participativo.

O Terceiro Setor se configurou como instrumento do projeto neoliberal. É responsável em elaborar políticas sociais emergenciais retirando o papel do Estado de executar as políticas sociais. Assim, as ONG's e empresas cada vez mais assumem o papel de provedor das necessidades sociais quando na verdade essa é atribuição governamental num Estado democrático de direitos. As instituições que compõem o Terceiro Setor estão imbuídas do projeto neoliberal. O objetivo do Terceiro Setor é ser cooperativo com o Estado e minimizar os espaços de conflito (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006).

Sobre o projeto neoliberal, ele se apropriou da idéia de Estado como mal e a sociedade civil incorporou o bem. Essa dicotomia, que reforça a homogeneidade tanto do Estado como da sociedade civil, tem atrapalhado os avanços na medida em que há um distanciamento entre sociedade civil e Estado. O projeto neoliberal realiza atuações para o atendimento de públicos específicos e se apoia nos atos emergenciais sem o comprometimento de criar condições para o acesso popular a direitos políticos e sociais. Já a proposta democrática participativa defende que os espaços públicos de tomada de decisão devem ser ocupados pelo poder popular, por isso é necessário melhorar a qualidade de participação das pessoas nos espaços públicos.

A democracia participativa consolidada seria instrumento para ampliação da compreensão sobre política, mediante participação cidadã, junto às deliberações nos espaços públicos. No entanto, o projeto hegemônico se funda na democracia eleitoral que por sua vez não admite o conflito social, limita o conceito de política à luta pelo poder, relacionado à obtenção de representação.

A *confluência perversa* é a tensão conceitual criada no campo de disputa entre dois projetos políticos: o neoliberal e o democratizante. Os dois projetos são antagônicos, mas

apresentam o discurso comum de participação e construção de cidadania. A linguagem comum reduz as diferenças entre as duas perspectivas (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). O projeto neoliberal retira o direito do campo do direito social e o transforma em benefício assistencial (ADDOR, 2012).

Os estudos de transição democrática se apoiaram no elitismo democrático (procedimentalista) e não na prática dos atores sociais, reforçaram a dualidade existente entre sociedade civil e o Estado com o advento da democracia representativa (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006). As lutas contra os regimes ditatoriais na América Latina fortaleceram a idéia de uma democracia representativa eleitoral. Os atores, antes comprometidos com a igualdade de direitos e participação, com a chegada das ditaduras, mudaram de objetivo e cultura. Em oposição às ditaduras, houve uma naturalização do modelo representativo como princípio fundamental da democracia (ADDOR, 2012).

Existe a “necessidade de repensar as relações entre Estado e a sociedade como eixo articulador da reflexão sobre a democracia” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006) tendo em vista que a sociedade civil tem papel importante na construção da democracia, considerando a tensão constante posta pela disputa entre projetos políticos.

2.3 Regulamentação jurídica dos espaços de participação popular

O aumento da possibilidade de intervenção no campo político para criação de políticas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes iniciou-se com a mobilização internacional que criou a Convenção internacional para direitos da criança e adolescentes e com a mobilização social do período de redemocratização brasileira. Assim, só é possível falar sobre participação popular na política em qualquer setor societário nesse período, década de 70 e 80.

Com o aprofundamento da democracia foram se criando novos espaços de participação, não só as de base comunitária mas uma participação que promove diálogo entre os setores privado e público originando o público não-estatal. A essa nova participação Gohn (2009) chama de participação cidadã. Por meio da participação cidadã é possível redefinir as prioridades da política pública mediante o debate público. “A participação passa a ser concebida como intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2009, p. 58).

Sendo assim, as demandas sociais se apresentavam graves e pediam soluções urgentes, portanto a nova estrutura de participação social veio para fortalecer a luta pela garantia de direitos sociais e políticos. Gohn(2009) afirma que a participação passou a ser incluída no arcabouço jurídico institucional com a criação de estruturas de representação e

participação como os conselhos, fóruns e comissões de diversos tipos. Essa nova estrutura política se consolidou como uma nova cultura política inaugurando uma nova relação entre Estado e sociedade.

Nesta seção, comento sobre trechos das legislações e documentos que fortalecem e estimulam a participação de crianças e adolescentes nos espaços de expressão de opinião, ainda que a elas ainda não seja dado direito de voto ou preenchimento dos lugares de representação.

Todas as leis, decretos e comissões instaurados a partir da constituição de 1988 relacionadas à política para Infância, inclusive a constituição federal, têm por objetivo a proteção integral da criança e qualificação do atendimento pelos serviços de saúde, educação e assistência social e jurídica.

O Estatuto da criança e adolescente (ECA) é a lei fundamental destinada à proteção de CA no Brasil. Ele foi elaborado para atender as demandas do menino de rua, da criança negligenciada educacionalmente, da menina explorada sexualmente, da criança trabalhando, do adolescente infrator, do menino vítima de tortura, dentre outros exemplos de violações. O ECA teve um caráter de garantia de proteção fundamental para diminuir a violência contra CA, mas não avançou no que diz respeito à participação política de CA (LOPES, 2016).

A Proteção Integral, de que trata o Estatuto, se organiza em torno de três fundamentos ou princípios básicos, sem os quais não existe tal Proteção Integral: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são prioridades absolutas. É condição para esta Proteção Integral que estes três princípios venham juntos e nunca separados, não se devendo opor, por exemplo, “proteção especial” e “responsabilização”, no caso do adolescente autor de ato infracional, bem como não se devendo opor “sujeito de direitos” e “pessoa em condição peculiar de desenvolvimento”, particularmente em situações de vulnerabilidade, quando, mais do que nunca, estes princípios devem vir juntos. (ARANTES, 2008, pag. 5)

Diante disso, menciono alguns trechos do estatuto e de outros documentos referentes à participação. Participar da vida política, na forma da lei é uma das formas de crianças e adolescentes exercerem o direito à liberdade segundo o que está descrito no artigo 16 do ECA. No artigo 53 do ECA, é garantido à crianças e adolescentes, no campo da educação e trabalho, o direito de participação e organização em entidades estudantis e contestar critérios avaliativos recorrendo à instâncias escolares superiores (FEDERAL, 1990).

No artigo 88, dentre as diretrizes da política de atendimento, está a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais. Outra diretriz descrita no mesmo artigo é a manutenção dos fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos de direitos.

Vale dizer que o uso do termo “política de atendimento” para definir os conselhos é no mínimo curioso, visto que a função dos conselhos, segundo a constituição federal não é atender o público, mas ser feito pelo público. Por isso, é preciso esclarecer que o uso do termo “atendimento” encontra lugar na lei porque existia a necessidade urgente de criação de serviços de atendimento às demandas infanto-juvenis na política do país e que portanto a legislação citada é a primeira que se propõe a definir os fluxos de atendimento. Além disso, no artigo 89, é esclarecido que a função de conselheiro é de interesse público relevante e não será remunerada.

O Estatuto da criança e do adolescente trata basicamente de garantir os direitos, principalmente no campo da educação e da saúde, e regulamenta sistematicamente o funcionamento das instituições de medida sócio-educativa e de acolhimento que fazem parte da secretaria de assistência social. Além disso, a lei institui a criação dos conselhos tutelares, órgãos de proteção de criança e adolescente e descreve com riqueza de detalhes as atribuições das instituições jurídicas na tarefa de garantir direitos e punir os violadores de direitos. No texto do estatuto, a palavra participação é mencionada poucas vezes e quando mencionada não é aprofundada em sua descrição.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os artigos relacionados aos direitos das CA (crianças e adolescentes) têm a intenção de assegurar a inclusão e acolhimento adequados no campo da educação, saúde, convivência familiar e trabalho. No entanto, não há menção à participação ou protagonismo de CA, nem sobre espaços públicos democráticos de construção de políticas públicas para eles mesmos.

O ECA foi feito para aprofundar os artigos relacionados a CA descritos na Constituição Federal (CF), mas parece não ter dado conta da questão da participação no projeto político democrático que está se constituindo (BRASIL, 2015). Foram criados decretos-lei e algumas leis na década de 90 e nos anos 2000 a partir da discussão sobre a necessidade de elaboração de política de proteção integral para CA. O decreto-lei número 2848, de 7 de dezembro de 1940, institui o código penal relacionado a crimes contra crianças e adolescentes. A lei número 8242, de 12 de outubro de 1991, cria o Conselho Nacional de direitos da CA (CONANDA).

As outras leis estão relacionadas ao campo jurídico como a lei de investigação da paternidade, direito da família, obrigatoriedade de registro de denúncia sobre tráfico sexual e tráfico de CA, adoção, alienação parental, criação do sistema nacional de atendimento socioeducativo, etc. Não há nenhuma lei ou decreto, nesse período, relacionada ao fomento da participação na gestão pública.

A criação do CONANDA teve por objetivo fazer valer o que está prescrito no ECA e sua função principal é elaborar a política nacional de atendimento do direito de CA e zelar pela garantia desse atendimento pelas instituições mencionadas no ECA.

Ainda em 1990, foi instituída pelas Nações Unidas internacionalmente a Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente e dispõe sobre o direito a cuidados e assistência especiais da criança tendo como base a declaração de direitos humanos. A convenção dispõe de maneira mais clara e profunda sobre o direito à participação e expressão da criança. Alguns artigos em que este fato pode ser percebido estão nas citações a seguir:

ARTIGO 12. 1) Os Estados-Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

ARTIGO 13. 1) A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

ARTIGO 14. 1) Os Estados-Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença.

ARTIGO 15. 1) Os Estados-Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas. 2) Não serão impostas restrições ao exercício desses direitos, a não ser as estabelecidas em conformidade com a lei e que sejam necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou pública, da ordem pública, da proteção à saúde e à moral públicas ou da proteção aos direitos e liberdades dos demais. (BRASIL, 2015, p. 84 e 85)

Por fim, existem duas resoluções que fomentam diretamente a participação de crianças e adolescentes nos dispositivos políticos, são as resoluções 159 e 191 instituídas pelo CONANDA. A resolução 159 de 4 de setembro de 2013 dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos direitos de crianças e adolescentes e a resolução e a resolução 191 de 7 de junho de 2017 que dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

2.4 A constituição de espaços públicos de participação popular

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação popular no processo decisório assim como algumas leis federais derivadas dela. O Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e outras instâncias como secretarias estaduais e nacionais têm autonomia para regular a forma de controle social. Os conselhos, fóruns e conferências são os principais espaços públicos de diálogo entre sociedade civil e Estado. Cada um desses espaços podem ser criados para implementar as políticas em âmbitos nacional, estadual e municipal, podem ser deliberativos ou consultivos e dão possibilidade de participação a um determinado grupo social como usuários do SUS ou SUAS, crianças, idosos e outros.

Os conselhos municipais, estaduais e nacionais são paritários governo/sociedade civil. Todos os conselheiros têm direito à voto e existe um fundo destinado aos conselhos. Devem-se criar comissões/GT nos conselhos para mobilizar os devidos encaminhamentos. Cada conselho tem um regimento interno. Geralmente as reuniões acontecem mensalmente.

Os fóruns são espaços de intensa participação popular sem a obrigatoriedade de participação de entes governamentais. É um momento importante de organização da sociedade civil na seleção do temas de pautas a serem reivindicados nas reuniões dos conselhos. Os Fóruns geralmente estão vinculados a um conselho, pois essencialmente o fórum não tem poder decisório, apenas reúne os atores da sociedade para discussão e problematização das demandas sociais e políticas. Geralmente acontece uma vez no mês. É independente, não é deliberativo e tem um regimento interno.

As conferências também são espaços importantes de estabelecimento de planos de atuação em todos os níveis com a participação paritária de sociedade e governo. As diretrizes para convocação e funcionamento das conferências se faz setorialmente. A lei 8.142 do SUS institui os procedimentos das conferências de saúde. A Lei Orgânica da Assistência Social confere ao conselho nacional de assistência social a função de convocar as conferências de assistência social a cada quatro anos. E no que diz respeito à infância e adolescência, o Conselho Nacional de direito da criança e adolescente é o responsável e convocar a conferência DCA e traçar as suas diretrizes de funcionamento.

3. Um resgate dos movimentos sociais de luta pelos direitos da criança e adolescente

O objetivo deste capítulo é buscar fazer revisão bibliográfica a fim de analisar a trajetória dos movimentos sociais voltados para garantia de direitos de crianças e adolescentes. A análise da trajetória é feita cronologicamente a partir do contexto de redemocratização na década de 1980, passando pela institucionalização da participação nos espaços deliberativos e fortalecimento do terceiro setor na década de 90, até o contexto atual de esclarecimento e fortalecimento da demanda por participação protagonista de crianças e adolescentes.

3.1 Anos 80: Movimentos sociais pela infância e adolescência no contexto de redemocratização

O início dos anos 80 é marcado pela criação de forte aparato jurídico-institucional para a defesa de direitos de crianças e adolescentes. Antes, as instituições religiosas tomavam a frente e realizavam o trabalho referente à caridade e o acolhimento de crianças e adolescentes “sem família” ou “de rua” e a regulamentação legal era o Código do Menor estabelecida desde 1927. (MELO, 2005)

Ao longo dos séculos passados por conta de toda uma herança deixada pelo fim da escravidão, desde a instituição da lei do ventre livre, o contexto criado gerou a impossibilidade de que mães cuidassem de seus filhos e a primeira solução para a mortalidade infantil foi a *roda dos enjeitados*. A igreja, na figura da Santa Casa de Misericórdia, assumiu a responsabilidade pelas crianças abandonadas que, por serem colocadas na *roda*, não tinham sua origem conhecida. ‘Roda’ era o dispositivo cilíndrico no qual eram enjeitadas as crianças e que rodava do exterior para o interior da casa de recolhimento. Com o advento da *roda*, o abandono aumentou. (CABRAL e SOUSA, 2004)

Com o regime escravocrata, os escravos e seus filhos eram tutelados por seus donos, que ofereciam abrigo e comida em troca de trabalho. Com a libertação dos escravos não havia um sistema social que pudesse absorver as pessoas que viveram no lugar de “escravos” a vida toda. Não era possível que do dia para a noite eles pudessem ser absorvidos por um mercado de trabalho, porque não existia mercado de trabalho e assim as famílias simplesmente ocuparam as ruas e os cortiços.

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel”.(FERNANDES, 1978)

Portanto, no sistema escravocrata havia uma demarcação clara no tratamento ofertado às crianças de diferentes níveis sociais. As rejeitadas e abandonadas eram acolhidas pelas casas religiosas, as de famílias tinham seus pais para tutelá-las e as escravas tinham seus donos que as tutelavam. Após o fim da escravidão, não havia estrutura social que pudesse sustentar essas famílias e assim se tornaram marginalizadas.

As instituições jurídicas desta época, a fim de limpar as ruas, propuseram o encarceramento do menor para sua regeneração e prevenção quanto à possibilidade de delinquência. A noção de infância de que deveria ser protegida ainda não existia nesta ocasião.

Desta forma, o que se encontrava em jogo na assistência à infância no Brasil, ao longo de quase todo o século XX, não era a noção científica (ou supostamente científica) de criança e nem mesmo o seu correlato jurídico menor de idade, mas a constituição de uma dupla infância ou de um duplo estatuto de menoridade (a criança e o menor) - forjados em relações de exploração e violência existentes na sociedade, mas sempre em nome de sua proteção. (ARANTES, 2008, pag. 5)

Até o ano de 1927 com a regulamentação do Código de Menores, as decisões acerca do “menor abandonado” e da criança em geral eram do juiz da comarca e da família. Com o advento da constituição federal de 1988 e o processo de democratização do estado, os movimentos sociais para defesa da infância foram estimulados e assim, por conta do contexto de violência, pobreza, desigualdade social, as crianças e adolescentes se tornaram alvo de alguns desses movimentos. Só para ter uma ideia do lugar de vulnerabilidade deste público, o mapa da violência comprova que as taxas de homicídio contra CA cresceram 346% entre 1980 e 2010 vitimando 176.044 crianças ao longo desse período. A maior parte das organizações não governamentais surgiram nesta época. Em torno de 63% das ONGs surgidas nesta época tinham seus serviços voltados para o público infanto-juvenil. Dentre elas, as principais atuantes no Rio de Janeiro foram a São Martinho e o Movimento Nacional de meninos e meninas de rua.

Datam deste período o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, o Movimento em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fórum Nacional

Permanente de Entidades Não-governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e, finalmente, ao final da década, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente como a grande conquista desses movimentos. (MONTEIRO, 2000, p. 11)

De acordo com o estudo de Monteiro, que traz as falas de educadores e profissionais militantes da década de 80, “o período de 88 até 93 é bastante violento e a Chacina da Candelária é um marco da diferença entre a violência que existe hoje, que não é pouca, e a violência que existia antes, que era muito grande” (MONTEIRO, 2000, p. 154).

O educador social, Bezerra apud Monteiro (2000), afirma que existiam vários tipos de crianças: aquelas ditas abandonadas que eram retiradas de suas famílias por serem pobres; as consideradas menores infratores que fugiam da violência familiar e se refugiavam na rua; e ainda aquelas não marginalizadas, incluídas socialmente com direitos básicos garantidos. Por isso, é preciso esclarecer que a criança e adolescente a que se refere a luta dos movimentos sociais é aquela marginalizada e vitimizada pelo sistema político, econômico e social.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura econômica e sociopolítica de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vividas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir de base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. O movimento gera uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 1997, p. 251 a 252)

Assim, podemos considerar que, a partir da problemática apresentada por uma sociedade que não consegue garantir direitos básicos a crianças e adolescentes, começam

a surgir movimentos sociais que tentam provocar uma mudança e por sua vez criam identidade coletiva mediante laços de solidariedade produzidos pela causa comum da luta.

Os movimentos sociais pela defesa de direitos da infância e juventude começaram a estimular forte mobilização nacional por conta da instituição da assembléia constituinte, principalmente na década de 80. Nos anos de 1987 e 1988, foram realizadas audiências públicas e reuniões para coletar as emendas populares que redigiram os artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Desde o início, o processo de construção da Constituição Federal se consolidou como participativo tendo respaldo em seu regimento interno.

Na ocasião, as entidades não governamentais da sociedade civil se ergueram e ganharam visibilidade em todo território nacional. Dentre elas, o Movimento Meninos de Rua e a Pastoral do Menor foram entidades precursoras. Foi um processo longo de coleta de muitas demandas da população relacionadas à inclusão da criança e do adolescente no campo da assistência social e do direito. Do desdobramento dos artigos feitos para a constituinte foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Melo (2005) ressalta que, nesse momento, a sociedade civil assumiu a responsabilidade pelos serviços através da atuação do CONANDA (Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes), o que retirou do estado a responsabilidade principal pelo atendimento das demandas.

A política de atendimento à crianças e adolescentes foi descrita na lei. No entanto, não havia equipamentos sócio-assistenciais de serviços públicos suficientes para atender as expectativas desta política. Assim, atores sociais continuaram a fazer mobilizações com recursos e espaços próprios particulares, com a ajuda de apoio internacional e por meio do CONANDA que disponibilizava recursos do Fundo para sustentar as iniciativas desses atores sociais. É nesse cenário que os atores particulares representados por instituições filantrópicas ou não filantrópicas se constituem como terceiro setor nascente.

3.2 Anos 90: Institucionalização da participação e o Terceiro Setor

Nesse período, houve grande mobilização e a criação do ECA em 1990. Três marcos importantes da década de 90: o ECA; a ECO-92³, onde houve a projeção de várias ONGs que ganharam visibilidade e o movimento social passou a ficar fragmentado em setores: mulheres, crianças, negros etc; e um último fato marcante é a chacina da Candelária em 93. (MONTEIRO, 2000)

³ A ECO-92 foi um evento mundial realizado no Rio de Janeiro com a presença de lideranças internacionais para discussão de temas caros ao meio ambiente. Foi um evento marcante, pois popularizou temas ligados à ecologia e sustentabilidade e abriu espaço para que entidades da sociedade civil participassem mais das negociações entre governos.

Após a ECO-92, muitas ONGs sem a experiência de militância apareceram com interesse de mercado e o movimento social perdeu em parte sua credibilidade. Não existia política de governo voltada para área da infância e juventude, assim artistas e jogadores de futebol iniciavam projetos sem o mínimo de capacitação na área.

A chacina da Candelária, acontecida em 1993, marcou uma mudança drástica na atuação das ONGs de militância interventivas. O trabalho de abordagem de rua realizado com os meninos e meninas de rua diminuiu vertiginosamente, por conta do aumento da violência policial e ameaças aos educadores e ainda pelos precários recursos de financiamento por órgãos estrangeiros e empresas privadas. Nesse período, o trabalho das ongs se burocratizou e embora tenham se alavancado a criação de órgãos de proteção como Conselho Tutelar e os abrigos, o trabalho com a população mais vulnerabilizada, os meninos de rua, estava deixado de lado.(MONTEIRO, 2000)

A Chacina da Candelária, percebida de diferentes formas pelos vários entrevistados, é um corte na possibilidade de construção efetiva de uma metodologia de trabalho mais conseqüente com as crianças e adolescentes em situação de rua. Em 1993, o ECA já estava aprovado e fazia um certo eco na sociedade; em 1992, as ongs ganharam visibilidade na sociedade, quer dizer, no momento em que esses vários atores que vinham desenvolvendo ações com crianças e adolescentes nas ruas nas condições mais adversas começam a poder respirar rumo à construção de uma metodologia de trabalho, as experiências desenvolvidas no espaço da rua são abortadas. A Chacina não é o motivo, mas é um entre os vários motivos existentes no período que leva à desarticulação das organizações que vinham se articulando no Movimento e a partir dela o perfil do trabalho desenvolvido se transforma substancialmente. (Monteiro, 2000, p. 164)

Segundo a fala de um militante do estudo de Monteiro, a década de 80, do ponto de vista político, foi muito fértil com o fortalecimento dos movimentos comunitários de base e abertura para a democracia (espaços de controle social). No entanto, na década de 90, com o aumento dos sub-empregos e empobrecimento da população, o movimento de luta por direitos foi se enfraquecendo, isto é, as pessoas não conseguiam ocupar os espaços inaugurados pela década de 80. Os espaços vazios passaram a ser ocupados por representantes da elite que não tinham familiaridade com a luta popular.

Assim, pode-se constatar que não é pelo fato de criar o novo espaço de participação que este espaço de fato será ocupado pela voz das ruas, ou pela demanda essencialmente do público infanto-juvenil. Os novos espaços, por mais que preconizem a construção

paritária entre as sociedades política e civil, arriscam-se a se transformar em meros espaços de discussão vazia e pouco interventiva no cotidiano ou produtores de intervenção que interessa somente às camadas do poder. Por isso, faz-se necessário que os sujeitos de direitos ocupem seus assentos.

Como operar a lógica entre ser sujeito de direitos e ao mesmo tempo também ser protegido como vulnerável? A trajetória de luta pela construção de políticas públicas para a infância e adolescência é marcada pelo levante da bandeira de proteção de crianças e adolescentes historicamente violados em seus direitos. Essa luta se torna mais convincente e forte no final do século XX no Brasil com o fortalecimento dos movimentos de base e com a democracia participativa.

Com o advento do ECA, outra bandeira se levanta: que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e assim como podem ser responsabilizados por seus atos infracionais também podem ocupar cadeiras em comissões executivas. No entanto, a convivência dessas duas bandeiras não tem sido tarefa fácil para o mundo adulto.

Este é o desafio posto para todos nós: o de entendermos o caráter ético, jurídico, político e social do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que esta Lei assegura à criança e ao adolescente a condição de sujeito de direitos sem abolir a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Não se trata, evidentemente, de infantilizar as crianças e os adolescentes e de reduzi-los à condição de objeto que por tanto tempo lhes foi imposta, numa retomada do chamado “menorismo”, mas apenas de assegurar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos, pessoa em desenvolvimento e prioridade absoluta. (ARANTES, 2008, pag. 5)

3.3 Anos 2000-2016: Participação protagonista de crianças e adolescentes

Neste trecho irei elencar algumas iniciativas iniciadas a partir dos anos 2000 para exemplificar o movimento de tentativa de fazer “sujeitos de direitos” crianças e adolescentes. Tanto na bibliografia como no discurso dos atores sociais, o sujeito de direitos se traduz como protagonista no processo político. Em outras palavras, o projeto democrático-participativo no campo da infância e adolescência é aquele em que esses sujeitos de fato possam ocupar seus lugares de protagonistas. Assim, um projeto não comprometido com essa proposta não pode ser chamado de democrático-participativo, eu usaria chamá-lo de projeto autoritário. Pode se caracterizar também como projeto neoliberal, pois fortalece a cidadania como consumo e caridade e não como protagonismo, de acordo com a definição de projetos políticos em disputa de Dagnino, Olvera e Panfichi(2006).

O protagonismo, nesse sentido, refere-se ao lugar de ação e decisão e não somente de proteção. Por isso, trarei para a discussão alguns eventos importantes que marcaram a luta por esse lugar de protagonismo. Na maior parte das vezes, essa luta não se fez e não iniciou-se por crianças e adolescentes, pois estas ainda estão no processo de entendimento de seu lugar como protagonista e embora seja o lugar delas, essa nova perspectiva do projeto democrático participativo faz parte de uma nascente cultura política e precisa ser ensinada e aprendida na relação cotidiana entre adultos, crianças e adolescentes.

No cenário internacional, pode ser destacado o Encontro Internacional de Infâncias, ocorrido entre 10 e 12 de outubro de 2016, em Lima, no Peru, com participação de crianças e adolescentes de organizações e movimentos de diversos países.

A ONG Fundação Xuxa Meneghel, com forte tradição na formação em incidência política de crianças e adolescentes, esteve presente no Encontro com representações de seus projetos. Rebeca Cassiano, 11 anos, do Projeto +Criança, e Vitória Luiza, 16 anos, do Projeto Adolescentes Lideranças foram eleitas para representar o Brasil e lá puderam falar sobre suas vivências nas ações de participação infantojuvenil.

O encontro promoveu práticas vivenciais para melhorar e fortalecer as relações entre adultos, crianças e adolescente por meio do diálogo. O tema do encontro foi “Com ternura, outro mundo é possível” e a ideia foi criar um espaço de liberdade e oportunidade para a expressão da ternura da criança e assim comprovar que diferentes formas de expressão são importantes no exercício da participação. Crianças e adolescentes de Índia, México, Chile, Brasil, Colômbia e do próprio Peru estavam lá com suas representações e os educadores chamados de agentes de transformação.

Os dias do encontro foram compostos por momentos de partilha entre os participantes e também as oficinas: artes, músicas e danças. Rebeca Cassiano e Vitória Luiza, acompanhadas pela Coordenadora do Programa de Redes e Incidência Política da Fundação, Ana Paula Rodrigues, tiveram seus momentos de fala para explicarem um pouco do que fazem em seus projetos. Vitória conta:

“Foram várias histórias que valeram muito a pena. Assim que a gente chegou, já deu pra perceber como as crianças eram empoderadas e que adulto só tinha vez quando a gente acabava de falar. Mas assim, depois de tudo que a gente vive deu pra ver como o Brasil tem dificuldades diante dos outros países, porque aqui as crianças e os adolescentes não tem liberdade de fala. A gente tem muito que trabalhar para isso mudar ainda e eu vejo hoje o quanto eu evolui com tudo que vivi. E vou continuar buscando ter mais vez e voz!”

No cenário nacional, houve alguns eventos que valem ser destacados nesse período: o fenômeno da ocupação das escolas por secundaristas; o fórum JCA-RJ; a participação nas conferências DCA; participação nos diversos espaços para formação em incidência política por meio das ONGs; viabilização dos grêmios estudantis. Em seguida, apresenta cada um desses fenômenos.

Essa década, assim como a anterior, foi marcada pela tentativa de consolidar a democracia participativa a fim de fortalecer o diálogo entre sociedade civil e política. E foi estimulada a ocupação dos novos espaços de participação tanto por militantes adultos como pelas crianças e adolescentes. Os espaços de maior participação infanto-juvenil foram as conferências municipais, estaduais e nacionais que, por terem organização clara, promoveram a possibilidade do exercício de participação por crianças e adolescentes não ambientados com o espaço da fala e da participação.

As conferências municipais tem a tradição de convocar pré-conferências em que é possível a discussão dos temas antes do início oficial da conferência. Assim, as pré-conferências acontecem localmente e mais adolescentes têm a oportunidade de participação. Nas conferências municipais são eleitos delegados crianças e adolescentes para representação nas conferências estaduais e nacionais. Os adolescentes geralmente participam com uma fala breve na mesa de abertura e no encerramento. No entanto, às crianças não é dado, ainda, suficientes espaços de participação e fala.

No que diz respeito às ocupações das escolas, os estudantes juntamente com alguns professores interromperam as aulas e transformaram o espaço da escola em território transitável em que puderam pensar na estrutura, gestão e método da instituição juntamente com direção e corpo docente.

A ocupação iniciou em São Paulo, em 2015, como um protesto pela modificação na estrutura nos ciclos de formação e depois o movimento contagiou escolas de outros estados em 2016. No Rio de Janeiro, a decisão pela ocupação se deu em vista do atraso no salário dos professores. Em São Paulo, houve possibilidade de diálogo com os gestores e o governo paulista suspendeu a reorganização do ciclo depois de 60 dias de ocupação e mais de 200 colégios ocupados.(OSHIMA e MORRONE, 2017)

As pautas levantadas pelas escolas ocupadas no território nacional foram pela retirada da MP 746 (que trata da reforma do ensino médio) e da PEC 241 (do teto dos gastos). Os adolescentes de escolas do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, mobilizaram as ocupações com o lema “Ocupar e resistir”.

Outra iniciativa do público infanto-juvenil é Fórum Juventude Carioca em Ação (JCA) no Rio de Janeiro. Ele se originou do próprio Fórum DCA-RJ como uma iniciativa de

adolescentes e jovens que compunham os projetos sociais de ONGs participantes do Fórum. O Fórum JCA está em fase de consolidação e o objetivo dele é ser um espaço exclusivo do público infanto-juvenil onde eles possam levantar suas próprias pautas e demandas. Também se consolidou como espaço de formação política e fortalecimento de laços comunitários.(FXM, 2016)

Os adolescentes participantes do Fórum JCA e outros espaços estão inseridos em projetos sociais de ONGs que têm como orientação pedagógica realizar a formação em incidência política dos grupos que atende. Dessa forma, a expressão “incidência política” está presente na literatura e no discurso como uma importante ferramenta da democracia participativa.

A incidência política são os esforços da cidadania organizada para influir na formulação e implementação das políticas e programas públicos, através da persuasão e da pressão diante de autoridades estatais, organismos financeiros internacionais e outras instituições de poder. São as atividades dirigidas a obter acesso e influência sobre as pessoas que tem poder de decisão em assuntos de importância para um grupo em particular e para a sociedade em geral.

A incidência política é uma ferramenta para a participação real da cidadania na tomada de decisões do governo ou em outras instâncias de poder. É uma das vias, junto com os processos eleitorais, cabildos abertos, comissões especiais entre outros, através das quais diferentes setores da sociedade civil podem avançar em suas agendas e obter impacto nas políticas públicas, participando de forma democrática e sistemática na tomada de decisões sobre assuntos que afetam sua vida (WOLA, 2002, p. 6-7).

Também houveram mobilizações para implementação de grêmios nas escolas com a criação de diversas cartilhas, impulsionadas pela governos de esquerda incentivadores da participação. Posso citar a experiência da Coordenadoria Municipal de Juventude de Mesquita (COMJUV), estado do Rio de Janeiro, que elaborou em 2013 cartilha para formação de grêmio livre estudantil com o apoio da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

A cartilha tem como objetivo a conscientização de estudantes da rede municipal de ensino sobre a importância de se organizarem para reivindicar seus direitos e estimular a participação de todos na construção de uma escola de fato democrática. O conteúdo da cartilha explica aos estudantes como organizar um grêmio estudantil, trazendo modelos de atas e ainda o Estatuto do Grêmio Livre. (Prefeitura de Mesquita, 2013)

Portanto, a luta pela ocupação do lugar de sujeitos de direitos tem sido feita. A cada dia crianças e adolescentes tem despertado para o desejo de construir junto e participar da vida política. Os adultos militantes pela garantia de proteção de crianças e adolescentes tem

aberto o caminho para que crianças e adolescentes possam falar e opinar. É importante ressaltar que os coletivos de crianças e adolescentes fortalecem a luta pela autonomia e protagonismo, por isso precisam ser estimulados e apoiados.

4. A experiência participativa do Fórum Estadual de direitos de crianças e adolescentes do estado do Rio de Janeiro

Neste capítulo, exponho a trajetória histórica de formação do Fórum DCA a partir de levantamento de dados secundários, depoimentos dos participantes do Fórum DCA e observação das assembleias. Além disso, buscou-se realizar descrição do espaço do fórum e dos principais procedimentos democráticos utilizados.

As reuniões aconteceram em locais variados do estado do Rio de Janeiro, pois, como dito anteriormente, o fórum é itinerante. Foi possível o meu comparecimento em cinco assembleias, em que fiz registro de áudio e anotações. Nas assembleias que não participei, tive a oportunidade de acessar os registros de atas da comissão executiva do fórum. Nesta seção, serão descritas as informações colhidas nas entrevistas e reuniões do fórum entre os meses de novembro de 2016 e janeiro de 2018. Além disso, utilizarei o regimento interno do Fórum DCA-RJ para descrever a sua composição e estrutura.

Os entrevistados são participantes ativos pela causa da criança e do adolescente desde a composição do Fórum DCA-RJ na década de 90. Alguns deles vieram da militância das Pastorais sociais da Igreja Católica e outros a partir dos olhares da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e da psicologia social. Todos eles partem de uma identificação com luta pela garantia de direitos de crianças e adolescentes e por isso desenvolvem voluntariamente há mais de 20 anos o trabalho de incidência política no espaço do Fórum e/ou outros espaços.

As pastorais sociais que me deram um contexto, quando eu tinha 14 anos eu comecei a ser formada pelos padres revolucionários, eu tinha que fazer uma escolha entre os opressores e oprimidos, foi quando eu comecei a luta pelos oprimidos. (Entrevistado E)

Eu sou pedagoga e minha especialização sempre caminhou para filosofia. Eu comecei com crianças em situação de rua, eu só consigo perceber o meu trabalho como uma efetiva mudança social se eu conseguir discutir ele num debate maior de proposição de política. Se eu não conseguir discutir na proposição de política, a minha experiência se fecha e morre dentro da experiência. (Entrevistado D)

Eu comecei a militar na área de direitos humanos em 1987. Mas eu fui militar no sistema prisional. Militava na Pastoral carcerária como estudante de direito e como estudante de direito participei de vários estágios todos implicados em questões sociais e políticas e humanitárias, desde projeto Rondon até Pastoral carcerária, banco da providência, sindicatos. E quando eu me formei, em 1990, eu recebo o convite para ser advogado de defesa dentro da São Martinho para poder fazer a implementação do estatuto da criança e do adolescente para os adolescentes que praticavam atos infracionais e daí por diante então eu tinha uma motivação de militância nessa área e de participação no fórum. (Entrevistado C)

[...] eu não conseguia conceber trabalhar para a desconstrução da violência naqueles vínculos familiares sem pensar na articulação com as políticas públicas de saúde, de educação, com os espaços de garantia de direitos propriamente ditos, do controle social, de conselhos tutelares, com poder judiciário, então isso já era pensar numa articulação em rede de sistemas de garantia de direitos [...] eu fazia isso muito e entendia, eu tinha uma formação em Clínica Transdisciplinar, e eu pensava pela Clínica Transdisciplinar, uma clínica que atuasse por esse viés e aí a diretora executiva que já tinha representado a própria instituição, à época, representava em um desses espaços de garantia de direitos estava precisando de mais gente para fazer isso, ela me puxa para essa função específica. (Entrevistado B)

O Fórum DCA-RJ é um coletivo formado por diversos fóruns do movimento popular de base da década de 80 que tinham o principal objetivo de garantir os direitos das crianças e adolescentes logo após a queda da ditadura militar. Esses pequenos fóruns locais se articulavam para unir forças e pensar em estratégias para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de violência, especialmente aquelas que estavam em situação de rua.

Antes de constituir o fórum estadual, se constituíram fóruns de militantes da criança e do adolescente, antes de se constituir fórum de outros segmentos como de mulheres se constituiu o fórum de crianças e adolescentes. Com a constituição após a saída de uma ditadura em que as pessoas não podiam se reunir com todas essas histórias de repressão, o fórum era o espaço democrático e de direito e legitimado. Muitas pessoas que se reuniram no fórum foram perseguidos lá no passado e depois teve a anistia e também com modelos internacionais que vieram, eu participei de muita reunião com Betinho, o CEDAC que é o Centro de Ação comunitária que foi criado junto com o IBASE. O IBASE foi uma organização do Rio de Janeiro que puxava muito a questão de fóruns. (Entrevistado E)

O Rio de Janeiro é um estado com uma discussão política muito forte, inclusive com violações muito fortes por conta disto. Esse grupo da sociedade civil da área da infância já se organizava anteriormente e se constitui como espaço institucionalizado que é o Fórum DCA (Entrevistado D)

Com o advento da redemocratização brasileira, a constituição cidadã e mais tarde o ECA, o fórum se legitima com a criação do Conselho Estadual de direitos da criança e do adolescente (CEDCA). O CEDCA do Rio de Janeiro foi o primeiro do Brasil a ser criado, em 1989, regulamentado pela Lei Estadual nº 1.697/1990, estando vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, constituindo-se em um importante agente voltado para a preservação da garantia dos direitos da criança e do adolescente no território fluminense. (D.O. RIO DE JANEIRO, 1990)

A Constituição Federal de 1988 foi caracterizada como cidadã não só por conta de seus artigos que reforçavam a soberania popular mas também pela maneira como foi elaborada. Os movimentos sociais para defesa da infância e adolescência de todo o Brasil

se uniram para construir as emendas populares e desse movimento se derivaram os artigos No 227 e 228.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. § 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII; II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola; IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; VI - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins. § 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. § 5º - A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros. § 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. § 7º - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

Art. 228 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Assim, a partir desses dois artigos houve o desdobramento para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), escrito em 1990. O ECA prevê a criação de conselhos de direitos para a elaboração e acompanhamento das políticas públicas para infância e adolescência. Dessa forma, ao longo de toda a década de 90 foram se consolidando os conselhos municipais, estaduais e nacionais de DCA no território nacional. Alguns fóruns foram se constituindo como espaço exclusivo da sociedade civil para fortalecimento da luta popular nos novos espaços democráticos que surgiam.

O Fórum DCA, como espaço de controle social, vem cotidianamente realizando um sistemático investimento em nome da efetivação da política voltada para os direitos da criança/adolescente, seja pela defesa de implementação da Política, dos Planos e Programas para este segmento, seja pelas manifestações públicas em defesa do interesse maior da criança/adolescente, a exemplo das posições assumidas contra a redução da maioridade penal, o trabalho infantil, as violências sexuais.(ARANTES, 2009, p.446)

É importante mencionar que, de acordo com a lei 1697 de agosto de 1990 que regula o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, no artigo 7º está escrito que as entidades não governamentais de atendimento direto, de defesa, de estudos, de pesquisas e de garantia dos direitos da criança e do adolescente deverão reunir-se em fórum próprio para escolher seus representantes que, no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação da Lei, indicarão os membros efetivos e suplentes para comporem o CEDCA (D.O. RIO DE JANEIRO, 1990).

Naquele momento os fóruns passaram a ser espaços privilegiados da participação popular da sociedade civil que organizavam sua incidência política a partir do fórum, especialmente no espaço do conselho de direitos. A motivação era de uma militância de uma grande agenda nacional que estava posta a partir do ECA."(Entrevistado C)

A conquista do artigo 7º aconteceu porque o fórum já tinha antes da criação do CEDCA uma importância política muito forte.(Entrevistado B)

O Fórum Estadual de Direitos da Criança e Adolescente do estado do Rio de Janeiro surgiu como espaço oficial a partir da lei de criação do CEDCA, no entanto os atores que o compõem já se organizavam em fóruns locais distribuídos pelo estado, principalmente na baixada fluminense, zona norte e sul da cidade. Antes da institucionalização do Fórum, (institucionalizar aqui tem o sentido de legitimação mediante a lei de criação do CEDCA), esses atores operavam articulados, se conheciam e se encontravam. Então, de certa forma, o Fórum já existia antes de estar legitimado em lei. Havia também uma mobilização para formação política desses atores sociais como aponta a pedagoga:

Aí foi quando começou o grupo, Isaías da Pastoral, pessoas que já não estão mais aqui, o Betinho mesmo, o ISER que é o Instituto Social do Ensino Religioso, tinha a universidade, UERJ, UFRJ, Eliana Athayde, tinham pessoas da academia que começavam a fazer a formação dessa juventude que não viveu a ditadura mas tava

chegando com todo gás pra mudar. A gente tinha a formação e a gente levava esse conhecimento para o fórum.(Entrevistado E)

A criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente do estado Rio de Janeiro provocou nos atores dos movimentos sociais o despertar para ocupar tal conselho visto que é espaço deliberativo de decisões e participação. Assim o despertar consciente e espontâneo da sociedade civil ou movimento social de militância pela luta por garantia de direitos coadunou com o artigo sétimo da lei de criação do CEDCA-RJ que legitima a participação da sociedade civil em fórum próprio.

Então, no final da década de 80, muito impulsionado pela convenção internacional de direitos da criança e do adolescente que vinha da ONU como um documento orientador de reordenamento interno nos países, houve uma grande mobilização [...] que vai culminar com a edição do ECA e o seu desenrolar como uma referência de implementação. Aquela mobilização toda acaba desenvolvendo uma geografia política onde os fóruns passaram a ser uma referência de organização para a sociedade civil na área de criança e adolescente com uma agenda principal que era incidir no Conselho Estadual da criança e do adolescente para desenvolver as políticas de proteção à CA.(Entrevistado C)

[...] para você organizar esses conselhos, para ter um conselho realmente representativo você precisa ter uma organização da sociedade civil que se faça representar. Porque a parte paritária do governo, o governo encaminha seus representantes, da secretaria de educação, de saúde, de esporte, aqueles que estão determinados nas leis de criação dos conselhos. A sociedade civil não. A sociedade civil precisa se organizar para eleger os seus representantes ou pelo menos para ter seus representantes representando um coletivo maior que a própria instituição. O Fórum vem nesse caminho dos fóruns que já se organizavam.(Entrevistado D)

Dessa forma, com a sua institucionalização, os objetivos do fórum se ampliam para além do atendimento com a oferta de serviços para crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, ele passa a ser o espaço de organização da representação da sociedade civil nos assentos do CEDCA-RJ. Portanto, a partir de sua institucionalização se fez necessária a criação de regimento interno (ANEXO A) principalmente para regulamentar os procedimentos de participação no fórum e das escolhas de conselheiros para a representação no Conselho.

A partir do regimento, podemos elencar algumas características importantes desse espaço. O regimento interno do Fórum foi atualizado em 2016, em Assembleia extraordinária com a presença de diversas representações da sociedade civil e está dividido em 6 capítulos: capítulo I- Da natureza e da constituição; capítulo II- Da estrutura e da

organização; capítulo III- Do cadastramento e obrigação regimental; capítulo IV- Dos recursos; capítulo V- Das disposições transitórias; capítulo VI- Das disposições gerais.

Conforme o regimento interno, o Fórum DCA-RJ é uma instância de representação da sociedade civil para articulação de diversos movimentos sociais de diferentes origens. Ele é itinerante, a fim de promover diálogo entre todos municípios do estado do Rio de Janeiro. Para participar não é necessário ter uma personalidade jurídica. Sendo assim, qualquer pessoa que tenha interesse em compor a luta pela garantia de direitos de crianças poderia participar. Todos os participantes devem preencher uma ficha de filiação (ANEXO C). Os pedidos de credenciamento são analisados pela comissão executiva e encaminhados para deliberação em assembleia ordinária.

Sobre as entidades que compõem o Fórum DCA-RJ são elas:

- Fóruns municipais e Regionais no estado do Rio de Janeiro;
- Organizações não governamentais;
- institutos de pesquisa autônomos;
- centros de formação, sindicatos, associações civis, entidades religiosas, federações, universidades, escolas de ensino médio, movimentos, redes, outros segmentos organizados.

O Fórum DCA-ERJ assim como os fóruns regionais terão a seguinte composição: Assembleias, comissão executiva, comissões temáticas, comissões temporárias de trabalho. As assembleias se realizam toda a primeira quarta-feira do mês. Os assuntos são pautados previamente e é presença obrigatória de pelo menos um representante da comissão executiva. Todas as entidades credenciadas terão direito à voz e voto. E todos os demais presentes terão direito somente à voz.

O mandato das comissões executivas será de três anos. As comissões temáticas e comissões temporárias de trabalho serão organizadas conforme a demanda e com prazos, objetivos e atribuições definidos em assembleia. Para permanecer como uma entidade membro-titular é necessário ter participação anual mínima em seis assembleias ordinárias seguidas ou intercaladas.

Ao Fórum DCA-ERJ compete as quatro principais atribuições:

1. mobilizar, articular e sensibilizar as organizações não governamentais e demais segmentos da sociedade civil;
2. eleger os representantes da sociedade civil para composição do Conselho Estadual de Defesa de Crianças e Adolescentes;

3. apoiar e auxiliar a ação dos conselheiros estaduais, representantes da sociedade civil, discutindo e propondo políticas, elaborando estudos e definindo estratégias para a interação dos movimentos sociais no interesse da causa infanto-juvenil;

4. alterar o seu regimento bem como fazer alterações no mesmo.

À comissão executiva cabe representar o Fórum DCA-RJ quando for necessário, assim como convocar, coordenar e dirigir as assembleias ordinárias e extraordinárias. Além disso, é sua função manter atualizados o cadastro e livro de atas, assim como os livros contábeis. Também é importante o acompanhamento das plenárias do CEDCA-RJ. O Fórum será mantido com contribuições voluntárias e doações diversas, provenientes de campanhas, pessoas físicas ou jurídicas.

As respostas dos entrevistados quanto à manutenção ou não das características iniciais do Fórum DCA-RJ foram unânimes: o fórum mudou. As principais mudanças apontadas pelos entrevistados foram: pouca utilização do método de análise de conjuntura, mudança das pautas, agendas desconectadas com as agendas nacional e internacional, funcionalismo, enfraquecimento do debate político, diminuição da característica de embate e “teimosia”, pouca articulação com os outros movimentos.

No que se refere ao método de análise de conjuntura, ele foi citado pelo sujeito E que por meio das lutas levantadas pelas pastorais sociais da igreja católica teve acesso à esse método. Ela deu um exemplo de como seria essa análise:

Na quarta-feira eu puxei a análise sobre a questão da violência, da intervenção militar e dessa análise a gente tira os encaminhamentos. É essa metodologia que eu conheço e que eu acho que dá certo, então a gente faz uma pergunta chave: o que prejudicou ou que melhorou com a intervenção militar na vida da criança e do adolescente? Pronto, ali você tem uma análise e cada um vai falar da sua realidade e dessa realidade é que propõe encaminhamentos. Nós fizemos vários apontamentos, de manifestação na rua, que a gente tem que se fortalecer, que a gente deixa muito rápido as lutas e sua teimosia.(Entrevistado E)

Assim, a análise de conjuntura seria um método importante para nortear as discussões e organizar as ideias e pensamentos coletivos no momento do encaminhamento. Sem a utilização deste método, a discussão fica desconectada de sua realidade e torna o espaço do Fórum pouco interventivo.

Sobre as mudanças de pauta citadas pelo Entrevistado C, ele afirma que as escolhas de pautas estão muito dependentes das pautas do CEDCA no presente momento o que retira a força política de atuação do Fórum visto que este existe não somente para manter representação da sociedade civil no CEDCA, mas para discutir assuntos e temas pertinentes

à luta da sociedade civil pela garantia de direitos de crianças e adolescentes. Sobre isso o Entrevistado C relata:

[...]essa pauta se perdeu e hoje o fórum se reúne, ele tem um grupo de pessoas militantes, antigas mas uma pauta esvaziada mas muito funcionalista, muito como se fosse um espelho da pauta do conselho estadual e aí quando o conselho não tem funcionamento nenhum como hoje, está praticamente parado porque a gente vive uma crise institucional muito grande no Rio de Janeiro, o fórum então passa a discutir questões que impactam pouco, no meu ponto de vista, hoje, na agenda da criança e do adolescente, sem perder ele como espaço de participação popular, você vai nas reuniões vai ter no mínimo 20 pessoas, mas um espaço de incidência popular ele não é.(Entrevistado C)

O Entrevistado C também relata que considera a agenda do fórum funcionalista e desconectada das discussões das agendas nacional e internacional. Ele considera que no início do movimento no período de redemocratização havia maior articulação entre essas agendas. Ele conta:

O Fórum já teve um momento de incidência macropolítica nessa primeira década, eu participei dessa primeira década ativamente quando se promovia incidência no parlamento, quando se desenvolvia agendas internacionais de organismos para monitorar violações de direitos de crianças e adolescentes, quando se promoviam ações judicializantes exemplares pra poder ir pra mesa de negociação com o estado contra às violações extremadas, se tinha a pauta de direito à vida como uma referência de luta e orientação para todos os demais direitos...(Entrevistado C)

Agenda funcionalista é aquela que olha o microespaço de intervenção e opera o desenvolvimento de atividades de resultados que não repercutem na mudança política do estado brasileiro, isso é uma agenda funcionalista, então vou executar um convênio com esse governo para poder proteger 40 crianças ameaçadas de morte, isso vai legitimar o governo como colocou nesse semana que eu fui à Brasília no senado representar a OAB num debate sobre democracia e direitos humanos e segurança pública e aí fui representar a OAB e estava o representante do direitos humanos do governo Temer e o que ele fala: nós temos o programa de proteção à criança que não funciona que não tem recurso, mas lá no Rio de Janeiro tem uma entidade que está executando, tem é verdade mas qual é o impacto disso em termos de resultado? Quase nenhum mas atende aquela entidade que desenvolve a sua microagenda, a sua agenda dentro de um micro espaço político que não vai impactar quase nada.(Entrevistado C)

Ainda sobre o impacto do fórum sobre as políticas públicas para infância e adolescência, o Entrevistado D afirma que o fórum tem momentos de fortalecimento e momentos que, por conta das circunstâncias da gestão política, encontra-se enfraquecido. Na perspectiva dela, no momento presente o fórum encontra-se enfraquecido por conta de

não dar ênfase no objetivo principal para o qual foi criado que é o debate e a influência política.

Eu vejo o espaço do Forum como um espaço de debate político essencialmente de debate político, o forum não é o espaço único nós temos hoje estruturas variadas de participação democrática mas no campo da infância no estado do Rio de Janeiro eu ainda percebo o fórum como locus privilegiado para esse debate.(Entrevistado D)

Essa parte de influência política, o forum já teve muito, hoje está muito fraco, pouquíssima influência política mas já teve muita e acredito que voltará a ter dentro desse ciclo natural. Hoje forum to papel forte no conselho que eu (...) acho que é muito pouco. Acho que o conselho é muito importante e falo como ex-presidente e falo que o conselho é muito importante mas só executa sua importância real quando ele tem uma sociedade civil forte e se agente não tiver o para além do debate do conselho, acho que a gente se enfraquece, então nesse momento acho que a gente ta fraco nesse aspecto político e forte na representação do conselho mas fraco nas influências políticas pra além do conselho.O que dizer influência política?Por exemplo, hoje irmos para a caminhada com uma bandeira do Forum dizendo lugar de mulher é na luta, onde ela quiser, o dia de hoje é um dia de valorização da luta, uma faixa do Forum pra isso. Isso eu sinto falta, hoje não terá lá.(Entrevistado D)

Projeto de lei que passou na ALERJ de não à revista íntima, conseguimos emplacar um projeto de lei que proíbe isso, porque o Estado teria que providenciar detector de metais, por conta da humilhação com as revistas íntimas. O karma da nossa vida Flavio Bolsonaro entrou com pedido de inconstitucionalidade e agora dia 19 terá o julgamento quanto a isso e não tem nenhuma organização do Forum contra isso, o projeto legal está, mas o Forum não está então eu digo que é esse o enfraquecimento desse momento, mas é um momento.(Entrevistado D)

Os procedimentos do fórum para promover a transformação social não são deliberativos como no Conselho, há espaço para propostas diversas que interfiram efetivamente na realidade social causando a transformação. Dentre essas propostas, os sujeitos de pesquisa citaram algumas, a pressão popular com manifestações de rua, notas públicas, articulações com os poderes executivo, legislativo e judiciário, promoção de eventos e encontros, a utilização da metodologia da análise de conjuntura, ações civis públicas, articulação com as entidades internacionais, a formação política de adultos, crianças e adolescentes, o diálogo para conferir sintonia quanto ao posicionamento da sociedade civil no CEDCA-RJ, a itinerância do fórum é uma ferramenta de divulgação do mesmo e formação política visto que outras pessoas podem ter acesso a ele em áreas afastadas da região metropolitana.

Na quarta-feira eu puxei a análise de conjuntura sobre a questão da violência, da intervenção militar e dessa análise a gente tira os encaminhamentos. É essa metodologia que eu conheço e que eu acho que dá certo, então a gente faz uma pergunta chave: o que prejudicou ou que melhorou com a intervenção militar na vida da criança e do adolescente? Pronto ali você tem uma análise e cada um vai

falar da sua realidade e dessa realidade é que propõe encaminhamentos. Nós fizemos vários apontamentos, de manifestação na rua, que a gente tem que se fortalecer, que a gente deixa muito rápido as lutas.(Entrevistado E)

A sociedade civil, os fóruns eram ajudados por muitas instituições internacionais antigamente, a UNICEF, era outra UNICEF que demandava projetos e programas priorizando o fórum, priorizando reunião e articulação de fóruns, hoje não tem mais essa linha.(Entrevistado E)

As transformações políticas são no CEDCA, mas o fórum faz campanhas, notas públicas, têm pareceres técnicos. Um exemplo, a política nacional de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, o fórum se organizou num grupo de trabalho que pegou a proposta que vinha do governo federal, fez uma análise daquilo, fez apontamos e encaminhou para Brasília para o CONANDA e aí o fórum fez uma incidência nessa política nacional e por volta de 90% das nossas observações foram garantidas na política nacional então o dna do fórum estadual está lá na política nacional de enfrentamento à violência sexual. O fórum faz formação, então ele tem um grupo de jovens que nasce dentro do fórum, o JCA- juventude carioca em ação, nasce numa ação que a gente resolveu fazer em 2009 à época eu estava na secretaria executiva. Ia ter o congresso internacional de enfrentamento à violência sexual e aí o grupo se organiza, os conselhos e resolvem fazer o congresso brasileiro e aí o fórum estadual do Rio de Janeiro ao invés de levar os adolescentes só para participar do Congresso a gente faz uma oficina antes do congresso para discutir com os meninos direitos sexuais, fizemos oficina no museu da república, chamamos várias instituições que trabalhavam com protagonismo para gente fazer essa oficina e tirar delas elementos pra gente levar pro congresso. Essa oficina que era uma tarde, os próprios adolescentes pediram mais um pouco, eles disseram que queriam um segundo encontro porque foi muito legal e isso já faz 10 anos, já tem 10 anos da existência do JCA. (Entrevistado D)

Foi unânime a opinião de que os adolescentes devem sim ocupar o espaço do Fórum, pois esse considera-se como um mobilizador de participação não somente no conselho mas nos outros espaços públicos. Além disso, os espaços democráticos voltados para a mobilização de políticas públicas para a infâncias são os únicos não ocupados prioritariamente por este público como atores principais. Portanto, os sujeitos de pesquisa expressaram clareza quanto à necessidade de criar estratégias para mudar esta realidade.

A inserção dos adolescentes no Fórum DCAERJ é primordial para a sobrevivência deste Fórum, mas precisa acontecer com todo o apoio material necessário e toda o entendimento dos adultos para o desenvolvimento do protagonismo e pertencimento necessários.(Entrevistado A)

O Fórum deve ser ocupado pelos adolescentes. Tem um termo do falecido companheiro Vanderlei nogueira a ideia do adultocêntrismo então construir alguma coisa para além dessa fronteira é uma necessidade e enquanto essa pauta for uma pauta cosntruída por essa percepção adultocentrica, funcionalista, esse tende a ser um espaço de baixa incidência política de jovens, ele vai cumprir "calendários festivos", datas marcantes para algumas atividades, mas não vai ser um espaço de grande mobilização ou articulação para operar pautas estruturantes em favor de crianças e adolescentes protagonizada pelos jovens.(Entrevistado C)

“Pegando a nossa estrutura adulcetrica e sem alterar nada dela e pedir que os adolescentes participem da mesma forma que os adultos participam é criar o menino do tambor sem tambor que é você colocar o adolescente lá e abre um espaço e eles vão falar os mesmos assuntos que os adultos usando os mesmos argumentos dos adultos, então acho isso um grande equívoco.”(Entrevistado D)

Acho super importante a participação dos adolescentes, acho que o fórum é pra isso, pra inclusão do adolescentes, nós temos aquela frase: não fale de mim sem mim, faça por mim comigo...dar voz para o adolescente, nessa caminhada toda, a gente já viu muita violência em relação à voz da criança, em não dar legitimidade ou ter a criança como mera figura. Você lutou pela Constituição, você lutou pelo estatuto, você saiu da questão do objeto.. O adolescente é sujeito, sujeito que pensa, sujeito que vive no contexto, sujeito que quer transformar o lugar que ele mora, então fazer a passagem do Código de Menores para a Constituição é um fato, fazer essa transformação dentro do fórum é melhor ainda. Estamos brigando pela questão do empoderamento e da participação e dando voz e vez pra eles falarem. Foi transformado muita coisa, antigamente nas conferências eles vinham pra dançar, depois elas vinham pra falar, elas tem que falar eles são sujeitos.(Entrevistado E)

[...] acredito que eles têm que ocupar, de forma transversalizada. Eu não entendo que deva ser assim: primeiro dá conteúdo e depois abre para participação como se fossem dois momentos diferentes, acho que eles têm que ocupar e ao mesmo tempo que ocupa vai dando conteúdo. “Dando conteúdo” para mim também é uma coisa muito ruim, é a mesma coisa que vejo na psicologia sobre dar limite à criança, que visão acéptica, não se dá limite, o limite se constrói muitas vezes no atrito, o limite nasce na relação, ninguém dá limite e você força o outro a absorver algo que eu sei e isso já é assimétrico, desigual, o limite vai se construir em você e no outro quando a relação instaurar isso e muitas vezes vai se dar pelo conflito.[...] Grande parte da dificuldade de participação dos adolescentes no fórum tem a ver com o fato de nós adultos não quisermos soltar as rédeas mas também por conta de todo um processo sócio-histórico de eles não terem voz nos outros espaços da vida deles, na família, na escola, não temos uma cultura de incentivo a participação de CA, por isso a dificuldade de muitos de nós. (Entrevistado B)

Sobre as estratégias para fomentar a participação das crianças e adolescentes no Fórum a partir de alguns entraves levantados, os sujeitos de pesquisa mencionaram a falta de recursos financeiros, formalidade do Fórum pouco interessante para crianças e adolescentes e a dificuldade dos adultos de ofertarem maior participação para crianças e adolescentes.

Os fatores materiais são os maiores entraves para a maior participação dos adolescentes no Fórum DCAERJ.(Entrevistado A)

Tem assembléias que são absurdamente chatas, chatas pra adultos que está lá querendo falar, tem algumas participações que dá pra perceber claramente que ela nem está ouvindo a outra mas só pensa no que ela vai falar, mas acaba falando a mesma coisa do que já tinha sido falado, então eu acho que se agente continuar com esse formato a gente vai ter dois papéis um: estar fortalecendo esses

movimentos organizados fora do fórum, porque o jovem que quer participar efetivamente do fórum não acha espaço no fórum e vai integrar esses outros movimentos, que bom que tem esses movimentos indo pra rua.(Entrevistado D)

A gente foi entendendo na relação o quanto precisávamos largar as rédeas e o quanto eles precisavam tomá-las e eles avaliavam se queriam ou não a sugestão que estávamos dando, agente não determinava pauta, a gente no início foi muito mais propositivo do que no final, então é adulto se disponibilizar para essa experiência de largar o poder, de compartilhar o poder, fazer um poder mais circulante, poder que não fica na mão de um só. Essa experiência foi abortada justo no momento em que o CEDCA passou por problemas graves de recursos financeiros, quase chegou a fechar o próprio CEDCA e a gente passou a não ter recursos e pensar com muito cuidado o que seria essa experiência sem proporcionar lanche, água, transporte para aqueles adolescentes. A gente entrou numa discussão, o que é um conselho correr um risco de até violar direitos, o adolescente ficava muitas horas sem comer, vinham de longe, houve um momento difícil pro CEDCA, ficou sem funcionários, fechou as portas, sem internet, sem telefone, naquele momento os conselheiros e as instituições levaram o CEDCA no braço custeando as reuniões com recursos próprios. (Entrevistado B)

As informações colhidas nas atas das assembleias (Anexo B) foram sistematizadas e isto deu origem a uma tabela. No total foram foram 15 atas, mas foi possível extrair informações completas apenas de 12 atas. Na sistematização, há o dado quantitativo e o dado qualitativo. Sobre os dados quantitativos foi possível levantar em cada ata os seguintes dados: Nº de pessoas presentes, nº de mulheres presentes, nº de adolescentes presentes, nº de crianças presentes, nº de ONGs presentes, nº de outras instituições (universidades, fóruns, governo, conselhos, etc.).

Sobre os dados qualitativos foram feitos a partir das seguintes perguntas: Foi produzida a ata; quais os encaminhamentos feitos; quais os principais assuntos abordados; adolescentes ou crianças se manifestaram?; o local da reunião e por fim se teve registro de áudio. Nas cinco reuniões em que estive presente realizei o registro de áudio.

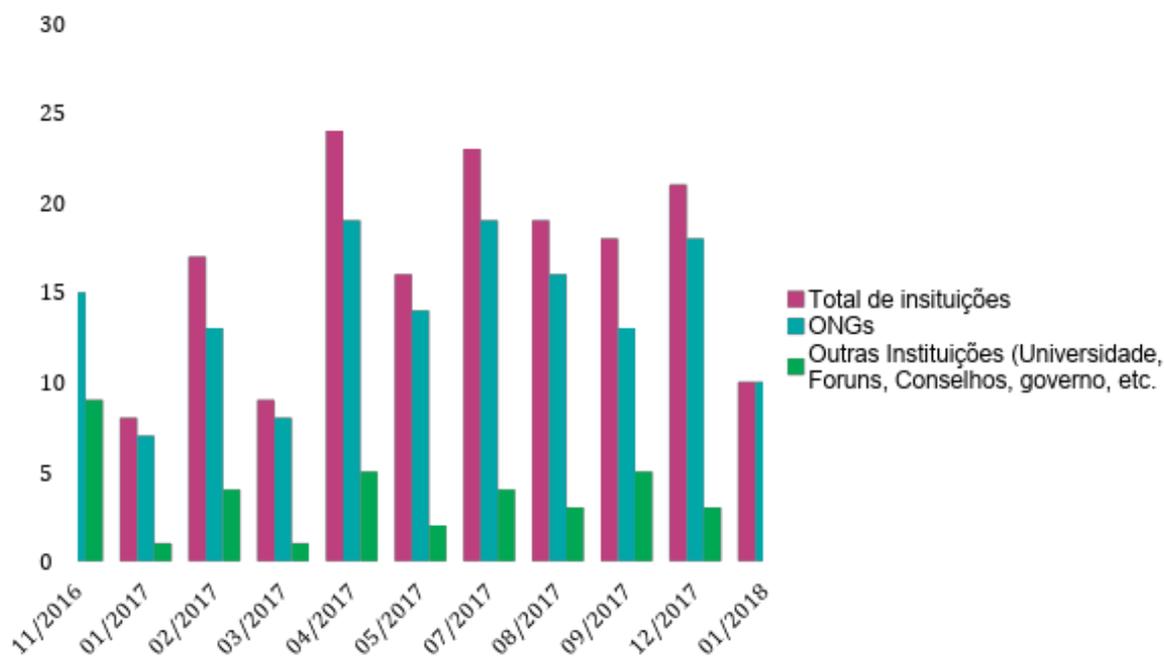
Em relação ao número de participantes, em média há o comparecimento de 23 pessoas de todas as faixas etárias. As mulheres são o público majoritário tendo 70% de presença em relação ao grupo total. Já os adolescentes estão em minoria tendo por volta de 10 % de participação e as crianças não participam do espaço do Fórum.

Durante as assembléias e na descrição das atas, era possível verificar a manifestação da fala dos adolescentes. Foi verificado que, das 12 assembléias analisadas, em 10 delas houve a manifestação da fala dos adolescentes de maneira espontânea e coerente com os assuntos debatidos na ocasião.

No que se refere à representatividade institucional, a participação de ONGs compõe, em média, 80% do grupo em relação à participação de outras instituições (universidades,

fóruns municipais e conselhos) sendo portanto elas as principais representantes da sociedade civil tanto no Fórum como no CEDCA-RJ.(Gráfico 1)

Gráfico 1- Participação de Instituições



As atas das assembléias (Anexo A) são escritas com freqüência e riqueza de detalhes e delas foi possível extrair os principais assuntos e encaminhamentos das discussões. Sobre os assuntos abordados, parte dele se referiu à questões organizacionais e burocráticas do próprio Fórum.

Os principais assuntos abordados nas assembléias foram os seguintes: compartilhamento de experiências; análise de conjuntura; calendário; comunicação e publicização do Fórum; precarização da política e falta de recursos; composição da comissão executiva; encontro dos adolescentes; processo eleitoral para representante do CEDCA-RJ; plano decenal; comitês; reflexão sobre o papel do Fórum; agenda da assembleia; participação dos adolescentes; escuta de questões locais; participação de crianças e adolescentes na conferência Nacional.

Sobre os encaminhamentos nas assembléias, os principais foram os seguintes: estímulo à participação dos adolescentes; sugestão de articulação da rede; proposta de capacitação sobre o orçamento público e transmissão das reuniões via internet; Maior divulgação do Fórum nas redes sociais; reestruturação de comissão executiva; formação da comissão eleitoral; participação no edital de financiamento CONANDA; formação de comissão eleitoral; decisões sobre o encontro de adolescentes; disponibilização do plano decenal; problematizar e definir as formas de fazer incidência política e adaptar formato do fórum para dialogar com os adolescentes; acolher questões locais e levar para o CEDCA;

fazer articulação entre movimentos sociais para atender as demandas de Jardim Gramacho; aprovação do plano de comunicação referente às redes sociais; escolha de representantes para a comissão de conferências; modificação de calendário 2018.

Sobre os locais de reuniões, foram os seguintes no período analisado: Biblioteca Parque Estadual no Centro; Associação Beneficente São Martinho no Centro; Movimentos de Mulheres de São Gonçalo; Fundação Xuxa Pedra de Guaratiba; Centro de Direitos humanos de Nova Iguaçu; OAB-RJ no Centro; CRESS-RJ no Centro; Grupo Pela Vida em Niterói; Casa da criança e do adolescente em Volta Redonda; Associação PAMEN CHEIFA em Jardim Gramacho.

CAPÍTULO 5

5. Análise dos dados

Neste capítulo, desenvolvo uma análise da experiência do Fórum na perspectiva apresentada anteriormente. Os dados para análise são os seguintes: espaço do fórum, suas características, a participação dos adolescentes (considero aqui somente os adolescentes e não os jovens que muitas vezes são citados pelos sujeitos de pesquisa como se fossem parte do público infanto-juvenil, o que acontece pois parte deles iniciou a atuação no fórum quando ainda adolescentes). No que se refere à participação, também destaco a presença de mulheres, ONGs, adolescentes e crianças. Além disso, busco responder duas perguntas no presente capítulo: Quais são os conceitos deste trabalho que podem se relacionar com esta análise? Qual o novo conhecimento que a sistematização da experiência está produzindo?

5.1 Reflexão sobre o Fórum Estadual DCA-RJ

O Fórum DCA-RJ é um espaço fortalecido politicamente por conta de sua trajetória histórica e se constitui como instrumento importante de pressão do poder público principalmente junto ao Conselho Estadual de direitos da criança e do adolescente. É notável que, no que diz respeito ao potencial de transformação social, esse espaço não tem alcançado seu potencial total. Pois as pautas, conforme a definição do Entrevistado C, se tornam “funcionalistas” (definido por ele como baixo comprometimento para fazer transformação social e política) e mantêm uma institucionalidade envolvida numa lenta burocratização onde os assuntos pautados prioritariamente são aqueles referentes ao próprio funcionamento do Fórum e não tanto às questões sociais e políticas vivenciadas no estado do Rio de Janeiro referentes às demandas infanto-juvenis.

Sobre as mudanças observadas no Fórum DCA-RJ do início e sua constituição hoje,

os sujeitos apontaram que na sua origem havia articulação e apoio entre os entes nacionais e internacionais como a UNICEF que fortaleciam a luta num nível macro-político. O Fórum DCA-RJ hoje passa por um momento de isolamento em relação a outros movimentos sociais e não há apoio entre as instâncias nacional e internacional tornando o poder de atuação política desse espaço reduzido.

Foi constatado que grande parte dos procedimentos e objetivos do Fórum não está registrado ou sistematizado. O regimento interno expressa objetivamente o funcionamento e organização, mas tendo em vista os dados das entrevistas, existem outros procedimentos e objetivos somente no campo do discurso. Os procedimentos mencionados nas entrevistas têm sido utilizados, alguns mais outros menos. O mais utilizado é análise de conjuntura. Os sujeitos de pesquisa unanimemente apresentaram um discurso crítico quanto à forma de existência do Fórum DCA-RJ, ao mesmo tempo em que reconheceram o quanto foi importante a sua criação e quantas conquistas ele já possibilitou ao longo do caminho.

O Fórum DCA-RJ fundamentalmente é o espaço da sociedade civil em que, nesse contexto, é representada majoritariamente por ONGs. As ONGs ocupam espaço e responsabilidade marcante, tendo em vista que não houve avanços na construção de políticas de fato públicas nos últimos anos no Estado do Rio de Janeiro.

As ONGs naturalizaram sua existência como a única maneira de ofertar serviços para as demandas infanto-juvenis, já que os serviços governamentais são insuficientes e pouco eficientes. Existe até mesmo uma diferença de atribuição entre o profissional do Terceiro Setor e do profissional do Serviço Público. Os primeiros são estimulados a ocupar os espaços de incidência política e os últimos desempenham o serviço de atendimento desvinculados dos espaços de controle social. É possível confirmar esse fato visto que não há representação de órgão público na participação do Fórum DCA-RJ a não ser a OAB e os conselhos de direitos ou profissionais, entretanto não há representação de equipamentos públicos sócio-assistenciais, por exemplo, que ofertam serviços de atendimentos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Nós estamos identificados como militantes dos direitos humanos de criança e adolescente, isso virou uma insígnia e faz produzir sectarismo na prática. Minha atuação sempre foi conjugada ou alternada, parte no atendimento e parte na

representação, então para mim é mais fácil ver que você cria os integrantes que fazem a militância e os que fazem o atendimento à população nos programas de violação de direitos, são coisas separadas e isso é uma falha muito grande, nós não conseguimos implementar o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente. Isso contribui para uma visão não sistêmica, por exemplo você tem psicólogos que atuam no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e eles não têm essa vivência de fórum de direitos humanos de criança e adolescente, isso segrega, fragmenta, não contribui para uma visão sistêmica, isso contribui para que a gente se enraíze e fale só para nós mesmos, comunique pouco com o restante da sociedade, haja vista um analisador da questão que estou falando seja a concepção da sociedade como todo sobre a redução da maioria penal, por exemplo, em que nós temos clareza do porquê somos contra à redução e estamos em dissonância com a sociedade e não conseguimos romper com esse abismo, então a gente ainda fala para nós mesmos. (Entrevistado B)

Nos assuntos de pauta das assembléias do Fórum DCA-RJ, não foi discutida a escassez de oferta de serviços implementados por políticas públicas, por exemplo a ampliação dos equipamentos de assistência social como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar que tem por objetivo principal garantir direitos ao público em estado de vulnerabilidade. Na prática, os equipamentos da assistência social têm atuação semelhante à de ONGs, no entanto são mais fortemente atravessados pela burocratização e verticalização do sistema governamental.

Na atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existe a oferta de serviços à comunidade como as oficinas de esportes e cultura e grupos de acompanhamentos às famílias atendidas orientados por equipes interdisciplinares compostas por psicólogos e assistentes sociais. Grande parte do público atendido é formada por crianças e adolescentes, no entanto pelo fato desta equipe ter uma gama de atribuição ampla, como o acompanhamento às famílias atendidas pelos programas de governo como Bolsa Família, Benefício de Prestação continuada, Tarifa social, realização de cadastro único, etc. há uma sobrecarga de trabalho e não é possível atender a todas as demandas apresentadas no território.

Assim, é possível perceber novamente a *confluência perversa* de forças nesta naturalização da incompetência governamental em elaborar serviços públicos eficientes para as demandas infanto-juvenis e populações vulneráveis. Tal naturalização pode ser

percebida pela falta de debate dentro do Fórum DCA-RJ sobre a implementação de equipamentos públicos que sejam eficientes. O debate parece não se fazer necessário tendo em vista que há a presença das organizações não governamentais para realizar o trabalho que deveria ser feito por equipamentos sócio-assistenciais públicos que por sua vez não existem em quantidade e qualidade suficiente para atender a demanda do estado do Rio de Janeiro.

Outra mudança pontuada foi a ampliação do alcance territorial do Fórum DCA-RJ por meio do mecanismo de itinerância. A ação da itinerância além de possibilitar o conhecimento de novos territórios, experiências e atores, tornou-se em oportunidade para formação política, tendo em vista que muitas pessoas de cidades afastadas não tem acesso a um dispositivo democrático e a seu modo de funcionar e operar.

Eu já tive em assembléias assim e tem representantes locais ou instituições locais que trabalham com atendimento de crianças e se surpreendem porque é a primeira experiência em fórum e isso germina uma participação e ela se sente provocada a pensar em se organizar localmente, se isso foi interrompido, a se iniciar, nós tivemos uma vez na Cheifa e tinha representantes das instituições locais que nunca tinham participado do fórum e pensaram em criar um fórum local.(Entrevistado B)

As atas contêm informações detalhadas como os nomes e instituições das pessoas presentes e as falas relacionadas às pessoas que falam, sendo assim a coleta de dados tornou-se mais fácil. Além disso, as assembléias foram realizadas rigorosamente na primeira quarta de cada mês e a itinerância operou-se. Nesse período, apenas não foi realizada a assembléia em Mendes conforme previa o cronograma, tendo em vista o gasto financeiro para o deslocamento geográfico longo até a cidade do Sul Fluminense. O Fórum também não dispõe de recursos para esse tipo de gastos.

Ainda sobre as atas, existia a preocupação da comissão executiva de divulgar as atas e pautas por email e grupo de *whatsapp* para todos os participantes antigos e ainda aqueles que compareciam pela primeira vez no fórum já entravam na mala direta do email e recebiam as notícias para a próxima reunião. A tarefa da publicização da ata era da comissão executiva, no entanto, no período estudado apenas uma instituição comparecia nessas atribuições. Nesse período, uma das pessoas mais atuantes no Fórum teve um sério

agravo de sua saúde e mencionou em algumas assembléias que sentia-se sobrecarregada.

A participação ou ausência das pessoas devia-se geralmente à fragilidade institucional das ONGs que nem sempre poderiam garantir a presença de seus profissionais para fazer incidência política no Fórum DCA-RJ e outros espaços de participação popular.

Durante as assembléias eram feitos encaminhamentos (aqui tem o sentido de tomada de decisão sobre determinada questão colocada) a partir dos assuntos de pauta. E ao final de cada assembléia eram definidos os assuntos de pauta para a próxima reunião. Então, por exemplo, existia a demanda por realizar o encontro dos adolescentes, então era necessário tomar certas decisões sobre onde e quando seria ou como conseguir recursos para realização do encontro. Sendo assim, é possível perceber que em todas as assembléias foram feitos encaminhamentos propositivos sobre os assuntos levantados.

As discussões eram propositivas e tendiam a uma tomada de decisão e muitas vezes atravessadas por desabafos de profissionais inconformados com a situação de extrema desigualdade, econômica e política vividas pelas populações em estado de vulnerabilidade no estado do Rio de Janeiro, especialmente crianças e adolescentes.

Sobre os assuntos de pauta havia uma continuidade entre as assembléias, no entanto muitas vezes havia um rodízio de profissionais. Embora esse fato possa reforçar certa descontinuidade, esta não acontecia, pois o fato de não comparecer na assembléia não interferia no entendimento dos assuntos discutidos, tendo em vista que as atas eram enviadas para todos os participantes incluídos na mala direta do e-mail e não apenas àqueles que haviam participado de determinada assembléia. Vale dizer, que o ato de publicar os debates do fórum por email facilitavam na comunicação livre de ruídos, propiciando a coesão no grupo e agilidade nos encaminhamentos.

Em algumas assembléias, havia o controle mais rigoroso do tempo de fala e em outras não. Em geral, os participantes apresentavam-se conscientes quanto à cooperação no que diz respeito ao tempo de fala de cada um, o que demonstra o enraizamento de uma cultura política. Conforme referência teórica, a cultura política (ADDOR, 2012) pode ser entendida como um conjunto de hábitos, valores e crenças relativos a um grupo social que se propõe a um objetivo comum promovendo mobilização social. Sendo assim, o cuidado de garantir a fala de todos os presentes poderia ser definido como um valor dentro desta cultura

política.

Sobre o grupo que compõe o fórum, pode-se definir como heterôgeneo conforme definição de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). A sua heterogeneidade se apresenta nas diferentes faixas etárias, gênero, bandeira partidária, interesses, profissões, religiões e a sua homogeneidade é percebida na luta em comum pela garantia de direitos de crianças e adolescentes.

No que diz respeito às ideologias operando, conforme o conceito de confluência perversa de Dagnino, Olvera e Panfichi (2001) há a convivência nos embates e decisões de dois principais projetos: o democrático-participativo e o neoliberal. Pela própria história e trajetória de construção do Fórum é fato que sua base e orientação estão pautadas no projeto democrático-participativo considerando seu contexto de criação vivido no momento de redemocratização e rejeição ao projeto autoritário imposto pela ditadura militar de 1964.

A década de 80, principalmente, expressou essa vontade pela construção de democracia participativa e o fórum quando unificado, oficializado, abrigou os militantes dessa década, portanto o fórum é filho da militância de década de 80. Os militantes da década de 80, alguns deles continuam habitando o fórum e os outros, mais novos são formados pela cultura política dos antigos, portanto não há como negar que o projeto democrático-participativo está passando adiante.

Sobre o projeto neoliberal, a expressão mais aparente de sua presença é na dependência do *modus operandis* das ONGs. Daí uma pergunta pode ajudar nessa reflexão: o que faz a minha participação no Fórum? Participar/trabalhar em uma ONG. Esta seria quase um resposta unânime. Porque sem o recurso da ONG eu não tenho dinheiro para me deslocar pela cidade e participar da assembléia. A outra pergunta seria: se eu tenho um emprego comum como trabalhar num banco e tenho identificação com a causa da criança e do adolescente, é possível minha participação? Não. Porque a incidência política não é uma atribuição do trabalho do bancário, por isso ele não teria tempo disponível para participar do Fórum mesmo que quisesse.

Sendo assim, no presente momento as ONGs são as instituições que mais fomentam a incidência política até porque precisam dos recursos disponibilizados pelo governo para atuar. A questão primordial é: se há poucos recursos para o trabalho de serviço comunitário

e para atendimento de demandas de crianças e adolescentes, sendo esse serviço realizado por equipes compostas de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais porque não é feita pressão ao poder público para ampliar a oferta de serviços nesta área?

5.2 Reflexão sobre avanços e obstáculos para uma participação mais efetiva de crianças e adolescentes

No que se refere aos sujeitos de pesquisa, todos eles apresentaram conhecimento sobre o funcionamento do Fórum DCA-RJ e tiveram importante contribuição no presente estudo. Também foi unânime o pensamento de que crianças e adolescentes de fato ainda não conseguem ocupar espaço no Fórum DCA-RJ e nem no CEDCA-RJ, mas também é consenso que os adolescentes devem sim ocupar, participar e falar nos debates políticos do Fórum DCA-RJ e CEDCA-RJ.

De acordo com as observações, não há a participação de crianças e isso foi apontado tanto nos assuntos de atas de assembleias como nas respostas dos entrevistados como um problema, visto que há o espaço a ser ocupado pela criança e não só pelo adolescente e jovem. Nas justificativas sobre a lacuna da ocupação do espaço pela criança, os participantes explicam dizendo que não há métodos e nem organização coerente para adaptar a linguagem do Fórum. Também há o problema da falta de recursos que inviabiliza a chegada dessas crianças no Fórum. Todavia, havendo recursos, o grupo do Fórum DCA-RJ mostra-se motivado a transformar o modo de organização do mesmo para o acolhimento da participação da criança.

Sobre os recursos mencionados, definido como dinheiro para transporte e alimentação, condições para participação de crianças e adolescentes no Fórum DCA-RJ, pode-se fazer pontuações. Os adolescentes participantes do Fórum, todos são vinculados à instituições de origem não governamental. Sendo assim, existe o pressuposto de que essas instituições incluiriam no pacote da formação em incidência política desses adolescentes o transporte e alimentação tanto na suas idas ao Fórum DCA como em outros dispositivos de participação pelo menos uma vez ao mês. No entanto, esta não é a realidade visto que as ONGs não têm tido recursos nem para manter sua equipe de profissionais técnicos. Isto é,

os serviços oferecidos pelas ONGs não abarcam todas as demandas apresentadas para consolidação de participação de crianças e adolescentes e ainda a falta de recursos motivada pela política neoliberal prejudica a consolidação da esperada democracia participativa.

A ação da sociedade civil se faz optando por uma outra via que não da reivindicação da transparência da destinação das verbas, pois o diálogo com o governo tem se mostrado inviável. Essa outra via é a mobilização de coletivos não-públicos com a criação de ONGs. Essa via torna-se o braço do governo que mantém-se no mesmo lugar de inércia, tendo em vista que toda a possibilidade de diálogo com ele foi descartada. Daí o conceito de homogeneização do governo de Dagnino, Olvera e Panfichi(2006), próprio do projeto neoliberal, em que todos os entes governamentais são compreendidos como ineficazes, corruptos e portanto desconsiderados como agentes de política pública. A política pública como operador dos direitos sociais e políticos torna-se então secundária.

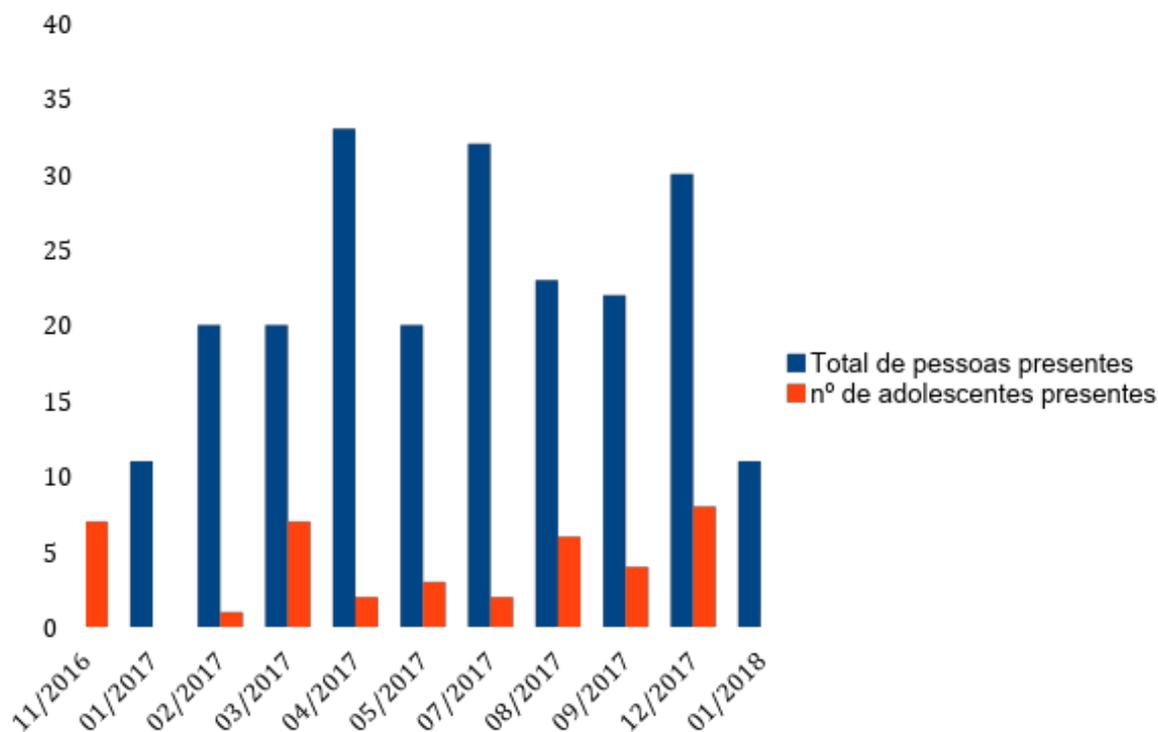
Com a emergência do projeto político neoliberal, a ênfase nos mecanismos de privatização e a crença no conceito homogeneizante de que a política pública realizada pelos entes públicos é ineficaz, constitui-se então um funcionamento predominantemente privatizante nas relações de trabalho e na maneira de operar a cidade e os sujeitos. O abismo entre “povo” e “governo” mantém-se mesmo depois de feita a constituição cidadã de 1988 na qual é escrito no artigo primeiro que o poder emana do povo. Não há poder no povo sem participação. Avritzer(2016) aponta que a democracia eleitoral não representa os anseios e problemáticas do povo. Assim, é preciso construir caminhos para a consolidação de um projeto político democrático participativo por meio dos espaços de incidência popular.

Retomando a experiência do Fórum DCA-RJ, tendo em vista a não participação de crianças nesse espaço e as justificativas de sua não participação, é importante sistematizar outras experiências em que a participação de crianças estejam mais consolidadas. Sobre a participação de adolescentes, pode-se perceber alguns entraves conforme levantados pelos sujeitos de pesquisa e pelas informações sistematizadas na tabela de análise das atas (Apêndice B).

Como verificado nas 12 atas analisadas, a presença de adolescentes é pequena (Gráfico 2) e esse dado confirma a fala dos sujeitos entrevistados que mencionam a cultura

adultocêntrica monopolizadora do espaço e do tempo tornando o Fórum DCA-RJ desinteressante ou inacessível para adolescentes. O outro motivo citado para pequena participação de adolescentes é a falta de recursos para manter seu transporte e alimentação.

Gráfico 2- Participação de adolescentes



A falta ou a presença de recursos para participação de adolescentes no Fórum DCA-RJ está diretamente ligada à vinculação institucional do adolescente. Isto é, foi verificado nas atas das assembleias que todos os adolescentes participantes do Fórum DCA-RJ tem vínculo institucional com alguma ONG ou CMDCA. No entanto, o objetivo do Fórum DCA-RJ é discutir as problemáticas referentes à política de atendimento de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro, portanto o espaço é público e teoricamente de interesse de todas as crianças e adolescentes e não somente àquelas vinculadas à ONGs ou movimentos sociais.

Todavia o espaço do Fórum DCA-RJ fica restrito à participação de adolescentes vinculados à ONGs e outros movimentos, pois não há cultura política que estimule a

formação em incidência política nos espaços escolares por exemplo. Obviamente, a escola é o principal espaço de ocupação por crianças e adolescentes e não é feito nenhum tipo de articulação das escolas com o Fórum DCA-RJ. A articulação da rede foi uma ação mencionada em algumas assembleias e é importante para fazer operar a política pública. É verdade que crianças e adolescentes em fase escolar estão vinculadas institucionalmente à escola, mas não há mobilização por parte das escolas ou das secretarias de educação ou mesmo do MEC pela formação política de crianças e adolescentes ou o que as ONGs nomeiam de “formação em incidência política”.

Enquanto os atores sociais ligados a movimentos coletivos não-públicos ou ONGs se desdobram para conseguir recursos a fim de manter o atendimento às crianças e adolescentes no que se refere à saúde e educação e promover a formação política e empoderamento desse grupo de maneira que possam ocupar seus espaços de direitos, existem recursos intocados ou não revelados ou mal geridos por um poder governamental distanciado, inacessível. Os fundos disponibilizados pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de direitos da CA não tem sido suficientes para manter o trabalho e atender a tantas demandas vide as constantes queixas dos atores da sociedade civil.

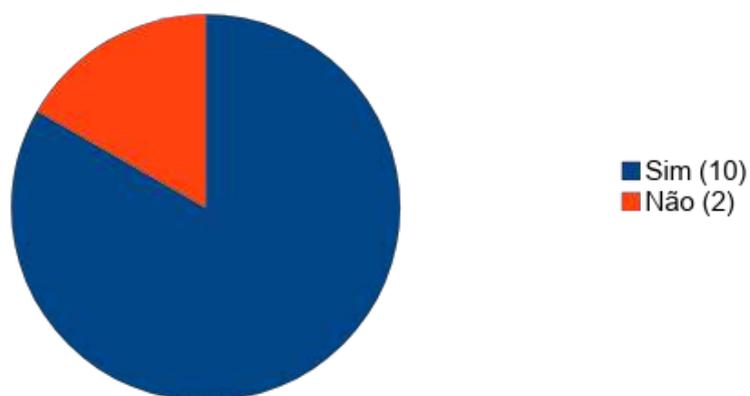
Assim, a participação reduzida de adolescentes nas assembleias do Fórum DCA-RJ se relaciona fundamentalmente à concepção dos projetos políticos autoritário e neoliberal (Dagnino et al.; 2006). O autoritário é traduzido nos atos que impedem o adolescente de ocupar espaços de poder e decisão. Assim, o sistema educacional, escolar ou sócio-político é essencialmente autoritário, pois não dá oportunidade para que o adolescente seja de fato protagonista, dessa forma ele nem toma conhecimento do Fórum DCA-RJ e por não ter o conhecimento não pode participar. O projeto neoliberal mantém o *status quo* de que o público, por exemplo, a escola pública ou o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) não tem a capacidade (ou não é de sua responsabilidade) de promover formação política ou atender adequadamente às demandas de crianças e adolescentes por serem burocratizados e portanto ineficazes. Sendo assim, as ONGs continuam sendo o braço do governo com funcionamento fragilizado.

Em relação à manifestação de fala dos adolescentes no Fórum DCA-RJ (Gráfico 3), em todas as assembleias em que estiveram presentes manifestaram a fala, dentre eles

alguns jovens também. Algumas falas mais expressivas, como a apresentação de avaliação quanto ao Encontro de adolescentes realizado e como o vídeo elaborado por eles para divulgar o Fórum DCA, fizeram parte de um momento de participação que já estava previamente reservado na definição das pautas. Então, pelo menos nesses dois momentos de participação, a iniciativa de fala não teve referência a algum assunto levantado durante a assembleia. Não foi uma fala espontânea, mas era um ponto de pauta.

Gráfico 3- Participação de adolescentes “com a fala”

Nº de assembleias em que os adolescentes se manifestaram com a fala?



Durante a minha observação nas assembleias, percebi que os adolescentes junto a alguns jovens (iniciaram adolescentes e agora com mais idade parecem desempenhar o papel de formadores dos mais novos) interrompiam a assembleia para pedir licença e sair a fim de realizar reunião separada. No fim da assembleia, eles retornavam trazendo os assuntos abordados nessa discussão separada. Percebi em diálogo informal com alguns adolescentes e jovens certa dificuldade de inserção nas assembleias seja por ser desinteressante seja por não conseguirem acompanhar os assuntos, pela falta de conhecimento.

Embora haja dificuldade de inserção e interação dos adolescentes no espaço do Fórum DCA, eles mostram-se motivados a continuar buscando o conhecimento necessário para um aprofundamento na participação. Existe uma polaridade de forças entre os

participantes do Fórum DCA-RJ, de acordo com dados das entrevistas, no que se refere à percepção da vivência dos adolescentes. Há aqueles que vitimizam ou infantilizam em nome da defesa da bandeira da proteção e assim inviabilizam o protagonismo e a autonomia no fazer político e há aqueles que “soltam as rédeas” como mencionou André Rangel e permitem que os adolescentes assumam os lugares de coordenação e de escolha de assuntos de pauta mesmo que precise haver certo tumulto ou desorganização.

A análise do presente estudo diz que **não**, a criança e o adolescente não estão participando, talvez estejam se aproximando da ideia de participação, mas os ruídos e impedimentos ao seu redor ainda são maiores do que seus viabilizadores. Esse estudo pretendeu elucidar os ruídos e os viabilizadores, pois está comprometido em fomentar a participação infanto-juvenil nos espaços públicos de participação. Considero importante retomar os ruídos e viabilizadores no espaço do Fórum Estadual DCA-RJ identificados com os resultados desta análise.

Os ruídos são:

- Cultura adultocêntrica monopolizadora de tempo e espaço
- Falta de recursos para promover condições básicas de participação
- Pouca articulação com a rede, por exemplo as secretarias de educação
- Linguagem e modo de organização desinteressante ou inacessível para crianças e adolescentes
- Confluência perversa entre os projetos políticos autoritário, neoliberal e democrático-participativo

Os viabilizadores são:

- “Soltar as rédeas” para fomentar o protagonismo e autonomia dos adolescentes
- A itinerância do Fórum DCA promovendo formação política para regiões de periferia e articulando movimentos sociais
- o interesse dos adolescentes em participar do Fórum DCA
- a herança da militância da década de 80 marcada pelo projeto político democrático-participativo
- o comprometimento dos participantes/militantes do Fórum DCA

CAPÍTULO 6

6. Considerações finais

Está posto que os dispositivos de participação cidadã democrática já existem e estão instituídos legalmente como resultado de intensa mobilização popular principalmente a partir da década de 1980 no Brasil. Alguns setores, como os Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social e o movimento em defesa da Criança e do Adolescente, demonstram fortalecimento da instituição democrática na força das leis e das organizações populares. No entanto, ainda assim, a participação ampla da população no processo de deliberação política é pequena. Também é pequena a participação de crianças e adolescentes nos espaços de consolidação de garantia de direitos.

O Fórum DCA-RJ é um espaço singular no estado do Rio de Janeiro. Ele expressa em seu modo de ser a heterogeneidade da sociedade civil, que é plural, espaço de conflitos, arena de debates, traz em si a marca da militância da década de 80 com alguns sobreviventes tentando passar adiante a utopia da participação cidadã. É um espaço heterogêneo porque abarca interesses e pessoas diversas, projetos políticos diversos mas não perde o foco da luta seja pela proteção ou seja protagonismo de crianças e adolescentes.

A participação é uma palavra profunda já na sua definição, porque pressupõe envolvimento, partilha, escuta, atenção, presença, decisão, então quando digo do objetivo deste trabalho ser a análise da profundidade da participação pode-se traduzir a busca deste objetivo com a pergunta: será que está mesmo participando?

O Fórum DCA-RJ como arena de debates é essencial para a organização da sociedade civil que participa do CEDCA-RJ. A forte relação existente entre Fórum DCA e CEDCA advém primeiro da atuação dos atores de movimentos de base comunitária da década de 80 que com o advento do ECA e criação do CEDCA ocupam espontaneamente e legalmente seus lugares de assento no Conselho Estadual. Nas entrevistas, ficou clara a relação de inter-dependência entre os dois espaços com falas como “quando o CEDCA está fragilizado o Fórum DCA se fortalece e vice e versa”.

Também foi mencionado sobre a diferença entre CEDCA e Fórum DCA sendo o segundo espaço identificado com liberdade quanto à expressão de desabafos e queixas enquanto no CEDCA, por haver a necessidade de diálogo com os representantes do

governo os ânimos são direcionados mais para a conciliação do que para o debate. Assim, o Fórum DCA desempenha papel importante para a organização da sociedade civil.

Quanto à participação política de crianças e adolescentes, há muito que se avançar. O momento presente é favorável para o desenvolvimento da formação política de crianças e adolescentes, pois há força na lei para isto e pessoas comprometidas em fomentar o protagonismo deste público, no entanto as instituições ainda se pautam em organizações burocráticas e hierarquizadas. Essas características não se adequam ao perfil de crianças e adolescentes, sendo assim para incluí-los nos processos de participação política é necessário modificar a instituição.

A mudança da instituição não é simples, mas é possível. Muitas vezes as assembleias do Fórum focam-se mais nos informes, queixas e manutenção da institucionalidade (por exemplo eleições para conselheiro ou definição de comissão executiva) do próprio Fórum DCA do que na escolha dos procedimentos adotados para resolver determinada demanda que se apresenta. Os procedimentos foram identificados a partir das entrevistas, pois nas assembleias em que observei o único procedimento adotado para encaminhamento foi a análise de conjuntura. A assembleia é lugar de debate político, de teimosia, de pautas coerentes com a democracia participativa, de criança e adolescente falar e coordenar conforme a fala dos sujeitos de pesquisa.

Foi realizada a sistematização no que se refere à origem histórica do Fórum DCA-RJ mediante ao fato de não ter registro documental anterior sobre o momento de criação desse espaço. Então os atores entrevistados puderam compartilhar suas memórias e experiências referentes ao momento de inserção no Fórum DCA. Ele é um espaço legítimo de consolidação da luta popular pela democracia participativa e principalmente pela luta em defesa da garantia de direitos de crianças e adolescentes, tendo em vista que os movimentos sociais de base foram os primeiros componentes de formação do Fórum DCA-RJ vinculado CEDCA-RJ.

Assim, o presente trabalho trouxe contribuições para reconhecimento da trajetória histórica deste movimento. Além disso, pôde trazer o entendimento sobre o perfil dos participantes e sua motivação na participação. Atenta a estes dados foi possível perceber que a formação universitária está fortemente ligada à formação desta militância tendo em vista que em sua trajetória de formação universitária a maior parte dos sujeitos de pesquisas foram imbuídos de conceitos vinculados à pedagogia do Paulo Freire, à Psicologia Social e aos setores relacionados à luta pelos Direitos Humanos.

No que diz respeito às limitações do presente estudo, não foi possível a pesquisa de campo com um grupo maior de sujeitos o que poderia trazer riqueza de dados e maior

validade ao estudo. No entanto, devido ao pouco tempo para realização de entrevistas e sistematização de dados não foi possível ampliar o número de sujeitos de pesquisa.

Inicialmente, um dos objetivos específicos era realizar entrevista com os adolescentes participantes do Fórum DCA-RJ todavia pela escassez de tempo não foi possível. Este seria um objetivo importante para levantar dados sobre as opiniões dos adolescentes referentes à sua participação.

Pode-se afirmar que existem opiniões diversas, tanto otimistas quanto pessimistas, em relação à democracia participativa com que nos deparamos no presente momento. É verdade que, na experiência humana, os ruídos acabam tendo mais força do que o que é silencioso. Os viabilizadores da participação, como o interesse dos adolescentes ou a percepção de que é preciso “soltar as rédeas” por parte dos adultos acabam ficando invisibilizados e uma percepção pessimista poderia dizer que a experiência participativa está longe de acontecer, no entanto é necessário dar voz tanto aos sujeitos adultos que querem descobrir como “soltar as rédeas” e aos sujeitos crianças e adolescentes que estão ávidos em correr livremente, ocupar novos territórios, inventar algo diferente do que existe, sem muros, é claro mantendo a tradição como base.

O conhecimento dos tradicionais ou militantes da década de 80 é importante para continuar a construir esse novo formato de participação, mas para isso é preciso haver interação sem ruídos ou com menos ruídos. Os viabilizadores precisam ser vistos e reforçados. O levantamento futuro das opiniões de crianças e adolescentes possibilitará o entendimento da percepção deles sobre o conhecimento dos tradicionais e sobre esse novo formato de democracia participativa que querem.

REFERÊNCIAS:

ADDOR, F. Teoria democrática e poder popular na América Latina contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

ANHUCI, V. SUGUIHIRO, V. L. T. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança enquanto espaço público e a superação da cultura política antidemocrática: limites e possibilidades. In Conselhos dos Direitos: desafios teóricos e práticos das experiências de democratização no campo da criança e do adolescente. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011

ARANTES, E. M.M. Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção x autonomia?.Psic. Clin. Vol 21. Rio de Janeiro, 2009.

ARANTES, Ester. A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria de “menor abandonado”. São Paulo: ABMP, 2008 Acesso em 23-02-18. http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisxes.pdf

AVRITZER, L. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, J. Dicionário feito por crianças traz definições que os adultos se esqueceram. Hypeness, 2013. Disponível em: <
<http://www.hypeness.com.br/2013/05/dicionario-feito-por-criancas-traz-definicoes-que-os-adultos-se-esqueceram/>>. Acesso em: 04 de jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Edições Câmara, Brasília, 2015.

BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2015

CABRAL, S. H.; SOUSA, S. M. G. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. Psicologia em revista, Belo Horizonte: 2004. In:
http://www4.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf. Acesso em 30 set 2017.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. São Paulo: E. Braziliense, 1994

DAGNINO, OLVERA, PANFICHI (Org.) A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

D.O. RIO DE JANEIRO. Lei 1.697 de 22 de agosto de 1990. ANO XVI, nº 163. Rio de Janeiro, 1990.

FEDERAL, Senado. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado 1988.

FEDERAL, Senado. Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) (1990). Diário Oficial da União. Lei, n. 8069, 2010.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, M. C; MOURA, M. L. S. Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: EDUERJ,2005.

FXM, 2016. Participação e incidência pelo mundo: Fundação Xuxa Meneghel participa de Entro internacional pela Infância e adolescência no Peru.

GOHN, M. GI. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GRITO NA LUTA. Estudante Ana Júlia questiona de quem é a escola na plenária da Assembleia Legislativa do Paraná. Youtube, canal Grito na luta, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7GeTfjPYzeY>>. Acesso em: 09 de Jun. 2017.

INFANT PERU. Resum I Encuentro Internacional de Infancias 2016. Youtube, canal Infant Peru, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/zo3nlH2J_wQ>. Acesso em: 05 de Jun. 2017.

JARA H. O. A Sistematização de Experiências, Prática e Teoria para Outros Mundos Possíveis. Brasília-DF: CONTAG, 2012.

KOSELLECK, R. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês; tradução do original alemão de Luciana Villas Boas Castelo Branco - Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSHIBA, L., PEREIRA, D. M. F. História do Brasil. São Paulo: Atual, 1984.

LOPES, M. ECA: Uma lei avançada, uma realidade cruel. Carta Capital, 2016. Acesso em 22/12/16.

In: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/eca-uma-lei-avancada-uma-realidade-cruel>.

MOREIRA, J. O.; SALUM, M. J. G.; OLIVEIRA, R. T. Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades/- Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016.

MONTEIRO, Elaine. As ONGs e a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro: da mobilização dos anos 80 à intervenção dos anos 90. Tese de doutorado, UFRJ, 2000.

MELO, Valéria Galo de. "Vai passar nessa avenida um samba popular": Movimento Social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes na Constituição Cidadã. Dissertação de mestrado, UERJ, 2005.

MORRONE, B. OSHIMA, F.Y. O legado das ocupações nas escolas. Revista Época, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.htm> I. Acessado em: 17/11/2017

PREFEITURA DE MESQUITA,. Cartilha do grêmio estudantil. Notícias, 2013. In: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2013/09/13/cartilha-do-gremio-estudantil/>

REDAÇÃO. Dicionário feito por crianças revela a adultos um mundo que já esqueceram. Catraca Livre, 2013. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/dicionario-feito-por-crianc.as-revela-a-adultos-um-mundo-que-ja-esqueceram/>. Acesso em: 05 de Jun. 2017.

SILVA, E. R. A. Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. São Paulo: IPEA, 2009. In: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_1378.pdf. Acesso em 30 set 2017.

SIQUEIRA, C. Deputados derrubam decreto dos conselhos populares. Câmara notícias, 2014. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em 23 de Jun. 2017

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WOLA - Programa Centro Americano de Capacitação em Incidência. Manual Básico para la Incidência Política, Oficina en Washington para la Incidencia Politica, 2002, p. 6-7, pdf.

APÊNDICE A- Micro-hipóteses

	MICRO-HIPÓTESE 1	MICRO-HIPÓTESE 2	MICRO-HIPÓTESE 3	MICRO-HIPÓTESE 4
PERGUNT A 1	É possível descrever algum procedimento apresentado pelo fórum?	O que tem impedido que os adolescentes ocupem o espaço do fórum?	Aponte os principais motivos da fragilização da política pública para CA?	De que forma a articulação da rede pode garantir a efetivação da política pública para CA?
PERGUNT A 2	Essa falta de clareza provoca incômodo ou mobiliza o grupo?	O que tem favorecido que os adolescentes ocupem o espaço do fórum?	Aponte os principais caminhos para efetivação da política pública para CA?	Quais são os obstáculos para a articulação da rede?

PERGUNT A 3	Existe alguma fala ou tentativa de esclarecer esses procedimentos?	Quais são as reações dos adolescentes diante da expressão desta vontade?	O Fórum é um dos caminhos para a efetivação da política pública para CA?	Quais são os viabilizadores para a articulação efetiva da rede?
PERGUNT A 4	Se a resposta da pergunta anterior é sim, então o que se faz com essas falas ou tentativas?	É viável a ocupação deste espaço pelos adolescentes ou é necessário criar outro?	Qual é o papel do Fórum para o fortalecimento da política pública para CA?	O Fórum pode contribuir para que a articulação da rede opere?
MICRO-HIPÓTESE 1: Não existem mecanismos/procedimentos claros de atuação e intervenção do Fórum DCA-RJ em sua realidade				
MICRO-HIPÓTESE 2: Existe a vontade de que os adolescentes ocupem o espaço do Fórum DCA-RJ				
MICRO-HIPÓTESE 3: A política pública para crianças e adolescentes tem se mostrado insuficiente e frágil				
MICRO-HIPÓTESE 4: Há o apontamento da importância da articulação da rede de garantia de direitos para fazer valer a política, no entanto há dificuldade para que essa articulação se efetive				

APÊNDICE B – Análise das atas

ANÁLISE DAS ATAS DO FÓRUM DCA-RJ DE NOV/2016 À JAN/2018																
	ATA 1 NOV 2016	ATA 2 DEZ 2016	ATA 3 JAN 2017	ATA 4 FEV 2017	ATA 5 MAR 2017	ATA 6 ABR 2017	ATA 7 MAI 2017	ATA 8 JUN 2017	ATA 9 JUL 2017	ATA 10 AGO 2017	ATA 11 SET 2017	ATA 12 OUT 2017	ATA 13 NOV 2017	ATA 14 DEZ 2017	ATA 15 JAN 2018	
Nº DE PESSOAS PRESENTES	35		11	20	20	33	20		32	23	22			30	11	
Nº DE MULHERES PRESENTES	23		9	15	14	24	12		21	17	18			19	9	
Nº DE ADOLESCENTES PRESENTES	7		0	1	7	2	3		2	6	4			8	1	
Nº DE CRIANÇAS PRESENTES	0		0	0	0	0	0		0	0	0			0	0	
OUTRAS INSTITUIÇÕES (Universidade, fóruns, conselho, governo etc.)	9		1	4	1	5	2		4,0	3	5			3	0	
Nº DE ONGs	15		7	13	8	19	14		19	16	13			18	10	
FOI PRODUZIDA ATA?	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não teve acesso à ata	Sim	Sim	Sim	Não teve acesso à ata	Não teve acesso à ata	Sim	Sim	
QUAIS FORAM OS ENCAMINHAMENTOS FEITOS?	Estímulo a participação dos adolescentes		sugestão de articulação da rede	Proposta de capacitação sobre orçamento público e transmissão das reuniões via internet.	Estímulo do compartilhamento e divulgação do Fórum nas redes sociais	reestruturação da comissão executiva pertencente ao edital de financiamento CONANDA e formação de	Decisões sobre o encontro dos adolescentes e definição da comissão eleitoral	Disponibilização do plano decenal feito pelo	Encaminhamentos referentes ao processo eleitoral	definição de formas de fazer incidência política tanto no âmbito municipal como estadual; adaptar a linguagem para	Levar questões locais para os conselhos de direitos; fazer articulação com movimentos sociais			Aprovação do plano de comunicação referente às redes sociais; escolha de representantes para comissão	Modificação do calendário 2018 e plano de comunicação	

QUAIS OS PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS?	Compartilhamento de experiências e análise de conjuntura		Fechamento calendário questões email e facebook; análise de conjuntura.	Precarização da política falta de recursos	Apresentação dos vídeos feitos pelos adolescentes e sobre o evento organizado por eles	Análise de conjuntura e precarização da política	Composição da comissão executiva, organização encontro dos adolescentes	Composição da comissão executiva, comitê de combate a tortura, plano decenal, encontro dos adolescentes	Processo Eleitoral de Representantes Não Governamentais para o CEDCA biênio 2017/2018	análise de conjuntura Volta Redonda; papel do Fórum para a tomada de consciência da sociedade; participação dos adolescentes; agenda da assembleia	Escuta das questões locais; participação de crianças e adolescentes na Conferência Nacional de 2018			Aprovação do calendário 2018; sobre as dificuldades metodológicas para participação	Sobre a representação nas conferências livres e modificações dos encaminhamentos anteriores
ADOLESCENTES OU CRIANÇAS SE MANIFESTARAM?	Sim		Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			Sim	Sim
LOCAL DA REUNIÃO	Biblioteca Parque Estadual-Centro		Associação Beneficente São Martinho-Centro	Movimento de Mulheres-São Gonçalo	Fundação XUXA-Pedra de Guaratiba	CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IGUAÇU.	OAB-Centro do Rio de Janeiro	CRESS-RJ no Centro	Grupo Pela Vida Niterói	Casa da Criança e do adolescente- Volta Redonda	Associação PAMEN-CHEIFA-Jardim Gramacho			OAB-RJ CENTRO	Associação Beneficente São Martinho-Centro
TEVE REGISTRO DE AUDIO?	Sim grav 034 P	Não	Não	Sim grav 0050 D	Sim vídeo	Não	Sim grav 0055 P	Sim grav. 009 c	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

APÊNDICE C-
Tabela de Sujeitos de Pesquisa

Sujeitos de pesquisa	Formação
Entrevistado A	Pedagoga
Entrevistado B	Psicólogo
Entrevistado C	Advogado
Entrevistado D	Pedagoga
Entrevistado E	Pedagoga

APÊNDICE D- Roteiro de Entrevista

Primeira parte: sobre o Fórum

1. De que data é a sua inserção neste Fórum e qual a motivação para sua inserção?
2. Por que o Fórum foi criado e por quem?
3. Você acha que o Fórum guarda as mesmas características do início ou ele mudou de alguma forma?
4. Quais são os procedimentos mais efetivos do Fórum no que diz respeito à transformação social a partir das demandas apresentadas?
5. Em sua opinião qual é o principal objetivo do Fórum? Você acha que os objetivos tem sido alcançados? Por que sim ou por que não?

Segunda parte: sobre a participação dos adolescentes

1. Como você vê a inserção dos adolescentes no Fórum?
2. Acredita que esse espaço pode ser ocupado pelos adolescentes?
3. Você acha que algo impede os adolescentes de ocupar o espaço do Fórum? Se sim proponha soluções para este problema.

APÊNDICE E-

Íntegra das entrevistas:

Entrevista com Sujeito A

Minha inserção no Fórum DCAERJ aconteceu ao iniciar a frequentar as assembleias do Fórum DCA em Niterói no ano 2001, buscando entender as articulações com outros espaços e fóruns DCA.

O Fórum DCAERJ foi criado em 1990 por membros da sociedade civil, representantes de ONGS de atendimento de Crianças e Adolescentes do município do Rio de Janeiro após a publicação do ECA para instalação do CEDCA RJ com o intuito de articulação com todos os municípios do Estado do RJ.

O Fórum DCAERJ guarda algumas características do início como a busca por articulação com todos os municípios do Estado do RJ insistindo na itinerância da realização das assembleias mensais e a vontade de pressionar o Poder Público por respostas para a fragilidade das políticas públicas de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Estado do RJ. E a maior característica atual é a mobilização para o ingresso de adolescentes no Fórum e no CEDCA.

O Fórum DCAERJ passa por mais uma etapa de esvaziamento das representações nas assembleias e a dificuldade da participação dos adolescentes nas assembleias tornando bastante difícil a construção de procedimentos mais efetivos do Fórum no que diz respeito à pressão do Poder Público a partir das multiplicidade de demandas apresentadas.pela fragilidade ou inexistência de políticas públicas de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Estado do RJ.

Na minha opinião o principal objetivo do Fórum DCAERJ é exercer pressão diante da opinião da sociedade e do exercício do Poder Público a partir das multiplicidade de demandas apresentadas pela fragilidade ou inexistência de políticas públicas de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito do Estado do RJ. Este objetivo foi alcançado algumas vezes através da projeção midiática da participação de membros do Fórum DCAERJ em alguns eventos estaduais e nacionais.

A inserção dos adolescentes no Fórum DCAERJ é primordial para a sobrevivência deste Fórum, mas precisa acontecer com todo o apoio material necessário e toda o entendimento dos adultos para o desenvolvimento do protagonismo e pertencimento necessários.

Sim, acredito na inserção dos adolescentes no Fórum DCAERJ para a sobrevivência deste Fórum.

Os fatores materiais são os maiores entraves para a maior participação dos adolescentes no **Fórum DCAERJ**.

Entrevista com Sujeito B

Graduado em Psicologia, fiz uma Pós-Graduação em clínica transdisciplinar na UFF no departamento de psicologia e a partir daí eu venho tentando construir um sentido pra mim nessa trajetória, o que faz um psicólogo que sempre atuou em políticas públicas de assistência social voltada para o público infanto-juvenil faz num campo de garantia de direitos então eu formei em 93 e desde lá embora tenha passado pelos espaços de estágio tradicionais, serviços de psicologia aplicada e na clínica privada eu também tenho buscado desde o início atuar no campo da assistência social e no campo da violação de direitos da criança e do adolescente, trabalhei durante muitos anos na associação brasileira terra dos homens em 2010 e fiquei 11 anos lá e como psicólogo contratado dessa ONG eu atuei em convênios que essa ONG tinha com a prefeitura do Rio de Janeiro especificamente com a secretaria municipal de desenvolvimento social como psicólogo do projeto família acolhedora, há época era projeto porque isso era anterior à política nacional de assistência social de 2004 quando o Programa família acolhedora passa a ser um programa dessa política, então foi antes dessa política eu atuei no projeto da secretaria municipal do Rio por 6 anos e depois também atuei quando esse projeto foi desfeito como psicólogo do Programa Família acolhedora em Niterói em convênio pela terra dos homens, em 2010 eu saio da terra dos homens e lá na terra dos homens eu iniciei essa experiência de participação e de representação da ONG nos espaços de garantia de direitos e em 2010 eu saio de lá e passo

para a ONG Contato que é onde estou até hoje e que represento nos espaços de garantia de direitos de criança e adolescente No Fórum estadual e municipal da sociedade civil e com assento no Conselho Municipal do Rio de Janeiro da criança e do adolescente, no conselho estadual atualmente eu fiquei 2 mandatos representando a ONG Contato e agora estou no terceiro mandato seguido mas dessa vez representando o conselho regional de psicologia e a ONG Contato eu represento também no conselho estadual de assistência social então é a minha primeira experiência fora da representação em conselhos voltados para os direitos da criança e do adolescente especificamente então bem resumidamente esse foi o caminho que eu percorri até hoje.

Acredito que tenha me inserido nesse fórum estadual dos direitos da criança e do adolescente por volta de meados de 2008 ainda representando a outra instituição que eu trabalhava, a associação brasileira Terra dos homens que chegou a ter assento no CEDCA e desde 2010 eu passei a trabalhar na ONG Contato e a partir de 2012 eu retorno a esse espaço representando a ONG Contato.

Quando eu saí de um segmento de atuação dentro da associação brasileira Terra dos Homens onde eu trabalhei por 11 anos, eu atuava muito como psicólogo do projeto Família acolhedora e depois que a ONG perdeu o convênio com a prefeitura para gerir esse projeto família acolhedora da secretaria da capital do Rio, a ONG me chamou para compor outro eixo de atendimento de defesa de direitos e capacitação e eu passei a difundir a metodologia de atuação da psicologia no trabalho social com famílias por diversos municípios e também passei a integrar a equipe que representava a instituição nos espaços de garantia de direitos, então eu acredito que tenha sido uma sensibilidade muito grande por parte da diretora executiva daquela ONG que percebeu que a minha forma de atuar como psicólogo no projeto da secretaria de desenvolvimento social que era o Programa família acolhedora já era uma forma de atuar pensando a atuação em rede. O próprio cargo nesse projeto pressupunha essa prática, eu não só atendia as crianças, as famílias e pensava os vínculos familiares e comunitários delas nos atendimentos psicológicos voltados para aquele público mas eu também pensava como que as questões que emergiam naquelas relações e que denotavam a violência que tinha gerado a entrada daquelas crianças no projeto que atendia crianças e adolescentes vítimas de violência e que precisavam ser afastados temporariamente da convivência com a sua família de origem por uma ordem judicial, então as situações trazidas emergidas dos atendimentos que envolviam violências intra-familiares e extra-familiares acabavam por me provocar a acionar toda uma rede de atenção que não fosse somente aquela atenção psicossocial daquele projeto então eu já Então eu já pensava a atuação psicossocial e a prática psicológica em rede,

eu não conseguia conceber trabalhar para a desconstrução da violência naqueles vínculos familiares sem pensar na articulação com as políticas públicas de saúde, de educação, com os espaços de garantia de direitos ditos do controle social de conselhos tutelares, com poder judiciário, então isso já era pensar numa articulação em rede de sistemas de garantia de direitos por dentro do atendimento, eu fazia isso muito e entendia, eu tinha uma formação em Clínica Transdisciplinar, e eu pensava Clínica Transdisciplinar, uma clínica que atuasse por esse viés e aí a diretora executiva que já tinha representado a própria instituição, à época, representava em um desses espaços de garantia de direitos estava precisando de mais gente para fazer isso, ela me puxa para essa função específica, sim, atuar representando a instituição nesses espaços e eu vou ocupar esses espaços muito entusiasmado sim, por eu, na verdade eu estava consolidando ali uma prática que eu já fazia isso muito, como eu posso dizer, espontaneamente, na minha prática profissional como psicólogo de atendimento. – Era teu perfil, de repente? – Acredito que sim, eu não consigo a gente estava brincando, assim antes de começar a entrevista, que, quando perguntei sobre você, que seus amigos chamavam você de eclética, na faculdade, eu lembro que eu era muito estigmatizado também até o quinto período, as pessoas falavam, eu não sei

porque você está fazendo esse curso, você deveria estar fazendo Ciências Sociais, Sociologia, você está no curso errado, pelas colocações que eu fazia em sala, mas eu sempre tive a convicção que eu estava falando de dentro da Psicologia, mas uma Psicologia outra, não a Psicologia do intimismo, do psiquismo apenas, mas uma Psicologia que dialoga com outros saberes, com outros saberes sobretudo das Ciências Humanas e Ciências Jurídicas, então a minha implicação para estar nesses espaços vem daí – Sim, você sabe porque o fórum foi criado e por quem? Porque, na verdade, eu tive dificuldade de achar literatura – Mais uma! – Aí eu coloquei essa pergunta – Porque ele foi criado? Eu não sei se vou conseguir chegar a essas respostas de uma forma tão objetiva. O que eu penso sobre a história da criação do fórum, o que eu sei e como eu isso. Eu entendo que a importância dos fóruns ela remonta, e ela é anterior a própria criação dos Conselhos de Direitos, os fóruns nasceram antes dos Conselhos de Direitos, porque os fóruns, eles são oriundos dos movimentos sociais que culminaram inclusive na construção do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Cidadã, em 1988, e do ECA, porque foram aqueles movimentos sociais que incidiram para que a constituição fosse considerada cidadã, esses nomes que a Constituição ganha, justamente por pensar muito e considerar as políticas públicas e as garantias de direitos humanos e logo depois o ECA, foram os movimentos sociais que geraram a produção dessas normativas que também fundaram o fórum, o fórum ele nasce, ele emerge, como uma organização mais elaborada desse segmento da sociedade civil a partir dessa luta mesmo, que ocupa as ruas e então assim, porque então, nesse sentido porque então os, porque aí, foi justamente essas, foram aquelas pessoas que foram e gritar por uma constituição mais humanizada que legitimasse os direitos humanos que gerou a fundação. Agora quem exatamente, qual foi a instituição, grupos de instituições, realmente essa informação eu não tenho eu não sei, se você... – Eu acho que ela não existe mesmo – Ela não existe mesmo, ela não está sistematizada – Exatamente – Porque eu também sei, pelo menos do período que eu participei e venho participando, é que essa sistematização sempre foi muito precarizada, porque ela circulou assim, muito, como o fórum tem essa característica itinerante e como a Secretaria Executiva tem muita gente passando, muitas instituições passando pela Secretaria Executiva, eu acho que isso acabou, por um lado, é muito bom politicamente falando, pela própria permanência dele e ele não ficar capturado nem encapsulado por uma única instituição, uma instituição de determinado nicho, mesmo dentro desse segmento dos direitos da criança e do adolescente, mas por outro, acabou, isso possa ter prejudicado a sistematização, para que a gente pudesse chegar a origem, mas como Freud não entendia a origem dos sonhos o umbigo dos sonhos, que ele chamava, ele estava perdido lá no inconsciente, eu acho que também não interessa muito, assim, entender a origem, a pedra filosofal disso aí, mas assim pensar como que, como que isso se agenciou? A história, e eu acho que essa história é importante de se marcar, os fóruns de direitos das crianças e dos adolescentes, pelo menos o Estadual do Rio de Janeiro e Municipal, eles estão muito interligados com uma época de movimentos sociais muito atuantes que foi pra rua, que gritou pela garantia de direitos de crianças e adolescentes, por isso, talvez a minha colega entrevistada tenha falado isso, que ela é uma grande militante dessa, por isso que até hoje, se faz necessário que grite contra a Chacina da Candelária, que foi uma chacina que aconteceu justamente numa época em que essas discussões estavam todas na rua, então trouxe mais ainda a parte atuante para rua quando houve aquela chacina, eu era estagiário de Psicologia de um programa, que era do Joãozinho Trinta, na época, programa Morro do Amanhã, eu era estagiário de psicologia e ali eu tive uma passagem com aqueles meninos em situação de rua ali na candelária e todo esse movimento ele ..., na época existia um movimento, agora eu lembrei de uma situação muito forte ali do início, que era o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, não sei se você já procurou, talvez ali você possa encontrar, talvez, alguma coisa mais sistematizada sobre a origem desse fórum. – Mas onde? – O

Movimento Nacional, não sei se ele ainda existe, ou talvez ele esteja nos seu arquivos – Eu acho que procurei e achei só no FACEBOOK de vários locais assim – Talvez a rede Rio Criança, a rede Rio Criança, no meu entender, ela é uma remanescente desse grupo, em desdobramento do movimento, a rede Rio Criança, que é, se eu não me engano era coordenadora pela Márcia Gato, que inclusive, atualmente eles são Conselheiros do CEDCA, mas ali você possa conseguir alguma coisa nesse sentido, mas pra mim essa informação, essa ideia de movimentos sociais ela traz em si uma marca de um modo de subjetivação, que traz assim direção desse fórum e toda potência dele é de militância, de luta para fazer valer o direito.

Entrevista com Sujeito C

Sou advogado desde 1990, ano em que iniciei uma militância pelos direitos da criança e do adolescente, primeiro através da São Martinho e depois através do IBIS e posteriormente através da ONG Projeto Legal que é onde me situo hoje como membro da diretoria. O projeto legal é um centro de defesa do direito da criança e do adolescente e que desde 1993 participa do fórum estadual de direitos da criança e do adolescente, tendo sido inclusive espaço de deliberação para minha participação como presidente do conselho estadual da criança e do adolescente no ano de 2009-2010 e além disso eu fui vice-presidente e presidente do CONANDA e hoje sou membro da comissão de direitos humanos da OAB do estado do Rio de Janeiro e do conselho federal da OAB.

Iniciei a militância no Fórum em 1990, o ano que iniciou o Fórum, na verdade acho que ele iniciou em 1989, mas em novo 1990 ano em que eu comecei a militar pela São Martinho, eu comecei a participar do fórum estadual e dali fui membro do conselho estadual como suplente da primeira gestão do conselho estadual e desde então vim participando ativamente e hoje menos mas contribuindo através do projeto legal especialmente em algumas ações de defesa de direitos.

Começou através da São Martinho e em 1990 com os desafios do ECA e ampla mobilização pra editar a lei, por isso inicia a constituição dos espaços de Fórum e conselhos.

Naquele momento os fóruns passaram a ser espaços privilegiados da participação popular da sociedade civil que organizavam sua incidência política a partir do fórum especialmente no espaço do conselho de direitos. A motivação era de uma militância de uma grande agenda nacional que estava posta a partir do ECA.

Eu comecei a militar na área de direitos humanos em 1987, mas eu fui militar no sistema prisional, militava na Pastoral carcerária como estudante de direito e como estudante de direito participei de vários estágios todos implicados em questões sociais e políticas e humanitárias, desde projeto Rondon até Pastoral carcerária, banco da providência, sindicatos e quando eu me formei em 1990 eu recebo o convite para ser advogado de defesa dentro da São Martinho para poder fazer a implementação do estatuto da criança e do adolescente para os adolescentes que praticavam atos infracionais e daí por diante então eu e tinha uma motivação de militância nessa área e de participação no fórum.

O Fórum foi o desenho final da grande mobilização que se teve no final da década de 80 para pressionar o estado brasileiro a mudar o paradigma jurídico que era o código de menores e toda política de controle punitivo, social o antigo código de menores, do marco da situação irregular, do menorismo, a judicialização da pobreza. Então no final da década de 80, muito impulsionado pela convenção internacional de direitos da criança e do adolescente que vinha da ONU como um documento orientador de reordenamento interno nos países, então houve uma grande mobilização no final da década de 80 que vai culminar com a

edição do ECA e o seu desenrolar como uma referência de implementação. Aquela mobilização toda acaba desenvolvendo uma geografia política onde os fóruns passaram a ser uma referência de organização para a sociedade civil na área de criança e adolescente com uma agenda principal que era incidir no Conselho Estadual da criança e do adolescente para desenvolver as políticas de proteção à CA.

O Fórum DCA-RJ é o único fórum estadual no Brasil que é reconhecido por lei, que a lei estadual que cria o CEDCA traz um dispositivo fazendo menção ao fórum.

O Fórum mudou, mudou bastante. Eu acho que a década de 80 é marcada ainda por uma ampla mobilização da sociedade civil em torno dessa agenda. O ECA vai completar 30 anos daqui a dois anos. Naquela primeira década havia uma grande mobilização e havia também uma certa contaminação no sentido positivo do ambiente em razão do processo de redemocratização do estado brasileiro, então percebia-se os espaços de conselhos e fóruns como espaço de agenda não só pra discutir os direitos da CA, mas para discutir a democracia no Brasil, para discutir um novo tempo democrático. Acontece que essa agenda cumpre essa primeira etapa especialmente nesses primeiros 10 anos e depois há um aprimoramento do sistema na segunda década especialmente dos sistemas dos conselhos e os fóruns passam a perder a sua força e protagonismo nos espaços dos conselhos. Os conselhos passam a ser como se fossem uma agenda única. Como se o processo de consolidação da democracia tivesse sido superada e aos fóruns caberia de maneira funcional- e essa é uma crítica árida e azeda que eu faço hoje e sempre à agenda do Fórum estadual é que uma agenda funcionalista, não é uma agenda que discute as grandes questões da política, do estado, então por exemplo, houve uma assembleia há três semanas atrás e tinha uma pauta pra discutir a composição da mesa diretora, composição disso, a composição daquilo, mas não tinha a pauta da intervenção federal no Rio de Janeiro. Então há uma perda de referencial dessa agenda nacional, desse debate estruturante dessa discussão da democracia participativa no Brasil e hoje o Fórum tem uma mobilização reduzida e não conseguiu consolidar-se como um fórum de ampla participação popular espacialmente do interior, então ele é muito metropolitano por mais que ele se intitule estadual e tem uma agenda no meu ponto de vista muito funcionalista e que deixou pra trás todo aquele debate da primeira década, assim que foi editado o estatuto, que era fazer uma discussão sobre direitos da CA sob o enfoque da democracia.

O Fórum já teve um momento de incidência macropolítica nessa primeira década, eu participei dessa primeira década ativamente quando se promovia incidência no parlamento, quando se desenvolvia agendas internacionais de organismos para monitorar violações de direitos de crianças e adolescentes, quando se promoviam ações judicializantes exemplares pra poder ir pra mesa de negociação com o estado contra violações extremadas, se tinha a pauta de direito à vida como uma referência de luta e orientação para todos os demais direitos, quer dizer essa pauta se perdeu e hoje o fórum se reúne, ele tem um grupo de pessoas militantes, antigas mas uma pauta esvaziada mas muito funcionalista, muito como se fosse um espelho da pauta do conselho estadual e aí quando o conselho não tem funcionamento nenhum como hoje, está praticamente parado porque a gente vive uma crise institucional muito grande no Rio de Janeiro, o fórum então passa a discutir questões que impactam pouco, no meu ponto de vista, hoje, na agenda da criança e do adolescente, sem perder ele como espaço de participação popular, você vai nas reuniões vai ter no mínimo 20 pessoas, mas um espaço de incidência popular ele não é que é uma diferença colocada num artigo que uma vez eu escrevi: que eu chamava de participação e ocupação popular que são duas coisas diferentes nos espaços dos conselhos e hoje os conselhos são espaços de ocupação popular e não de participação popular.

A função principal do fórum na primeira década era garantir a participação da sociedade civil no conselho. A questão é que se tinha desenhado um projeto político de desenvolvimento de agenda que passava também pelos conselhos de direitos, os conselhos estaduais e

municipais, mas tinha uma agenda de direitos, tinha uma questão de ações de advocacy internacional, tinha uma ação de incidência parlamentar, tinha uma articulação com outros fóruns no Brasil, então você tinha uma pauta ampla, isso na segunda década começa a se perder, quando os conselhos se institucionalizam e ganham força especialmente nos governos populares, nos governos democráticos de Lula e Dilma quando isso se institucionaliza e começam as conferências e conselhos, então os fóruns passam a ser uma referência restrita aos conselhos e muitas das vezes os conselhos acabam ditando a pauta dos fóruns porque os fóruns perdem o primeiro momento da primeira década que vinha contaminado positivamente pelo processo de redemocratização do estado brasileiro, isso se perde e isso vai se aprofundando pra chegar hoje em 2018 com uma agenda muito restrita e uma agenda basicamente funcionalista de atuação e que impactam muito hoje.

O fórum estadual de defesa dos direitos da criança e adolescente do estado do Rio de Janeiro, hoje ele não é um espaço de ampla participação popular e não traduz uma ação, não traduz a existência de uma agenda ampla de incidência sobre o campo de intervenção que ele poderia fazer. Ele cumpre o papel funcionalista de ser uma retaguarda do conselho estadual e muitas vezes o conselho estadual pauta o fórum e não fórum pauta o conselho estadual.

Na primeira década havia um projeto político em debate no âmbito do fórum, todos mobilizados pelo projeto de redemocratização, então você fazia desde interlocuções com organismos internacionais, de direitos humanos, de direitos da criança pra poder desenvolver agendas até ações judicializantes para garantia de direitos, ações nos tribunais para a defesa da garantia de direitos, você fazia interiorizações em torno dos conselhos do interior, você fazia um conjunto de ações que restringia o conselho estadual então hoje o fórum estadual se restringe à agenda do conselho estadual.

Agenda é um conjunto de medidas e ações desenvolvidas no escopo do planejamento estratégico do fórum, fazia-se um planejamento estratégico, construía-se uma agenda política que agente chama. Essa agenda depende da composição do fórum, depende da percepção sobre o papel do fórum, então você pode perguntar em 2016 quando se consolidou o impeachment da Dilma qual foi a visão do fórum e das entidades que compõem ele desse processo? Isso não foi pauta. Teve uma vez que eu inclusive fui pra defender que não se dialogasse com o governo federal, era contra, como fui contra quando me retirei de todos os conselhos de âmbito nacional, eu me retirei tanto que estou entrincheirado na OAB. Eu não vou dialogar com o governo ilegítimo, os espaços dos conselhos tem como elemento norteador o princípio da democracia então quando isso é rompido...agente fez uma mobilização pra sociedade civil se retirar e tem organizações dentro do fórum que faz convênio direito com o governo federal. Para desenvolver projetos estratégicos eu não faria jamais, porque não vou legitimar alguma coisa que eu não reconheço na sua questão política e aquele debate você viu foi derrotado que é uma, porque é uma percepção funcionalista porque o mais importante é proteger nossas criancinhas pobres, remelentas que estão sofrendo, coitadinhas delas nós não podemos deixar que a política contamine...como não podemos deixar? Na verdade é a política que determina nossa ação de enfrentamento às questões de violações, à questão da democracia.

Falta na base da formação uma perspectiva crítica e coerente, você entra no Facebook e vai ver que eu não deixo de marcar minha posição contra esse governo ilegítimo.

O momento agora é ocupar a praça e não o palácio, não há condições de ocupação do palácio. Em 2019 se o eleito for o Rodrigo Maia não tem problema mas ele precisa ser eleito, mas ele não pode ser uma pessoa que dá o golpe. Ele foi lá enfrentou as urnas e foi eleito, mas tem manipulação, tem recurso, bom é o que se tem pra o momento, é expressão do voto popular, não me importa quem quer seja mas que seja eleito e se restabeleça o princípio da democracia eu vou participar. Se eu faço convênio com ele eu legitimo ele.

Agenda funcionalista é aquela que olha o microespaço de intervenção e opera o desenvolvimento de atividades de resultados que não repercutem na mudança política do estado brasileiro, isso é uma agenda funcionalista, então vou executar um convênio com esse governo para poder proteger 40 crianças ameaçadas de morte, isso vai legitimar o governo como colocou nessa semana que eu fui à Brasília no senado representar a OAB num debate sobre democracia e direitos humanos e segurança pública e aí fui representar a OAB e estava o representante de direitos humanos do governo Temer e o que ele fala: nós temos o programa de proteção à criança que não funciona que não tem recurso, mas lá no Rio de Janeiro tem uma entidade que está executando, tem é verdade mas qual é o impacto disso em termos de resultado? Quase nenhum mas atende aquela entidade que desenvolve a sua microagenda, a sua agenda dentro de um micro espaço político que não vai impactar quase nada.

Eu acho que tem uma baixa incidência, não é uma participação continuada, por mais que tenha um espaço de participação de determinados grupos na Secretaria Executiva, na coordenação do fórum, mas eu considero no mesmo ângulo da ideia funcionalista, participação de baixa incidência mais pontual, muito vinculada a determinadas ações das entidades sem que seja um espaço aberto permanente de ampla participação popular de crianças e adolescentes como foi o início do estatuto porque se você buscar raiz histórica de criança do estatuto da criança e do adolescente você vai ver que a ocupação do congresso nacional naquele momento é lindo, as crianças invadindo o congresso nacional para aprovação do ECA. O que significa aquilo ao que nós temos hoje? O debate que faz com esses jovens e para esses jovens com essa juventude militante é um debate no meu ponto de vista que não traduz uma agenda que possa impactar uma agenda com mudanças da estrutura, acho que ela replica a ideia funcionalista da própria ideia do fórum.

O Fórum deve ser ocupado pelos adolescentes. Tem um termo do falecido companheiro Vanderlei nogueira a ideia do adultocêntrismo então construir alguma coisa para além dessa fronteira é uma necessidade e enquanto essa pauta for uma pauta construída por essa percepção adultocêntrica, funcionalista, esse tende a ser um espaço de baixa incidência política de jovens, ele vai cumprir "calendários festivos", datas marcantes para algumas atividades, mas não vai ser um espaço de grande mobilização ou articulação para operar pautas estruturantes em favor de crianças e adolescentes protagonizada pelos jovens.

A agenda dos jovens acaba ficando refém da agenda do fórum e não reflete uma agenda do fórum mas reflete uma ação do fórum, não há ampla mobilização em segmentos estratégicos, como por exemplo o fórum nunca participou nos últimos 15 anos dos movimentos estudantis, de reivindicações de 2013, de 2015, isso é estranho para o fórum, então não dialoga com esse segmento onde há efervescência de militância que poderia ser dialogada para construção de uma agenda, (mas será que esses movimentos se identificam com os espaços como o fórum?) na verdade eles não foram sequer apresentados.(questão sobre quem participa é o jovem e não crianças e adolescentes) A inclusão de crianças e adolescentes se faz pontualmente através de alguns projetos que alguma entidade possa ter e contempla para poder legitimar a ideia de que existe participação de crianças e adolescentes, mas nunca se discutiu a participação de criança, isso é pauta sempre em época de conferência. E aí vamos deliberar a participação da criança ou não, mas é criança tem que ter responsável, e aí vai mete duas na bagagem e vamos embora, porque tem que ter criança então vamos embora, mas nunca fórum debateu por exemplo a participação de crianças e o direito de brincar e o direito humano a brincar. (voltando aos movimentos de juventude que já existem criar diálogo com o fórum)

Esses movimentos de juventude são estranhos ao fórum. O fórum quer discutir que na última assembleia não foi deliberado a criação de uma comissão pra discutir o resultado que produzido pela outra comissão que estava discutindo o que foi deixado pela outra comissão

mas precisa se reunir para deliberar sobre aquela comissão. Sobre o que?(Isso também é importante: a parte burocrática?)

Eu fui presidente do Conselho da criança e do adolescente, eu experimentei isso. O governador era o Sérgio Cabral e naquele momento o estado do Rio de Janeiro vivia uma economia pujante, vivia um grande momento econômico, então eu conseguia falar no conselho da FIRJAN e num movimento só conseguia um recurso grande para fazer a Conferência do estado do Rio de Janeiro, mas era um outro cenário, era outro momento, esse momento passou, então hoje qual deveria ser a agenda do fórum nos últimos 5 anos? O governo que está aí não reconhece o espaço do conselho como deliberativo e controlador das políticas então não vai circular recursos, não tem recurso, não tem estrutura, não tem funcionário, não tem nada, então o que o fórum tem que fazer, olhar pra isso e focar nas ações de advocacy, focar nas ações de incidência política e abandonar a ideia de que vai conseguir financiar projetos. Eles estão discutindo agora, um edital de financiamento de projetos pelo conselho estadual, isso não vai sair do lugar, não tem nem um conhecimento técnico de que existe uma diferença entre o orçamentário e o financeiro, então nesse momento você tinha que mirar numa grande agenda política de mobilização, esse seria o grande lance e botar a sociedade civil do conselho estadual como referência de ações do controle social, formular denúncias, fazer lai, mas não, então vamos seguir um protocolo de estrutura que não tem, que não teve e que não vai ter. O governo não tem dinheiro pra aprovar projeto, vai sair de onde dinheiro, o Pezão está sendo processado porque não destinou 12% pra saúde, imagina se ele vai destinar financeiramente recursos do conselho estadual apoiar projetos, mas é sinal de que não tem uma visão estratégica, mas são todos grandes companheiros que lutam e que eu conheço há muitos anos e respeito muito mas deixo a crítica como deixei naquele dia.

Eu tenho o compromisso com a minha consciência então eu espero que daqui a 200 anos você abre um livro todo empoeirado e tire a poeira e está lá escrito mas tem aqui uma cara chato pra caramba e falou isso. Não é que era verdade. Eu opero muito nessa lógica também. Eu digo sempre: eu brinco, eu não tenho problema nenhum de perder votação, sou perfeitamente ajustado a bancada de partido comunista, tem um deputado, vota sozinho, vota contra, mas vamos votar, não pode passar o rodo, vamos votar, vota sabendo que vou perder mas está registrado que nós particularmente do projeto legal não pactuamos, não alinhamos e não desenvolvemos parcerias e convênios nessa área de direitos humanos num governo que não tem legitimidade.

(sobre a falta de assessoria)

Tem seus mecanismos, fui presidente de conselho e sei que tem seus mecanismos, tem sindicato de contadores, tem esses mecanismos pra procurar, mas tem uma percepção estreita do que é um espaço de incidência política.

Entrevista com Sujeito D

Começo a participar do fórum por volta de 2000, eu sempre entendi a nossa execução e participação na política seja como sociedade civil ou gestor público sempre numa discussão mais ampla do que nossa ação propriamente dita então são nos espaços de coletivos em que você leva o seu olhar e o seu porquê da sua ação e leva para os espaços a possibilidade que isso não seja dependente do que sua instituição faz mas sim que isso possa interferir numa coisa maior que é a política pública. Eu sou pedagoga e minha especialização sempre caminhou para filosofia. Eu comecei com crianças em situação de

rua, eu só consigo perceber o meu trabalho como uma efetiva mudança social se eu conseguir discutir ele num debate maior de proposição de política. Se eu não conseguir discutir na proposição de política a minha experiência se fecha e morre dentro da minha experiência. Eu vejo o espaço do Fórum como um espaço de debate político essencialmente de debate político, o fórum não é o espaço único nós temos hoje estruturas variadas de participação democrática mas no campo da infância no estado do Rio de Janeiro eu ainda percebo o fórum como locus privilegiado para esse debate. Assim que me inseri no fórum estava vinculada

O Fórum é criado após o ECA, em 1992. O olhar histórico é de conta e não é uma fotografia. A história que vou te contar é do meu olhar. Após o período ditatorial, os grupos não tinham estrutura de participação, no entanto a sociedade civil sempre teve a proposta de discutir coletivamente algum tema. Na área da infância, ela se mobiliza para a constituinte através das suas áreas de atuação e não das suas áreas de políticas de base e sim das suas áreas de atuação, por isso a representação religiosa se fez muito forte inclusive da discussão do artigo 227 da constituição, porque a organização das instituições à época eram ligadas a instituições religiosas, em especial a religião católica. O movimento nacional de meninos e meninas de rua também era uma força muito grande. Com esta estrutura organizativa o foco era a constituição e posteriormente o ECA que vem como um desdobramento da convenção internacional dos direitos da criança, mas voltando para o Brasil. Essa organização tinha um objetivo que ia para além da atuação direta, quer dizer, você tinha como discutir a situação de crianças em situação de rua com o movimento nacional de meninos e meninas em situação de rua, você tinha como discutir ações mais assistencialistas que era o que a igreja católica nos trazia, mas você tinha um foco que era garantir os direitos de crianças e adolescentes na constituição e depois do desdobramento do artigo que foi o estatuto. Após isso, uma vez que as pessoas se reúnem, não tem como você falar: valeu a gente já resolveu o nosso objetivo, agora a gente se encontra no próximo objetivo. Você fica com aquela necessidade de continuidade do debate político e o movimento da infância conseguiu garantir na democracia participativa o espaço de conselhos de direitos, porque nós já tínhamos conselhos de políticas, conselho da educação, conselho da assistência, conselho de saúde, mas o conselho de direitos que são os conselhos da criança, da mulher, do idoso que defendem um segmento da sociedade e não só um direito mas todos os direitos para aquele segmento e conseguiu ser implantado através da democracia participativa que a constituição de 88 nos traz, só que para você organizar esses conselhos, para ter um conselho realmente representativo você precisa ter uma organização da sociedade civil que se faça representar. Porque a parte paritária do governo, o governo encaminha seus representantes, da secretaria de educação, de saúde, de esporte, aqueles que estão determinados nas leis de criação dos conselhos. A sociedade civil não. A sociedade civil precisa se organizar para eleger os seus representantes ou pelo menos para ter seus representantes representando um coletivo maior que a própria instituição. O Fórum vem nesse caminho dos fóruns que já se organizavam. O Rio de Janeiro é um estado com uma discussão política muito forte, inclusive com violações muito fortes por conta disto. Esse grupo da sociedade civil da área da infância já se organizava anteriormente e se constituiu como espaço institucionalizado que é o fórum dca, eu acho que ele é de 1992. Esses grupos representativos se organizam através do fórum que era ligado inicialmente exclusivamente à criação do conselho mas que passa depois de um tempo a ter um âmbito maior mais ampliado que é a discussão política para deliberação de política dentro do conselho ou apenas para discussão política e posicionamento da sociedade civil.

Está sempre mudando. Os espaços políticos estão sempre mudando, não tem uma linearidade de análise ou de participação ou de importância, eles são cíclicos. No tempo que estou, por volta de 20 anos, você tem momentos fortes e fracos tanto do fórum como do conselho. Como eu vejo muito isso? Eu vejo assim, quando a gente está numa crise como

agora, hoje o RJ vive um momento crítico de violações de direitos, com violações em todos os aspectos, seja na privação de liberdade, seja no direito de ir e vir, seja na questão de saúde, a gente está vivendo um momento marcante que vamos estudar nos livros do futuro e aí num momento desse eu sinto que a sociedade civil se aproxima e se fortalece por conta de uma causa determinada a gente está forte naquele período mas as instituições às vezes se enfraquecem. Hoje a gente está vivendo o enfraquecimento das instituições, um fortalecimento da militância, hoje dia 08 de março nós teremos daqui a pouco uma caminhada de mulheres que não é pelo dia da mulher, mas é uma caminhada que acontece no dia em que a gente fortalece a luta das mulheres e ela tem outros objetivos que a gente se une em prol de uma luta, então eu sinto que o fórum é da mesma forma, a gente se une em prol de uma luta, mas quando você tem uma criminalização da sociedade civil em especial das organizações da sociedade civil e aí você enfraquece sua base de sobrevivência que são as instituições. Você tem uma força na militância e um enfraquecimento na sobrevivência das instituições, então essa média faz com que o fórum tenha momentos fortes e momentos fracos. Quando eu fui presidente do conselho, quando eu assumi, o conselho estava fechado, estava sem sede e muito fragilizado e o fórum estava muito fortalecido porque o conselho estava sem sede, sem nada, então o fórum estava fortalecido. E viemos para todos os espaços com faixas, reabram o conselho, estava todo mundo mobilizado, o fórum muito forte. Quando o fórum se fortalece cria uma representatividade no conselho forte e como todo mundo que estava no fórum forte vai para o conselho, o conselho fica forte e o fórum enfraquece porque está todo mundo lá dentro. Então por isso não tem como dizer hoje acho que politicamente o fórum está enfraquecido. Eu acho que ele tem uma estrutura fortalecida, tem participação, tem muita gente que vai mas os debates políticos no meu olhar estão fracos, tecnicamente fracos, politicamente fracos, mas ele está com uma estrutura boa, as pessoas estão participando, estão indo, acho que essa participação vai fazer com ele se fortaleça. Esse ciclo de fortaleza e enfraquecimento é natural, como é natural dos partidos, é natural dos movimentos. O movimento nacional de direitos humanos o qual eu também faço parte. Hoje está num momento muito fraco politicamente e vem de um momento muito forte que foi a pré-conferência nacional de direitos humanos, então acho que isso é natural, então se você me pergunta como o fórum está hoje, dia 08 de março de 2018, acho que politicamente está fraco, mas talvez se fizéssemos uma avaliação no dia 08 de março de 2017, talvez estivesse forte, isso é cíclico e vai ter o seu momento de amadurecimento político e não estrutural, estrutural é uma coisa e político é outra.

Também é interessante colocar que o fórum do Rio de Janeiro tem uma característica diferente de alguns outros estados. A representação do CEDCA é uma representação do fórum, o fórum faz eleição, o fórum que cria a aquele grupo de instituições por conta da eleição. O grupo que está lá são representantes do fórum com acompanhamento do JMP, a eleição isso está na lei. As dez instituições que estão lá representando a sociedade civil, elas não podem falar pela sua instituição, elas falam pelo coletivo do fórum. Vou dar um exemplo, o fórum é contrário a redução da maioria penal, ele já se posicionou então nenhuma instituição eleita pelo fórum dentro do CEDCA pode falar a favor porque se ela falar ela sofre sanções previstas na lei, o próprio fórum pode tirar, então isso é uma força muito grande do fórum dentro do conselho que é um espaço deliberativo, então você é eleito e você representa aquele coletivo que te elegeu, você não representa uma vontade institucional, você representa um coletivo que te elegeu e do qual você faz parte, então os seus debates políticos tem que se dar dentro do fórum para que essa discussão política seja representada no conselho, isso é uma força muito grande do fórum.

Os representantes 20:30 sobre o funcionamento do CEDCA.

As transformações políticas são no CEDCA, mas o fórum faz campanhas, notas públicas, tem pareceres técnicos. Um exemplo, a política nacional de enfrentamento à violência

sexual de crianças e adolescentes, o fórum se organizou num grupo de trabalho que pegou a proposta que vinha do governo federal, fez uma análise daquilo, fez apontamentos e encaminhou para Brasília para o CONANDA e aí o fórum fez uma incidência nessa política nacional e por volta de 90% das nossas observações foram garantidas na política nacional então o dna do fórum estadual está lá na política nacional de enfrentamento a violência sexual. O fórum faz formação, então ele tem um grupo de jovens que nasce dentro do fórum, o JCA- juventude carioca em ação, nasce numa ação que a gente resolveu fazer em 2009 à época eu estava na secretaria executiva. Ia ter o congresso internacional de enfrentamento à violência sexual e aí o grupo se organiza, os conselhos e resolvem fazer o congresso brasileiro e aí o fórum estadual do Rio de Janeiro ao invés de levar os adolescentes só para participar do Congresso a gente faz uma oficina antes do congresso para discutir com os meninos direitos sexuais, fizemos oficina no museu da república, chamamos várias instituições que trabalhavam com protagonismo para gente fazer essa oficina e tirar delas elementos pra gente levar pro congresso. Essa oficina que era um tarde, os próprios adolescentes pediram mais um pouco, eles disseram que queriam um segundo encontro porque foi muito legal e isso já faz 10 anos, já tem 10 anos da existência do JCA. Hoje eles são independentes do fórum estadual, eles tem uma participação política na atividades, então essa é uma ação do fórum, então o fórum ele faz o que era uma ação formativa e acaba tendo uma influência política direta, porque esse grupo se estabelece como grupo referência que nasce como ação do fórum.

O fórum incentiva as conferências livre que podem ser realizadas por qualquer grupo para discussão dos temas da conferência estadual e pautar a discussão no dia da conferência. Qualquer um pode fazer uma conferência livre e tirar apontamentos referentes ao tema da conferência da criança e encaminhar para a conferência estadual.

Os objetivos não tem sido alcançados. Essa parte de influência política, o fórum já teve muito, hoje está muito fraco, pouquíssima influência política mas já teve muita e acredito que voltará a ter dentro desse ciclo natural. Hoje fórum tem papel forte no conselho que eu acho que é muito pouco. Acho que o conselho é muito importante e falo como ex-presidente e falo que o conselho é muito importante mas só executa sua importância real quando ele tem uma sociedade civil forte e se agente não tiver o pra além do debate do conselho, acho que a gente se enfraquece, então nesse momento acho que a gente tá fraco nesse aspecto político e forte na representação do conselho mas fraco nas influências políticas pra além do conselho.

O que dizer influência política?

Por exemplo, hoje irmos para a caminhada com uma bandeira do Fórum dizendo lugar de mulher é na luta, onde ela quiser, o dia de hoje é um dia de valorização da luta, uma faixa do Fórum pra isso. Isso eu sinto falta, hoje não terá lá.

Projeto de lei que passou na ALERJ de não à revista íntima, conseguimos implacar um projeto de lei que proíbe isso, porque o Estado teria que providenciar detector de metais, por conta da humilhação com as revistas íntimas. O karma da nossa vida Flavio Bolsonaro entrou com pedido de inconstitucionalidade e agora dia 19 terá o julgamento quanto a isso e não tem nenhuma organização do Fórum contra isso, o projeto legal está, mas o Fórum não está então eu digo que é esse o enfraquecimento desse momento, mas é um momento.

Pegando a nossa estrutura adultocêntrica e sem alterar nada dela e pedir que os adolescentes participem da mesma forma que os adultos participam é criar o menino do tambor sem tambor que é você colocar o adolescente lá e abre um espaço e eles vão falar os mesmos assuntos que os adultos usando os mesmos argumentos dos adultos, então acho isso um grande equívoco. Acho que a gente tem um grupo de adolescentes, porque se tem uma coisa que mudou muito na militância é a participação espontânea da juventude nesse momento. Acho que nós vivemos um momento forte na época da ditadura que era um momento de muita participação. Depois vivemos obviamente um momento sem participação

porque não tinha condições e agora a gente está aqui criando novos movimentos. A gente tem movimentos não institucionalizados porque a própria juventude pede que não seja institucionalizado então a gente tem o levante da juventude, lentes rebeldes, o amanhecer, a gente toda uma estrutura diferenciada, são movimentos estaduais ou nacionais mas nasceram no Rio de Janeiro. Então hoje o fórum se não conseguir perceber a necessidade de reestruturar a nossa participação, porque você participou quase um ano lá. Tem assembleias que são absurdamente chatas, chatas pra adultos que está lá querendo falar, tem algumas participações que dá pra perceber claramente que ela nem está ouvindo a outra mas só pensa no que ela vai falar, mas acaba falando a mesma coisa do que já tinha sido falado, então eu acho que se a gente continuar com esse formato a gente vai ter dois papéis um: estar fortalecendo esses movimentos organizados fora do fórum, porque o jovem que quer participar efetivamente do fórum não acha espaço no fórum e vai integrar esses outros movimentos, que bom que tem esses movimentos indo pra rua. Dos jovens que participam do fórum a instituição é que escolhe quem vai participar, nós adultos escolhemos o menino que tem a participação parecida com a nossa, aquele que fala, que levanta a mão, que fala mais parecido e não escolhe aquele que de repente faz um grafite maravilhoso, que faz um desenho legal, tem formas diferentes, Acho que a participação do jovem hoje no fórum ainda está muito quadrada, pouco espontânea, você vai na assembleia e aí agora os jovens vão falar e os adultos olham pros jovens como quem está olhando pra uma criança que está dando os primeiros passos, que horror, você não está olhando pro primeiro passo de uma criança, você está olhando pra uma pessoa que já tem uma trajetória, então fica muito fraca a participação do jovem, mas esse mesmo jovem que vai lá tenta repetir modelos, ou fica rindo muito ou fica sem graça dizendo fala você, fala você porque, porque aquele que bota pra falar é mais parecido com a estrutura que não é de adulto não, porque tem adultos que ficam totalmente calados nas assembleias, porque a assembleia é de poucos daqueles que falam mais, eu sou uma que falo pra caramba porque eu tenho uma característica de falar muito e de falar alto, então acho que a gente ainda tem muito a aprender nos espaços. O JCA nas primeiras vezes, normalmente eu fazia o debate inicial fomentando fazer grupo de trabalho, vamos discutir em grupo, o JCA começa a se reunir no NOOS. Iniciamos comigo, o Lucio e a Cristina e agente começou a perceber que não estava sendo um espaço de participação dos jovens, estava sendo um espaço de reposta dos jovens, eu levava uma proposta e eles me respondiam, eu levava uma proposta e eles me respondiam, então a gente vai dividir metade do tempo, então metade do tempo a gente leva alguns pontos e na outra metade você ficam sozinhos e ficou assim um tempão até um dia que eles falaram que já conseguem ficar o tempo todo juntos. Esse é o momento, era isso que eu queria, para os educadores iam trabalhando e ficavam preocupados dos jovens estarem só brincando e foi essa sacada do JCA, porque aí eles começaram sozinhos a levantar os próprios debates, hoje eles perguntam as vezes e convidam para participar e pedem indicação pra falar sobre determinado tema, eles pegam a informação e depois debatem sozinhos, essa é uma experiência legítima da juventude porque eles criaram o próprio formato. Hoje a maioria são jovens. Não ter nenhuma criança e adolescente é muito simbólico porque no conselho da mulher tem mulher, do conselho do negro tem negro. Não é possível que a gente não construa nenhuma estrutura de participação efetiva no conselho de forma que a criança não necessariamente seja responsabilizado, no conselho de Volta Redonda tem conselheiro adolescente, na época a gente já tentava discutir na mudança da lei como garantir uma cadeira para que a criança e adolescente pudesse ser conselheiro pra discutir e deliberar a política mas isso ainda não tem. O JCA era espaço de formação de base do fórum, agora tem uma estrutura própria e são independentes. O que dificulta a participação deles no próprio JCA é a questão financeira porque adulto mal ou bem tem o próprio dinheiro pra ir, pra passagem, alimentação, o adolescente fica dependendo financeiramente das instituições para participar porque em tese em não tem dinheiro, não

trabalha, então os meninos que vem lá de pedra de guaratiba se eles não vierem pela fundação Xuxa eles não tem como vir porque a passagem é cara, dia de semana tem horário escolar, pra chegar na assembleia às 14h precisa faltar aula, então a questão é muito mais r=estrutural do além de modelo de participação, de linguagem, você precisa ter uma estrutura de participação, porque antigamente o forum tinha uma anuidade, acho que era um salário mínimo então o forum tinha orçamento, pra fazer campanha, hoje o forum não tem dinheiro pra mais nada, fazer faixa, ou as instituições apoiam ou não fazem nada. A proposta seria garantir pelo menos a participação de dois adolescentes de cada região do estado para a assembleia, o forum é estadual e tem outras regiões para além da metropolitana. A proposta nunca se efetivou.

Uma das ações do JCA seria fazer incidência política nas escolas, chegaram a fazer ação nas escolas mas não teve muita repercussão.

Entrevista com Sujeito E

As pastorais sociais foi que me deram um contexto, quando eu tinha 14 anos eu comecei a ser formada pelos padres revolucionários, eu tinha que fazer uma escolha entre os opressores e oprimidos, foi quando eu comecei a luta pelos oprimidos.

Fiz a faculdade pública na UERJ da baixada fluminense, pedagogia, já estava trabalhando com os padres lá da baixada, depois eu queria entender esse processo de crianças excluídas e fiz pós-graduação e altas habilidades e fiquei como pesquisadora no NEPA da UERJ, fiz os cursos de saúde mental na FIOCRUZ, trabalhei com adolescentes e suas famílias (trajetória acadêmica)

Militante fui formada por esses padres e militei na pastoral do menor e dividi meu tempo entre o banco e o trabalho com a oportunidade. Queria sair da comunidade porque estava ficando perigoso em parada de lucas e fui para cidade alta. Fui na igreja e disse que queria trabalhar com juventude. Mas fui numa reunião de associação de moradores e percebi que poderia ser muito útil e comecei a trabalhar com os moradores e fazia formação a questão da consciência, já tinha paulo freire na veia, que tinham que se organizar e em dois anos já estava como presidente da associação, fizemos a creche comunitária e mais uma vez pelo perigo com a comunidade porque acaba sendo uma ameaça para o poder paralelo e tinha uma filha não podia enfrentar e foi trabalhar como educadora social na casa de acolhida e depois foi para o São Martinho como educadora e depois para o centro de formação de educadores na São Martinho e fez um projeto político pedagógico e na militância do fórum e o primeiro congresso de assistência social, primeira construção do suas eu estava lá representando a São Martinho eu fui votada, também trabalhei na constituição nas emendas populares, na implementação do eca muitas idas a Brasília, eu ia como São Martinho, como pastoral e a gente construir essa pauta através do estatuto, primeira constituição artigo 227. Quando foi implementado a constituição vamos pro estatuto. Depois saí da São Martinho fiquei 8 anos na São Martinho. Depois fui pra associação amar, fiquei lá e implementei vários projetos sempre na área do protagonismo e depois fui pra baixada trabalhar com padre renato, fui chamada pra ser gerente pedagógico na casa do menor São miguel arcanjo, finais de semana era visitar a comunidade, fazer palestra, implementar o estatuto. Quando eu estava na casa do menor, o projeto de adolescentes infratores foi aprovado em Brasília, 25 unidades em todo Brasil, o rio de janeiro recebeu uma unidade e eu ia coordenar essa unidade, adolescente em ato infracional execução de medida LA, não tinha ainda CREAS, junto com SUAS e CONANDA estávamos trabalhando em Brasília pra que essa política fosse implantada a mesmo tempo que atendíamos adolescentes na medida. Peguei eu o projeto trabalhei com três convênios, aprendi sempre nessa abordagem de ouvir esse

menino, de tratar a questão do sonho, do que travou esse menino que pode acessar esse direito. 222 meninos estão encaminhados, não tiveram reincidência, hoje você tem o resultado de muitos meninos, da São Martinho. Depois desse projeto eu recebi a proposta pra fazer um projeto pra concorrer porque eu já estava atendendo meninos com dependência química, o SUAS foi implementado. Minha instituição foi escolhida pra concorrer um projeto de uma ONG da Bélgica. Mesmo depois da implementação dos equipamentos da assistência nós criamos a escola de cidadania para dar formação a esses meninos da medida sócio-educativa. Quando o projeto da Bélgica foi aprovado eu já vinha fazendo uma visita no Jardim Gramacho e comecei a dividir o recurso que recebíamos com o Jardim Gramacho, aí nasceu a CHEIFA, eu resistia porque era muita responsabilidade e o medo de ter uma dependência financeira do governo de exterior sem apoio do governo brasileiro e não tinha mais editais e as exigências dos editais eram tão grandes que a gente não tinha dinheiro pra pagar as certidões e aí fizemos esse convênio que era três anos primeiro. Minha preocupação era você começar aquele atendimento e depois acabou. Levou dois meses pra implantar o projeto e nove meses pra ter a ação e dois meses pra prestação de contas e nesse momento eu ouvia os adolescentes falando: vocês dão asas pra gente voar e quando a gente está voando vocês cortam a asa, tinha preocupação com isso, mas decidimos assinar o convênio, três anos e quando eles viram o resultado pediram uma proposta de continuidade e assinaram mais três anos e hoje temos 10 anos com esse convênio. E o último ano em função do protagonismo eles renovaram por mais 5 anos e já tenho notícias que querem renovar por mais 5 anos porque o resultado está dando positivo. Eu estava na São Martinho na década de 80 logo no início da luta do fórum. O fórum rio de janeiro foi o primeiro do Brasil, a São Martinho tinha uma incidência muito grande, tinha Eliana Paidi, Jorge Barros, Marcia Gato, esse nomes implementaram, Ivanir, na época era uma luta grande e eu comecei a participar e depois que veio os conselhos e o rio de janeiro foi o primeiro conselho também. Eu participava representando a São Martinho, eu também representava a pastoral.

Na época tinha a luta pelas diretas já, pela constituinte, estava tentando dar baixa no código dos menores, grupo de instituições queria mudar um pouco essa história. A convenção da criança era o norte, na Europa já tinha a convenção, ela que nos respaldou antes do estatuto, existia uma linha na Unicef que ajudava a organizar as instituições que trabalhava com crianças. O movimento nacional dos meninos de rua que tinha em cada estado, foram pessoas comprometidas que começaram a dar uma mexida no Rio de Janeiro. Depois da constituição aí pronto consolidou, a gente já se reunia, já fazia nosso movimento, já saia pras ruas, quando aconteceu na época uma chacina na baixada da irma Maria e o pessoal começou a trabalhar essa questão da criança e da violência, era bem pouco, mas mobilizou pra que a gente pudesse se reunir e constituir um fórum pra que a gente pudesse discutir dessas coisas. Antes de constituir o fórum estadual, se constituíram fóruns de militantes da criança e do adolescente, antes de se constituir fórum de outros segmentos como de mulheres se constituiu o fórum de crianças e adolescentes. Com a constituição após da saída de uma ditadura em que as pessoas não podiam se reunir com todas essas histórias de repressão o fórum era o espaço democrático e de direito e legitimado, muitas pessoas que se reuniram no fórum foram perseguidos lá no passado e depois teve a anistia e também com modelos internacionais que vieram, eu participei de muita reunião com Betinho, o CEDAC que é o Centro de Ação comunitária que é foi criado junto com o IBASE. O IBASE foi uma organização do Rio de Janeiro que puxava muito a questão de fóruns. Então o Betinho fazia algumas intervenções em relação a nova sociedade, a qual caminho a gente deveria seguir e tinha sempre no CEDAC às quintas-feiras análise de conjuntura, então eu fazia parte dessa análise de conjuntura, na baixada tinha o centro sociopolítico que fazia formação capacitação, tudo pra formar os militantes nesse novo contexto, conhecer a constituição, mas a igreja, os movimentos, como a JOC e JUC que foram pessoas que

enfrentaram a ditadura militar, a JOC, da minha formação do padre Augustinho e esse grupo que foi preso político, depois dessa anistia eles puderam fazer essa formação e dentro de um contexto internacional, o que demanda pela constituição e depois pelos direitos humanos e aí começou a falar de direitos humanos, que a gente precisava implementar porque nos outros países já se falava, já se implementava e no Brasil não se podia falar por causa da ditadura. Aí foi quando começou o grupo, Isaías da Pastoral, pessoas que já não estão mais aqui, o Betinho mesmo, o ISER que é o instituto social do ensino religioso, tinha a universidade, UERJ, UFRJ, Eliana Taidi, tinham pessoas da academia que começavam a fazer a formação dessa juventude que não viveu a ditadura mas tava chegando com todo gás pra mudar. A gente tinha a formação e a gente levava esse conhecimento para o fórum. Mudou e mudou muito. A própria análise de conjuntura que a gente tinha que fazer antes de qualquer ação mudou, a gente o fórum não faz mais essa análise de conjuntura, cada um tem muito conhecimento mas não troca essa experiência, não tem essa reserva de tempo pra trocar experiência. Poderia voltar. As instituições que hoje estão no fórum, acreditam no fórum como espaço de direito mas a gente não consegue agregar outros justamente por causa dessa formação. A gente teve formação e agente tem consciência do que é, você participa e você tem essa consciência de transformar e hoje a gente precisava voltar ao primeiro amor do fórum que é esse espaço de formação e de análise de conjuntura.

Na quarta-feira eu puxei a análise sobre a questão da violência, da intervenção militar e dessa análise a gente tira os encaminhamentos. É essa metodologia que eu conheço e que eu acho que dá certo, então a gente faz uma pergunta chave: o que prejudicou ou que melhorou com a intervenção militar na vida da criança e do adolescente? Pronto ali você tem uma análise e cada um vai falar da sua realidade e dessa realidade é que propõe encaminhamentos. Nós fizemos vários apontamentos, de manifestação na rua, que a gente tem que se fortalecer, que a gente deixa muito rápido as lutas e sua teimosia. Antigamente enquanto uma pauta não se fechasse não ficava aberta. A gente ia pra rua, a gente ia pros espaços de justiça, a gente ia pra porta da justiça pra dizer que nós somos fortes e que estamos aqui por esta causa. Então quando teve a candelária em 1993, o fórum vinha era fórum e movimento da candelária e por causa da sobrevivência cada um puxou e o tempo é curto. A dedicação que a gente tinha no fórum antes não é como hoje, os tempos mudaram e hoje a gente precisa de formação de quadros, de novos agentes, novas instituições e pessoas que querem transformar. A gente está aí com a juventude, estes seriam nossa prioridade, formar, puxar o protagonismo que hoje tem, mas fortalecer esses jovens para que eles possam se empoderar, antigamente o fórum recebia um recurso, tinha o fórum nacional, tinha o projeto e tinha alimentavam o fórum nas coisas básicas e hoje o fórum não tem como sobreviver, não tem essa linha de apoio. É muito difícil, o cenário mudou do fórum que começou e o fórum que está hoje. O governo tem uma estratégia de enfraquecer o fórum porque a sociedade civil fortalecida é um combatente, é uma ameaça. A sociedade civil, os fóruns eram ajudados por muitas instituições internacionais antigamente, a UNICEF, era outra UNICEF que demandava projetos e programas priorizando o fórum, priorizando reunião e articulação de fóruns hoje não tem mais essa linha.

Sim os objetivos estão sendo cumpridos porque o fórum nunca deixou de cumprir com sua legitimidade com seu estatuto, com seu regimento. Passou um período, quando começou o fórum no Bento Rubião foi o primeiro a organizar, depois foi pro iBIS com a Tiana, depois foi pro projeto legal e agora o fórum tem uma executiva itinerante. Então hoje não temos uma sede. Antes a sede ficava onde a instituição que dava o guarda-chuva e apoiava o fórum e hoje o fórum não tem esse espaço físico, tem o espaço das pessoas, a tecnologia chegou, não tem mais essas informações em papel documentos, eles devem estar esfacelados nas instituições por onde ele passou. Primeiro Bento Rubião, IBIS, Projeto legal e agora na executiva. O fórum ficou muito na capital durante muitos anos sem fazer esse trabalho na baixada, na região serrana, norte fluminense, região dos lagos, o fórum é estadual, tem que

conhecer a demanda do estado e muitas vezes as pessoas não vem de lá pra cá, mas o fórum deve ir pra lá. Na última reunião, a proposta foi ter dois momentos: uma executiva que se reúna com um grupo e o grupo itinerante, porque precisa se reunir mais, uma vez por mês pra tudo é pouco demais, antigamente não a gente tinha os gt's temáticos do fórum, nós tivemos o gt do combate à exploração sexual, tivemos o gt do SINASE, tivemos o gt pra implementação do estatuto. Antigamente as universidades eram muito mais ligadas ao fórum. A Veiga de Almeida veio muito, a UERJ também. Então a questão econômica de correr atrás da luta ficou muito a desejar mas assim no seu contexto de legitimidade de ser um fórum pautado organizado, nós ampliamos a participação do fórum, antigamente só podia entrar quem tinha CNPJ, hoje não mais, hoje ampliou muito a participação pra poder concorrer a cadeira do conselho. O Rio de Janeiro desde o início legitima o fórum pra participar do conselho da criança, está na lei, então a gente conseguiu isso legitimar e organizar com participação.(pergunta sobre os fóruns municipais)

Os fóruns municipais existem mas não estão participativos no estadual. Existe o fórum Rio, tem o movimento MAB de Nova Iguaçu que é um fórum que não é só de criança mas traz a pauta da criança que é a Solange mas o restante não. Eu fico muito assim quando a gente faz conferência a gente vai nos municípios e eu fico perguntando tem fórum DCA, cadê o fórum, porque é importante ter o fórum, ah não sou do movimento tal, sou do movimento negro, sou do movimento da mulher mas o fórum da sociedade civil pra crianças e adolescentes fica um pouco prejudicado. A sociedade civil não deixou de lutar mas não está unido no fórum. (será que existe alguma diferença entre CMDCA e fórum municipal numa cidade pequena?)

A consciência e o fato de existir ele não muda, o que muda é uma pessoa comprometida que puxa, isso faz a diferença, porque está lá na constituição, está legitimado, está lá os caminhos, mas se uma liderança ou grupo não se ater àquilo ali e não fazer, não acontece, tem que puxar, então hoje o grande objetivo de fazer o fórum itinerante é fortalecer os municípios pra ter o fórum municipal lá.

Acho super importante a participação dos adolescentes, acho que o fórum é pra isso, pra inclusão do adolescentes, nós temos aquela frase: não fale de mim sem mim, faça por mim comigo, dar voz para o adolescente, nessa caminhada toda a gente já viu muita violência em relação à voz da criança, em não dar legitimidade ou ter a criança como mera figura, você lutou pela constituição, você lutou pelo estatuto, você saiu da questão do objeto ou sujeito. O adolescente é sujeito, sujeito que pensa, sujeito que vive no contexto, sujeito que quer transformar o lugar que ele mora então fazer a passagem do código de menores para a constituição é um fato, fazer essa transformação dentro do fórum é melhor ainda, a gente brigando pela questão do empoderamento e da participação e dando voz e vez pra eles falarem foi transformado muita coisa, antigamente nas conferências eles vinham pra dançar, depois elas vinham pra falar, elas tem que falar eles são sujeitos. Eu lembro que na época era muita resistência, mas eu lembro que o rio de janeiro sempre levou nem que não pedissem, nós sempre levávamos um adolescente um mais jovem pra aprender pra ver por uma preocupação com a formação de quadro pra dar continuidade. A gente mesmo, eu fui levada, uma pessoa me levou, eu era bem jovenzinha então isso precisa ser multiplicado. Hoje a gente tem no fórum o JCA.. O JCA nasceu a partir da VIII conferência quando agente dentro do CONANDA da Conferência Nacional a gente trabalho muito a questão da comunicação, porque tem também movimentos paralelos que fortalecem a nossa luta, estávamos falando muito da comunicação de rede então isso fortaleceu na decisão dos adolescentes fazerem a rede, a entrevista e a filmagem de todo mundo e começamos a educomunicação e a gente sabe que os financiadores de projetos ficam ligados dessas coisas todas e nós tivemos recursos pra empoderar esses jovens na educomunicação e esse jovens fazerem parte da conferência de fato mas como sujeitos. O JCA nasceu dessa conferência, a gente não tem que se reunir só de dois em dois anos, nós temos que levantar

nossas pautas e nasceu o JCA, um de cada município e depois a luta dos pontos focais em relação aos projetos de combate à exploração sexual, o jovem vem falar, ele pode ser o violado ou o violador mas ele tem o contexto nesta fala, na questão do SINASE o menino autor de ato infracional tem que falar então começamos a incluir e provocar no nacional e um levantamento do CONANDA começamos a falar, foi quando começou em 2010 o plano decenal, neste plano foi colocado o protagonismo como ponto principal e hoje tem duas resoluções do CONANDA de participação, resolução 159, a participação dos adolescentes no conselho precisa ser legitimada pelo fórum. E na resolução 83 eles vão ser votados como conselheiros no fórum e participar do conselho e hoje em Brasília no CONANDA eles fazem uma diretriz pautado pela base as reuniões que a gente vai lá onde está sendo criada uma plataforma só com juventude então isso foi um caminho. (só para adolescentes, crianças não?) Aí onde entra a criança? O Rio de Janeiro começou a buscar essa questão, criança não fala? A criança ficava lá só como figura e o adolescente já participava, mesmo assim era importante a criança estar lá, é um processo, é válido porque é até uma questão cultural do adulto de aceitar, entender e legitimar o estatuto aí eu lembro que na época eu levei uns 6 nunca tinham andado de avião nas reuniões do CONANDA, tinha recurso porque era do CONANDA porque já estava legitimado em documento a nossa participação. NO JCA nós começamos a falar das instituições que tinham crianças, então vamos levar a criança pra falar na conferência e agente começou a dar essa voz pra essa criança, não só adolescente mas a essa criança que veio de Queimados que empoderava e que falava e que foi nosso representante do Rio de Janeiro em Brasília. Hoje a construção da participação da criança está sendo consolidada. Trabalhar com uma criança na conferência precisa de educador ou a família mas isso não quer dizer que a proposta da criança não deva chegar lá. Tem que chegar, então criar fluxo e mesmo que a criança não vá mas vá um representante e as suas escritas, suas ideias, suas falas cheguem é importante, as é importante que chegue a fala na linguagem delas. A CECIP faz um trabalho no Alemão, em Manguinhos, em outras comunidades e preza por essa proposta, é o iniciar porque tudo depende da política se você tem um município que dá importância a primeira infância, tem a questão da fala, dia do brincar então isso vai muito do gestor público de estar legitimado com essa fala. Em Nova Iguaçu hoje você tem um grupo de crianças de várias instituições que se reúnem então nós fizemos há dois atrás o encontro de crianças na biblioteca, estava a Fundação Xuxa, foram algumas instituições que tem trabalho com crianças e que legitimou e pactou junto com conselho e o fórum as suas propostas

Obs: plano decenal citado é da VIII Conferência de 2010

ANEXO A

REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FÓRUM DCA /ERJ

CAPÍTULO I

Da Natureza e da Constituição

Art.1º - O Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Rio de Janeiro - FÓRUM DCA/ERJ é uma instância de representação da sociedade civil organizada do Estado do Rio de Janeiro, estruturada para promover a interação das forças dessa sociedade através da articulação de suas entidades não governamentais, movimentos, fóruns e redes com a MISSÃO de promover e impulsionar a concretização dos direitos da infância e adolescência em todo Estado.

Art. 2º - O FÓRUM DCA/ERJ tem sua abrangência de ação restrita ao Estado do Rio de Janeiro com assembleias itinerantes definidas em calendário, previamente aprovado em assembleia ordinária.

Art.3º - O FÓRUM DCA/ERJ é constituído pela representação formal de entidades não governamentais, admitidos redes, movimentos, fóruns municipais, regionais e grupos diversos, organizados sem personalidade jurídica.

§ 1º- O credenciamento das entidades membros será feito mediante requerimento em formulário próprio fornecido pela Comissão Executiva do FÓRUM DCA/ERJ, assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado de ofício indicando o nome de um (uma) representante titular e um (a) suplente; e Registro no CMDCA, ata da Assembleia Geral que elegeu a diretoria e/ou coordenação; salvo aquelas que em razão da sua natureza jurídica não dispuserem;

§ 2º- Nos municípios onde não houver Conselho Municipal, as entidades com personalidade jurídica cumprirão o disposto no parágrafo 1º, acrescido da apresentação da cópia do estatuto social e assinarão termo de compromisso de se registrarem tão logo seja instalado o respectivo Conselho.

§ 3º - Os pedidos de credenciamento serão examinados pela Comissão Executiva, que opinará, justificadamente, sobre a procedência ou não do pedido, e encaminhará o mesmo para deliberação da primeira assembleia ordinária a se realizar.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e da Organização

Art.4º - É a seguinte a composição do FORUM DCA/ERJ:

2

- a. Fóruns Municipais e Regionais no Estado do Rio de Janeiro;
- b. Organizações Não Governamentais, em sentido estrito - ONG;
- c. Institutos de Pesquisa (autônomos);
- d. Centros de Formação;
- e. Sindicatos;
- f. Associações Cívicas;
- g. Entidades religiosas;
- h. Federações;
- i. Universidades e Escolas do Ensino Médio;
- j. Movimentos;
- k. Redes;
- l. Outros segmentos organizados.

§ 1º As universidades e escolas de ensino médio se farão representar pelas respectivas entidades mantenedoras e/ou ainda pelos Centros e/ou Diretórios Acadêmicos e Grêmios Estudantis;

§ 2º As entidades membros deverão ser de natureza privada e ter atuação comprovada na área da infância e adolescência, ressalvadas as entidades profissionais, fóruns, movimentos e redes, já que gozam de natureza distinta, como critério principal de participação, inclusive as da capital, que deverão integrar seu fórum próprio;

§ 3º A prática regionalizada como critério de participação no FORUM DCA/ERJ será definida pela Regional, atestada pelas respectivas Comissões Executivas dos Fóruns regionais implantados e em funcionamento;

Art. 5º - Para os efeitos do presente capítulo constituem-se regiões do Estado do Rio de Janeiro, as mesmas definidas na Resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro/CEDCA nº 02/2002.

Art.6º - O FORUM DCA/ERJ e cada um dos fóruns regionais terão a seguinte organização:

- a. Assembleias;

- b. Comissão executiva (CE);
- c. Comissões Temáticas (CT);
- d. Comissões Temporárias de Trabalho (CTT).

§ 1º - A assembleia é constituída das entidades membros dos fóruns regionais do estado e demais entidades nos termos do Artigo 3º deste regimento.

Art. 7º - As assembleias se realizarão, ordinariamente, na primeira quarta-feira do mês e as extraordinárias, sempre que convocadas tanto pela Comissão Executiva quanto pelo conjunto de um mínimo de 03 (três) entidades membros;

Art. 8º - As Assembleias objetivam a discussão e votação de assuntos previamente pautados, sempre direcionados ao melhor interesse para infância e adolescência e têm caráter deliberativo, por maioria simples dos presentes e a presença obrigatória de pelo menos um representante da Comissão Executiva; podendo ser acrescentados outros assuntos extrapauta, com necessidade de serem submetidos para deliberação na assembleia;

§1º - Todas as entidades credenciadas terão direito à voz e voto, este pelo(a) representante legal institucional ou suplente;

§2º - Todos os demais presentes terão direito a voz, e sem voto;

Art. 9º - O FORUM DCA /ERJ e cada um dos fóruns regionais serão administrados por uma Comissão Executiva;

§1º - A Comissão Executiva do FORUM DCA/ERJ será composta pelos representantes de 03(três) entidades membros titulares e 02(dois) suplentes; e as Regionais, de 02(duas) entidades membros titulares e 1(uma) suplente, escolhidos entre seus pares em Assembleia Ordinária que tenha previsão na respectiva ordem do dia;

§2º- O mandato das Comissões Executivas será de 3(três) anos, vedada a recondução na totalidade da composição.

Art. 10 - As Comissões Temáticas são de livre escolha da Assembleia e terão número de integrantes, objetivos, atribuições e prazos definidos na mesma;

Art.11 - As Comissões Temporárias de Trabalho são de livre organização por qualquer das Assembleias, podendo igualmente ser organizadas pela Comissão Executiva sempre que necessário, e terão igualmente, número de integrantes, objetivos, atribuições e prazos nelas (Assembleias e Comissão Executiva) definidos;

CAPÍTULO III

Do Cadastramento e Obrigação Regimental

Art.12 - As entidades membros titulares serão admitidas mediante aprovação da assembleia ordinária, após o preenchimento de ficha de cadastramento e concordância com o Regimento Interno vigente;

Art.13 - As entidades membros titulares terão como obrigação regimental a frequência e participação anual mínima em seis assembleias ordinárias seguidas ou intercaladas;

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação regimental de frequência mínima nas assembleias do FORUM DCA/ ERJ durante o mandato como conselheiros eleitos para a representação não governamental no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do estado do RJ (CEDCA RJ) constitui motivo para comunicação da ausência pela Comissão Executiva à direção da Entidade e ao CEDCA RJ solicitando a substituição pela próxima Entidade mais votada.

Art. 14 - São atribuições do FORUM DCA/ERJ :

I - Mobilizar, articular e sensibilizar, as organizações não governamentais e demais segmentos da sociedade civil, através:

- a. da mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade civil para a questão da infância e adolescência;
- b. da proposição e desenvolvimento de uma articulação das entidades não governamentais dedicadas ao atendimento, a defesa de direitos e à pesquisa das questões ligadas a infância e adolescência;
- c. da denúncia pública a toda e qualquer pessoa, organização governamental ou não governamental, cuja ação venha ferir a política de atendimento da criança e do adolescente, previsto na Lei Federal Nº 8.069/90 (ECA);
- d. do apoio, acompanhamento e avaliação das ações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ).

II - Eleger os Representantes da Sociedade Civil para composição do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) a que se refere o artigo 7º da Lei Estadual Nº 1697/90.

§ 1º - Para a candidatura ao CEDCA /RJ, a entidade da sociedade civil deverá:

- a. estar cadastrada no FORUM DCA /ERJ;
- b. ter pelo menos um ano de funcionamento;
- c. ter atuação em mais de um município no estado do RJ;

§2º - O processo eleitoral será iniciado a partir da comunicação do CEDCA/ RJ sobre o período de 03 (três) meses para o encerramento do mandato dos conselheiros para:

- a. Formação de Comissão Eleitoral com 03 (três) entidades membros do FORUM DCA /ERJ;
- b. Elaboração de edital e calendário do processo eleitoral;
- c. Ampla divulgação do edital por meio eletrônico e outras mídias criando mecanismo para receber fichas de inscrição conforme art.14-II § 1º deste regimento.
- d. Publicação do edital em jornal de circulação de âmbito nacional, conforme o artigo 7º- §1º da Lei Estadual Nº1697/90;

§ 3º - O processo eleitoral obedecerá ao critério do voto individualizado e secreto, cabendo a cada entidade 1(um) único voto.

§ 4º - É indispensável a presença do Ministério Público no processo de eleição na assembleia de Eleição;

§ 5º - A homologação dos resultados das eleições ocorrerá em assembleia, especialmente convocada para este fim e comunicada pela Comissão Executiva ao CEDCA/RJ.

III – Apoiar e auxiliar o desenvolvimento da ação dos Conselheiros Estaduais, representantes da sociedade civil, discutindo e propondo políticas, elaborando estudos e definindo estratégias para a interação das forças sociais no interesse da causa infanto-juvenil;

§ 1º - O não cumprimento pelas entidades eleitas para mandato no CEDCA RJ com os compromissos assumidos, no FORUM DCA/ERJ, acarretará três intervenções:

- a. relato formal do fato na assembleia imediata, que pedirá a notificação da entidade para proceder explicações e/ou defesa;
- b. advertência por escrito para a entidade, que não atender ao disposto na letra anterior, após aprovação em assembleia;
- c. em persistindo o descumprimento por parte da entidade, o FORUM DCA/ERJ, em assembleia, a excluirá formalmente da condição de conselheiro, comunicando ao CEDCA essa decisão e indicando o substituto respectivo.

IV – Alterar o seu Regimento, bem como deliberar sobre alterações no mesmo:

- a. Examinar e aprovar a proposta de programa e de orçamento da Comissão Executiva;
- b. Examinar e aprovar relatório anual e a prestação de contas da Comissão Executiva;
- c. Deliberar sobre as questões omissas no Regimento, através da assembleia especialmente convocada para esse fim;
- d. Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regimento.

Art. 15 - Compete à Comissão Executiva:

- a. representar o FORUM DCA /ERJ em toda e qualquer instância;
- b. manter atualizado o cadastro e o livro de atas, assim como os livros contábeis;
- c. convocar, coordenar e dirigir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- d. propor a pauta das Assembleias Ordinária ou Extraordinária levando em conta os indicativos das assembleias anteriores;
- e. convocar reunião de forma ampliada com os conselheiros representantes da sociedade civil, para fazer o acompanhamento à sua gestão no CEDCA RJ ;
- f. acompanhar as plenárias do CEDCA RJ;

CAPÍTULO V

Dos recursos

Art. 16 - Compõem os recursos financeiros para a manutenção das atividades do FORUM DCA/ERJ, as contribuições voluntárias e as doações diversas, provenientes de campanhas, de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único: Para a participação em editais e concursos de projetos para a realização de atividades do FORUM DCA ERJ, inclusive através de recursos dos Fundos da Infância e Adolescência na esfera estadual e federal, será necessário a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas entre o FORUM DCA/ERJ e entidade com personalidade jurídica conforme disposto na legislação pertinente vigente.

Art.17 - Os recursos financeiros arrecadados serão distribuídos de acordo com proposta orçamentária elaborada pela Comissão Executiva e aprovada em Assembleia Ordinária.

Parágrafo Único: Toda a movimentação financeira deverá ser demonstrada em Assembleia Anual de Planejamento pela Comissão Executiva e demonstrada em qualquer tempo por solicitação das entidades membros .

C A P I T U L O V

Das Disposições Transitórias

Art. 18 - A assembleia que aprovar o presente Regimento escolherá a nova Comissão Executiva, cujo mandato se iniciará no ato, e que terá como missão especial de implementar a reforma estrutural no prazo máximo de 6 (seis) meses; Parágrafo único - A assembleia que aprovar o presente Regimento deverá autorizar a realização de um Seminário Temático sobre o papel da sociedade civil na atual conjuntura e suas implicações jurídico-sociais, e que servirá a uma ampla apresentação do novo formato do FORUM DCA/ERJ ;

C A P I T U L O V I

Das Disposições Gerais

Art. 19 - O presente Regimento terá vigência indeterminada, somente podendo ser alterado em assembleia extraordinária, convocada para esse fim, com quorum de 2/3 (dois terços) das entidades membros na primeira convocação e deliberação por maioria simples dos presentes na segunda convocação.

Art. 20 - As entidades membros terão acesso, a qualquer momento, aos livros contábeis, livros de atas e arquivos do Fórum, mantidos sob a guarda da Comissão Executiva.

Art.21 - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos em Assembleia Extraordinária, convocada especialmente para este fim, constando o assunto na pauta da convocação.

Art.22 - O presente Regimento Interno revoga o anterior e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação, e se possível, posterior registro em cartório, sendo obrigatória a divulgação somente através de cópias protegidas deste texto.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2016.

Assembleia Extraordinária realizada na Sala de reuniões da Associação Beneficente São Martinho, Lapa, RJ.
Comissão Temporária de Trabalho para reforma do Regimento Interno formada na assembleia de 06-04-2016 em Volta Redonda, RJ. Andre Rangel (CONTATO)/Ana Ribeiro (FENASE)/Margarida Prado (OAB)
Secretária ad hoc da Assembleia Extraordinária para reforma do Regimento Interno: Velange Bastos
(Movimento de Mulheres de São Gonçalo)
Eleição da Comissão Executiva para período junho2016-junho2019 na Assembleia Ordinária de 06-07-2016 na OAB: Velange Bastos (MMSG); Ana Ribeiro (FENASE); Luiza Coutinho (JCA); Carlos André Santos (CMSMA) e Leandro Cury (Visão Mundial)
Retificação do nome para Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Rio de Janeiro - Fórum DCA /ERJ em Assembleia Ordinária em 14-09-2016 na Fundação Xuxa Meneghel, Guaratiba, RJ.

ANEXO B- ATAS

ATA DO SEMINÁRIO ANUAL DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FDCAERJ, REALIZADO NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

No dia 16 de novembro de 2016, na sede da Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Presidente Vargas nº 1261, Centro, RJ, às 13:50 horas deu-se início ao Seminário, com a presença da sociedade civil e adolescentes, assim representados: AECI- Eliana Rocha Oliveira; CMDCA-VR- Breno Lopes dos

Santos (JFSFA), Guaraciara de Lavor Lopes, Lucas de Almeida Santos; JFSFA- Marcelo Procópio Alves; Grupo Pela Vidda Niterói- Jaci Carioca Sampaio, Jhoseffer Souza de Oliveira; CEDCA/OAB- Margarida Prado; Cadi Maré- Dilcira de Oliveira, Thaís Brum Toledo Mathias, Viviane Tinoco; PUC-Rio- Amanda Bandeira Teles; CMDCA-Mendes- Maria Cristina V. de Giacomo; Visão Mundial- Leandro Lousada Cury; Movimento de Mulheres em São Gonçalo (MMSG)- Velange Gonçalves Bastos Cozzi; JCA/Grupo Pela Vidda Niterói- Luiza Fiamoncini Coutinho; Rede Não Bata Eduque- Marcia Oliveira; Fundação Xuxa Meneghel (FXM)- Tiago de Araujo Silva, Vitória Luiza, Lucas Martins de S. Marques, Luis Eduardo C. Lúcio, Ana Paula Rodrigues, Thamires Del.G. de Almeida, Thamires dos Santos Teixeira, João Vitor Caetano; Circo Baixada- Anderson Nunes; CEDECA-RJ- Pedro; DH Projeto Legal- Monica Alkmim; UFRJ-NIDES- Déborah Thiers de Carvalho; Programa Serra de Madureira- Antonia Rodrigues Peres Furtado; Pamen/Cheifa- Maria de Fátima da Silva; Fórum Nova Iguaçu- Solange da Silva Brito; CIESPI-PUC/RJ- Renata Tavares; Rede Rio Criança- Marcia Gatto, Quência Oliveira; ONG Con-tato- André Rangel de Oliveira Barbosa

Metodologia: Carta Convite

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO ANUAL DO FÓRUM DCA ERJ

13h – Boas vindas

- **Mediação: Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ**

13h10 – Dinâmica de Apresentação dos participantes

- **Mediação: Sérgio Henrique Teixeira**

14h – Apresentação dos adolescentes: Relato das suas experiências em eventos nacionais e internacionais

- **Mediação: Luiza Coutinho**

14h45 – intervalo 15h – Análise de conjuntura

– **Mediação: Paula Latgé, Rodrigo Lima e Margarida Prado**

15h30 – Roda de conversa sobre a participação da sociedade civil diante da atual conjuntura política da defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente no Estado do RJ.

- **Mediação: Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ**

16h – Encaminhamentos para a formação de 3GTs no Fórum DCA ERJ

- **Mediação: Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ**

16h30 – Construção de propostas: plano de metas de cada GT para 2017 (indicação de coordenador(a) e relator(a) de cada grupo)

- Mediação: Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

17h – Votação e aprovação do plano de metas dos 3GTs

18h – Encerramento

A abertura do Seminário foi realizada pela comissão executiva do Fórum DCA-ERJ.

A Sra. Velange, do MMSG deu às boas vindas aos presentes, agradeceu à Coordenação e Equipe da Biblioteca Parque Estadual a cessão do espaço e lembrou que o Fórum DCAERJ é constituído com a participação da sociedade civil, redes, movimentos e outros seguimentos sociais que se destinem ao enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e visem a proteção e garantia de seus direitos. O Fórum tem buscado trazer os adolescentes para as discussões que os levem a tomar as próprias decisões sobre políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes no ERJ. Velange ressaltou ainda que no momento atual o Governo Federal e Estadual estão reduzindo direitos, num processo de desmonte das políticas de DH, e que neste contexto, mais do que nunca, é necessária a união da sociedade civil para combater os retrocessos.

O Sr. Leandro, da Visão Mundial repassou a programação e apresentou os objetivos do Seminário: fazer memória dos trabalhos de 2016, tendo como fio condutor a troca de experiências e discutir com os presentes as propostas de enfrentamento e superação dos problemas apontados. Afirmou que os jovens brasileiros têm demonstrado criatividade e energia na participação política. Informou e justificou a ausência do convidado Sérgio Henrique Teixeira, que conduziria uma dinâmica de apresentação com os presentes, passando cada um a dizer seu nome e instituição que representa no evento, tal como acima citados.

A Sra. Luiza Coutinho, representante do Fórum Estadual de Juventude/Pela Vidda Niterói, lembrou que o Fórum DCA tem realizado reuniões itinerantes em diversos municípios (Queimados, Niterói, São Gonçalo, Volta Redonda) com a proposta de agregar fóruns municipais ao debate. Destacou a importância do protagonismo dos estudantes nas ocupações das escolas, contra a reforma de ensino médio e contra a PEC 241/55.

Às 14:10h deu-se início o segundo ponto da programação: Relato das experiências dos jovens em eventos nacionais e internacionais.

Mediadora: Luiza Coutinho

Participantes:

Fundação Xuxa: Vitória Luiza, **Tiago** de Araujo Silva e **Luis** Eduardo C. Lúcio

CMDCA de Volta Redonda: Breno Lopes dos Santos e **Lucas** de Almeida Santos

Grupo Pela Vidda- Niterói: Jhoseffer Souza de Oliveira

Breno e Lucas relataram que estão realizando debates sobre o ECA nas escolas, no município de Volta Redonda. Relataram que a participação dos jovens deu-se, inicialmente, porque a direção da escola solicitou a indicação de nomes de alunos

para participarem da 10ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em abril de 2016. A participação na Conferência Nacional foi impactante.

Breno relatou que a participação de uma jovem cadeirante no evento o mobilizou muito, que antes ele não havia pensado nos direitos das pessoas com deficiência, e ao compartilhar com a colega delegada os problemas de acessibilidade, despertou para a defesa dos direitos de todas as crianças e adolescentes numa perspectiva de cidadania. Disse ter um sonho, que é ver a lei 8.069, ECA, cumprida integralmente.

Lucas relatou que os estudantes estão produzindo um vídeo sobre os 25 anos do Fórum Municipal de Volta Redonda. Eles entrevistaram diversos conselheiros e outras pessoas que participam da política pública no município. O vídeo será o instrumento de divulgação e de memória do movimento social. Citou ainda o falecimento de uma estudante da escola, que provocou o debate entre os adolescentes sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Luís concorda que a participação na Conferência Nacional foi muito importante. Encontro de ideais, jovens com os mesmos sonhos. Também houve muito trabalho e foi cansativo. Foi uma grande experiência.

Vitória relata a participação no Encontro Infância Latino-Americana, em Lima, no Peru. Diz que o projeto foi feito de jovens para jovens. Falou do trabalho em Santa Catarina “Rap 53”. A participação nestes espaços fez com que ela conseguisse falar em público, vencesse a timidez. Que agora consegue dar a sua opinião nos grupos. Desinibiu-se. Relata a roda de conversa no DEGASE, na unidade feminina. Esta visita a marcou muito. É muito diferente ouvir falar de adolescentes internos e estar lá, com elas, naquele local. Considera que em Lima os jovens são mais autônomos, capazes de organizar um evento muito legal. Ela tem muita fé na luta. Jovens incentivando outros jovens. Ela está pronta para reivindicar direitos.

Tiago participa do coletivo de adolescentes e dos encontros itinerantes sobre agricultura familiar, onde debate alimentação consciente, o ciclo do alimento do plantio até a mesa. Alimentação e Saúde. O coletivo ajuda os agricultores a colherem caqui em Vargem Grande, no mês de abril. É difícil porque a fruta é muito frágil e a dificuldade justifica o preço junto ao consumidor final. Visitou Recife e conheceu jovens que trabalham no campo.

Jhoseffer é conselheiro estadual e foi um dos 12 (doze) selecionados pelo CEDCA-RJ para dar palestras sobre o trabalho da CHEIFA na Bélgica, sobre o lixo e despoluição do Jardim Gramacho. O projeto foi selecionado pela PAMEN (Bélgica). Ele relata que o projeto atinge quinze mil jovens das escolas públicas da Bélgica. Esses jovens solicitam fundos para o projeto. Ele teve oportunidade de abordar temas LGBT, feminismo, visibilidade sobre o assassinato de jovens negros no Brasil. Relata que muitos alunos lá perguntaram sobre o “Fora Temer” que a imprensa belga mostrava os conflitos políticos no Brasil. Que ficaram uns quinze

dias falando sobre o projeto no Brasil e arrecadando doações para o projeto.

Tiago considera muito legal o trabalho do CEDCA-RJ. Ele participa há dois anos. Divulga o trabalho nos grêmios. Participou de um Parlamento Juvenil e propôs um artigo, num projeto de lei, sobre a retomada dos grêmios nas escolas, e para garantir pelo menos dois adolescentes no mandato do CEDCA. Propõe que as reuniões do Conselho Estadual sejam realizadas em horários compatíveis com a participação de estudantes de outros municípios. Deveria ser nos fins de semana.

Debate:

1)Guará (CMDCA-VR): Como funciona a participação de estudantes na Bélgica. Como eles atuam?

Res: Vitória responde que é mais efetiva a participação dos jovens quando ela acontece desde o planejamento da atividade. Os próprios jovens escolhem os temas e se preparam para os eventos. Deu como exemplo o próprio Seminário do Fórum DCA: se ela tivesse participado da escolha do tema, agora estaria mais preparada para o debate.

2) Mônica Alkimin (Projeto Legal): Vocês perceberam mudanças nas políticas para crianças e adolescentes depois das deliberações da última Conferência Nacional?

Res: **Lucas** – Há um grande problema de comunicação. Ele nunca tinha ouvido falar no ECA, no CEDCA ou nas Conferências. Não há divulgação para os jovens. Afirma que não viu nenhuma das políticas aprovadas na Conferência Nacional ser implantada.

Jhoseffer: o G-38 organizou tudo, os jovens criaram as regras de convivência durante a Conferência Nacional, mas os adultos intervieram de forma hierárquica contra as decisões dos jovens. Houve conflito entre alguns delegados e os jovens.

Breno: Nunca viu as políticas serem colocadas em prática. Ele faz um trabalho de formiguinha. Luta pelo retorno do grêmio estudantil.

3) Cristina (CMDCA-Mendes): quer saber mais sobre as visitas ao Degase e sobre o Parlamento Juvenil.

Res: **Vitória** – conversou com umas dez adolescentes internas. Elas relataram que apanham muito. Sofrem violência. As condições das celas são péssimas. Não podem falar. Achou a roda de conversa impactante. As meninas queriam falar mais.

Tiago: Ficou nervoso na visita ao Degase. A roda era para a prevenção da violência, mas a sociedade quer destruir os sonhos dos meninos. Negros são sempre confundidos com bandidos. Sofrem violência dentro e fora da instituição. São meninos de 13 anos. A experiência marcou muito.

Tiago: sobre o Parlamento juvenil – ele está conhecendo como funciona. Quer falar para outros jovens como deveria funcionar o trabalho dos políticos. Participou do Amanhecer contra a Redução da Maioridade Penal. Por causa da participação no parlamento juvenil ele se fez ouvir na escola, pelo diretor. A escola considera que

todo questionamento é rebeldia e quer calar o aluno. O diretor é temporário, a escola é dos alunos.

Após o debate, a Comissão Executiva do Fórum DCAERJ encaminhou a programação para o item 3: Análise de Conjuntura

Convidados:

Rodrigo Lima – CRESS – não compareceu, não tendo justificado a ausência até aquele momento..

Paula Latgé (Bem TV – Niterói) – não compareceu, tendo justificado a ausência.

Margarida Prado – Conselheira CEDCA pela OAB-RJ

A Conselheira Margarida Prado fez um balanço das principais conquistas do Fórum/CEDCA no ano de 2016.

- O destaque positivo do ano foi a construção das audiências de apresentação de adolescentes, o que pode reduzir as internações.
- Relato de jovens de diferentes municípios do ERJ na Conferência Nacional: empoderamento dos jovens; construção da cidadania; participação no Parlamento Juvenil e Grêmios.
- Visibilidade de temas como liberdade religiosa; LGBT; assassinato de jovens negros; feminicídio; violência policial, educação em direitos humanos, entre outros.
- Participação dos representantes da sociedade civil e CEDCA nos debates sobre Operação Verão, recolhimento de adolescentes sem qualquer cometimento de ato infracional;
- Participação na resistência contra a extinção da SEASDH e lotação do CEDCA na SES;
- DEGASE: superlotação, incêndio. Fiscalização das unidades, GT e debate na OAB; participação na Assembleia pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Audiência Pública no MP em abril; Seminário DEGASE/MP em outubro;
- Realização da Conferência Estadual, apesar de todas as dificuldades/orçamento.
- Cadastro sobre adoção – reformulação.
- Audiências Públicas na Alerj.

Após a análise de conjuntura, a comissão executiva encaminhou para os debates entre os presentes:

Fala da Guará após a apresentação de Margarida Prado sobre o DEGASE: ela participa de um grupo no WhatsApp, com mais de 200 mães de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no DEGASE, de todo o Estado do RJ. Relata que TODAS as mães acham que os filhos devem ficar internados para

melhorarem e porque lá estariam mais protegidos. Elas choram quando os filhos são libertados. Consideram que eles devem ficar até os 18 anos. Muitas são religiosas e acham que o castigo pode melhorar os filhos.

Eliana (AECCL) relata que o mesmo ocorria durante o mandato dela no CEDCA. As famílias se sentem impotentes e acreditam que a autoridade de juizes/as podem fazer a diferença. As famílias sentem-se sem a necessária autoridade para controlar o comportamento dos jovens, completamente expostos à violência do tráfico de drogas nas comunidades.

A presidenta do CEDCA, Maria de Fátima Silva (Pamen/Cheifa) fez um relato sobre a participação nas Ocupações de Escolas Públicas no ERJ (Centro, PUC e Baixada Fluminense), dando apoio à luta dos estudantes secundaristas. Sobre o SINASE, a presidenta considera que o maior problema é a ausência de orçamento para implantação das medidas recomendadas. Também participou na ALERJ de audiências cujo tema foi propor punição aos prefeitos que não cumprem o ECA.

André Rangel (Con-tato) falou sobre a interrupção dos repasses da FIA para as 120 instituições conveniadas. Denunciou o desmonte (ou o rearranjo) das políticas de estado de DH, e remeteu a questão para o quadro nacional, de golpe institucional e imposição de uma política neoliberal, contrária ao voto da população brasileira, que escolheu nas urnas um programa de cunho social e de proteção aos direitos à educação pública, à seguridade social, à ampliação do direito universal à saúde.

Eliana, representante da AECCL, considera que todo o quadro político da CF de 1988, do estado de bem-estar social, que embasa os direitos de crianças e adolescentes através do art. 227 e da lei 8.069/90, com o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido desconstruído e duramente atacado pelos governantes que impuseram o golpe de abril de 2016. O Brasil foi atingido por um tsunami de direita e temos de rever as estratégias de enfrentamento desta crise. Os Conselhos e Fóruns foram criados numa perspectiva de aprofundamento da democracia participativa, e encontram-se esvaziados neste momento. É fundamental que neste momento possamos buscar compreender esta onda neoliberal e nos prepararmos para a resistência.

Mônica Alkimin analisou o desrespeito do governo federal e estadual pós-golpe, que não implementa os planos decenais deliberados nas conferências setoriais, que ditam as prioridades das políticas de direitos humanos debatidas em todo o país.

Fala da necessidade de aprofundarmos a compreensão desse momento, em que estamos no meio do furacão para juntos criarmos alternativas de enfrentamento e de resistência ao desmonte das políticas sociais.

Márcia Gatto, da Rede Rio Criança, faz o seguinte relato: Primeiramente "FORA TEMER!" Não gostaria de ser aquela que vem tocar as trombetas, mas para se fazer a análise desse momento tão sombrio, temos que mergulhar fundo. Estamos no Caos! Essa realidade social que vivemos é atravessada por vários fatos sociais.

Estamos num período muito pior que a ditadura, pois na ditadura os tanques estavam nas ruas, era declarada! Estamos no Estado de Exceção imposto pelo Legislativo, Judiciário e Mídia! De muito retrocesso, suspensão e violação de direitos. O Golpe foi muito bem planejado pela elite, que não suportou o país ter eleito um trabalhador, que não tem ensino superior. Não suportou ver pessoas de classe média e baixa andando de avião, etc...

A crise não é só no Brasil, ela está no mundo todo. O Brasil até segurou por um bom tempo.

Os espaços de organização que criamos, Fóruns e Conselhos ficaram burocráticos demais!! Temos que fazer diferente!!" Chamar essa juventude para estar junto!"

Leandro, da comissão executiva, encaminha então essa discussão em substituição aos GTs que estavam previstos no Seminário, como último ponto da programação. Os presentes concordam que há necessidade de análise coletiva. Enumera os consensos do Seminário, que são o apoio à participação infanto-juvenil nos espaços de debate e decisão e de que é necessário uma nova estratégia de comunicação.

A estudante de graduação de PSI da UFRJ-NIDES, Débora, apresenta seu projeto de acompanhar as estratégias do Fórum DCAERJ no momento de transição que atravessamos, trazendo contribuições aos debates, de acordo com as análises da Universidade.

Leandro fez um resumo de todo o contexto abordado durante o Seminário, tais como, a participação dos adolescentes; capacidade para se ouvir as mães de adolescentes institucionalizados; presença da academia (Débora) querendo sistematizar as ações do fórum; a questão da comunicação (linguagem e conteúdo); a geografia dos municípios; fortalecimento dos fóruns; homofobia.

Leandro sugere que se inicie o encaminhamento de propostas.

Luiza fala na proposta dos adolescentes em fazer uma oficina com os adultos.

André, diz que já que foi sugerido como proposta de sermos atravessados pelos adolescentes, entende que se aguarde o que eles vão decidir fazer.

Márcia (Rede Não Bata Eduque), sugere que se faça projetos de sustentabilidade à vinda e participação dos adolescentes neste espaço.

Tiago expõe que não é só a participação dos adolescentes neste espaço, mas o que vai ser feito com esta participação. Sugere: divulgação e visibilidade do Fórum.

Sem mais assuntos a acrescentar no momento, encerra-se a presente às 18:00 h.

Comissão Executiva
FORUM DCAERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE JANEIRO DE 2017

Em 11 de janeiro de 2017, às 14h: 50min teve início a Assembleia Ordinária do FÓRUM DCA/ERJ do mês de janeiro, na sede da Associação Beneficente São Martinho, Rua Riachuelo nº 07, Lapa, Rio de Janeiro, RJ. Assinaram a folha de presença: Leandro Cury (Visão Mundial), Luiza Coutinho (JCA) e Ana Ribeiro (FENASE) representando a Comissão Executiva do FÓRUM DC /ERJ; Marcia Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Margarida Prado (OAB); Marina Siqueira (Associação Beneficente São Martinho), Tomás Brito Soares (Associação Beneficente São Martinho), Priscilla Pires (Associação Beneficente São Martinho); Silvia Maria Ribeiro (Assistente Social); Renata Tavares (CIESPI) e Maria de Fatima da Silva (CHEIFA). Justificaram a ausência: Ana Paula Rodrigues (Fundação XUXA); (André Rangel (ONG CON-TATO); Solange Brito (Fórum DCA Nova Iguaçu); Lucinha Inês(Casa do Menor São Miguel Arcanjo); Regina Leão (Pastoral do Menor); Guaraciara Lopes (Casa da Criança Volta Redonda); Monica Alkmin (ODH Projeto Legal); Vera Souza (CEDECA); Cristina Giacomo (CMDCA Mendes); Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André Santos (Casa do Menor São Miguel Arcanjo); Velange Bastos (MMSG).

Segue a memória de cada item da pauta:

1- LEITURA E APROVAÇÃO DAS MEMÓRIAS DA ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2016 NA SEDE DA OAB/RJ:

Leandro Cury pediu desculpas pela Comissão Executiva, mas não houve registro de memória na assembleia de dezembro.

2- ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA: GOVERNO E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, AÇÕES EFETIVADAS, SUAS IMPLICAÇÕES E FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO:

Neste item foi realizada uma roda de conversa sobre a atual conjuntura da política de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, considerada “em estado de calamidade” por todos os presentes, pela incapacidade do governo estadual para garantir o pagamento dos funcionários, a manutenção dos serviços públicos; e principalmente pelo cancelamento dos contratos de financiamento dos programas de atendimento da rede complementar privada (Rede FIA);

Maria de Fatima (Fatinha) durante este momento da reunião recebeu uma ligação telefônica de Andre Rangel (psicólogo da ONG CONTATO, integrante da Rede FIA,

executora do NACA no município do Rio, informando sobre a realização de encontros por segmentos (Acolhimentos institucionais, Centro de Convivência/dia para crianças com deficiência e os NACAs) com o Ministério Público, e que a mais recente aconteceu no dia 9 de janeiro com a presença do deputado Marcio Pacheco, da deputada Tia Ju e do promotor Marcos Fagundes para tentar garantir a continuidade do financiamento para cada segmento;

Margarida Prado comentou que a quebra de financiamento no estado do RJ provocou estratégias de emergência para o atendimento tanto na rede privada como na rede pública e a sociedade civil ainda não tem esclarecimentos por parte dos poderes judiciário e legislativo sobre o desmonte dos programas que estavam em curso até 2016. Sugeriu que o CEDCA envie ofício para o MP solicitando a agenda e a inclusão do Conselho nas reuniões da Rede FIA com o MP;

Marcia Oliveira questionou quais os caminhos da sociedade civil para reivindicar legalmente a prioridade orçamentária contrariada na paralisação dos serviços que antes eram financiados pelo poder público;

Fatinha argumentou que esse seria um dos assuntos para tratar em um encontro com a deputada Tia Ju, que se comprometeu em audiência pública sobre Orçamento Público em 2016 com a elaboração de um projeto de lei com sanções para o não cumprimento da prioridade orçamentária para a política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes;

Leandro Cury ressaltou que a PEC 155 a partir de sua aprovação é vinculante aos municípios e o efeito traz a necessidade de evidenciar estratégias para o fortalecimento coletivo incluindo o interior do estado do RJ no enfrentamento do desmonte da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes;

Tomás comentou que no interior não se ouve falar de articulação para o enfrentamento das questões de direitos de crianças e adolescentes;

Priscilla Pires ressaltou que a sociedade civil não pode ficar como mera expectadora e sugeriu que o FÓRUMDCA/ERJ se junte com outros movimentos para pensar este assunto e também para elaborar projetos coletivos de enfrentamentos;

Silvia Ribeiro sugeriu também maior aproximação com os movimentos de mães de adolescentes no Sistema de Atendimento Sócio Educativo;

Fatinha comentou que o Fórum de CEDCAS no Brasil fará uma reunião em março e que está tentando contato com o CONANDA sobre as demandas para o ano de 2017. Fez um resumo da situação precária do funcionamento do CEDCA, somente com duas funcionárias que precisam se revezar para trabalhar, pois estão com os salários atrasados e parcelados, além da falta de água e material de higiene no prédio em que o CEDCA ainda luta para funcionar. Falou também sobre a incerteza na troca de secretários e de secretarias, além da falta de nomeação de conselheiros governamentais prejudicando bastante o trabalho paritário das comissões;

Margarida Prado comentou sobre o cenário bastante adverso para a execução da

política de atendimento sócio educativo ressaltando o papel fundamental do GT DEGASE e a continuidade de fiscalizações aos equipamentos;

Fatinha declarou que estamos em falta com as crianças e adolescentes, que sequer conferimos as deliberações aprovadas nas conferências elaboradas por eles, nem realizamos as pautas e estratégias apontadas nas ultimas reuniões e no seminário do FÓRUM DCA/ERJ em que participaram. Sugeriu que toda assembleia tenha um momento para a fala exclusiva das crianças e dos adolescentes e que possamos viabilizar algumas reuniões aos sábados como uma das demandas indicadas;

Margarida Prado comentou que perdemos o contato com muitos adolescentes e crianças que já participaram de tantos momentos do FÓRUM DCA/ERJ ou do CEDCA/RJ. Ressaltou que não podemos perder esses contatos atualizando sempre o cadastro com emails e telefones para convites para reuniões e eventos;

Foram pensadas algumas estratégias de participação de crianças e adolescentes no espaço do FÓRUM DCA/ERJ, preocupação também ressaltada após as apresentações das demandas dos adolescentes no Seminário realizado em novembro de 2016 na Biblioteca Parque do RJ. Foi aprovada a realização de evento ainda sem título em um sábado no mês de junho (03-06 ou 10-06, data a ser confirmada) com crianças e adolescentes participantes das entidades que compõem o FÓRUM DCA/ERJ. Esse encontro aconteceria nas dependências da Fundação Gol de Letra (espaço a ser confirmado) com o objetivo de promover participação com protagonismo de crianças e adolescentes no FÓRUM DCA/ERJ. Ficou acordado que até a assembleia de março tenhamos um planejamento mínimo de divisão de custos, tarefas, metodologia e temas a partir do resultado do trabalho motivacional com o público das entidades que fazem parte do FÓRUM DCA/ERJ.

3- METODOLOGIA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO FACEBOOK- DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO FÓRUM DCAERJ:

Leandro Cury convocou todos a participarem ativamente da reativação da pagina do Facebook do FÓRUM DCA/ERJ no link <https://www.facebook.com/forumdcaerj/> enviando e compartilhando assuntos pertinentes às atividades e aos eventos de cada entidade membro do Fórum DCA/ERJ, além de notícias relevantes sobre direitos de crianças e adolescentes no estado do RJ e/ou no Brasil.

Ana Ribeiro informou sobre a futura ativação de email de grupo Google para conversas entre os membros do FÓRUM DCA/ERJ com a metodologia de inserção sem convite prévio dos nomes de pessoas e entidades atuais membros do FÓRUM DCA/ERJ, pois os prazos expiravam e poucos respondiam ao convite. O email atual forumdcaerj@gmail.com continuará oficialmente ativo administrado pela Comissão Executiva para receber/enviar mensagens externas ao grupo do FÓRUM DCA/ERJ, porém todos os membros poderão continuar acessando, através

da mesma senha <forum2014> com responsabilidade de não apagar as mensagens. Foi acordado que todos nós continuaremos colocando o nome do FÓRUM DCA/ERJ ao lado dos nossos nomes e nossas representações nas listas de presença e participação em outros fóruns e eventos como uma das estratégias de divulgação da existência deste fórum.

4- FECHAMENTO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES ITINERANTES DE 2017 DO FÓRUM DCA/ERJ:

DATA

LOCAL

OBSERVAÇÕES

11/jan

Associação Beneficente São Martinho – Centro

01/fev

Movimento de Mulheres de São Gonçalo

08/mar

Fundação Xuxa Meneghel - Pedra de Guaratiba

05/abril

Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu

03/maio

OAB – Centro Rio

07/jun

CRESS – Centro Rio

Formação da Comissão Eleitoral para condução do processo de eleição de conselheiros não governamentais para representação da sociedade civil no CEDCA/RJ para o período 2017-2019

05/jul

Pela Vidda /Niterói

Prazo limite para eleição de conselheiros não governamentais para representação

da sociedade civil no CEDCA/RJ para o período 2017-2019

02/ago

Casa da Criança - Volta Redonda

06-set

CHEIFA – Jardim Gramacho

04-out

Fundação Gol de Letra - Caju

01-nov

CMDCA de Mendes

Repensar a data por conta do feriado de 02-nov

06-dez

Associação São Martinho – Centro Rio

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

OBS 1: As assembleias continuam com início às 14h na primeira quarta feira de cada mês. Existe solicitação por parte dos adolescentes para que as reuniões sejam realizadas aos sábados. O assunto deverá retornar como pauta das próximas assembleias ordinárias.

OBS 2: Foi solicitado às entidades que irão acolher encontros itinerantes mensais para que convidem outras entidades e movimentos locais para que conheçam e possam participar também do FÓRUM DCA/ERJ.

5- INFORMES/ASSUNTOS GERAIS:

A Comissão Executiva acusou o recebimento da solicitação de Deborah Thiers, mestrande de Psicologia na UFRJ (esteve presente na assembleia de novembro) para realizar um estudo de caso do Fórum DCA/ERJ em conjunto com o Fórum Juventude Carioca em Ação com o objetivo de "... desenvolver uma análise sobre a profundidade e a qualidade da participação de crianças e adolescentes nos principais espaços públicos de construção de políticas públicas para esse público..." Ela informou que está na fase de revisão bibliográfica e se possível gostaria que as entidades pudessem sugerir referências enviando para o email <psideborah.gt@gmail.com> ; e que a partir de fevereiro tem a intenção de participar

registrando e fotografando as assembleias.

Margarida Prado informou que a próxima Reunião do GT DEGASE que será realizada no dia 17 de janeiro às 10h na OAB – Av. Marechal Câmara, 150-2º andar sala 02 Castelo RJ.

Silvia Ribeiro informou que estará afastada da representação do CRESS neste Fórum por conta da mobilização para a campanha eleitoral do CRESS nos próximos meses.

Luiza Coutinho fez uma retrospectiva de sua representação pelo Fórum Juventude Carioca em Ação (JCA) e informou que encerrou o ciclo de representação pelo o JCA neste Fórum, solicitará o suplente da entidade para substituí-la. Informou também que vai trabalhar na SASDH de Niterói, mas continuará como voluntária no Pela Vidda Niterói.

Leandro Cury informou sobre sua participação no I Encontro de Escolas de Conselhos Nordestinos em Recife na Universidade Rural. Neste evento foi apresentado também os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – conjunto de 17 objetivos e 169 metas que foram propostas pela ONU para resolver os problemas que afligem o mundo: sociais, econômicos e ambientais. Leandro distribuiu o resumo do material apresentado no encontro e propôs que o FÓRUM DCA/ERJ conheça também a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS e os principais objetivos que impactam a Infância e Adolescência.

Sem mais assuntos a acrescentar no momento, encerrou-se a presente às 17h:15 min.

Comissão Executiva
FORUM DCA/ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FDCAERJ.

No dia 01 de fevereiro de 2017, às 14 h e 30 min teve início a Assembleia Ordinária do mês de fevereiro, na sede da instituição Movimento de Mulheres em São Gonçalo, Rua Rodrigues da Fonseca, 201, Zé Garoto, São Gonçalo, RJ. Assinaram a folha de presença: Luiza Fiamoncini Coutinho (JCA/ Grupo Pela Vida Niterói); Regina Leão (Pastoral do Menor – Mitra); Rita Gonçalves (Fenase); Ana Ribeiro (Fenase); Leandro Cury (Visão Mundial); Solange da Silva Brito (Fórum DCA – NI); Velange Gonçalves Bastos Cozzi (Movimento de Mulheres em São Gonçalo); Pierre Pontes Gaudioso (CDH – NI); Jantiena de Jonge (Comunidade S8/ Fórum DCA-SG); Gilberto Fernando Laureano de Lima (Instituto Juventude-SG); Thamires de L.G. de Almeida (Fundação Xuxa Meneghel); Marcia Oliveira (Rede Não Bata Eduque);

Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Jaci Carioca Sampaio (Grupo Pela Vidda Niterói); Maria de Fátima Silva Angelo (Obra C São Francisco de Assis); Déborah T. Carvalho (UFRJ/NIDES); Haroldo Granja Junior (Adonai-SG); Maria de Fátima da Silva (PAMEN/CHEIFA); Jhoseffer Souza de Oliveira (Grupo Pela Vidda Niterói); Cristiane Neves Pereira (Movimento de Mulheres em São Gonçalo). Justificaram ausência: Thaisi (ODH Projeto Legal); Guaraciara Lopes (Casa da Criança de Volta Redonda); André Rangel (Ong CON-TATO).

Metodologia: Carta Convite

Antes de dar início a pauta da assembleia, Velange (MMSG) saudou os presentes e agradeceu a presença. Apresentou a instituição aos visitantes, justificando que a reunião não aconteceria no auditório porque aquele espaço estava ocupado por móveis de outros núcleos do MMSG, e coincidentemente naquele dia estava sendo feito a mudança da outra casa da Rua Jaime de Figueiredo, que era alugada, para aquela da sede na Rua Rodrigues da Fonseca, que é própria. Disse que a Diretoria Colegiada tomou tal decisão para evitar acumular dívidas, haja vista que a FIA não efetua o pagamento dos repasses contratados com a entidade para funcionamento dos NACAs desde fevereiro de 2016. Acrescentou que nesta data também foram surpreendidos com a visita da Presidente da FIA e comitiva, a qual teve a oportunidade de constatar que apesar da inadimplência do governo estadual a entidade por si e por seus voluntários continuam honrando sua missão e atendendo os usuários, ainda que de forma reduzida, tem mantido seu compromisso, sobretudo, por não existir na rede serviço da mesma especificidade. Acrescenta que o MMSG estará atendendo os usuários do Programa da FIA- NACA São Gonçalo, no endereço da Rua Rodrigues da Fonseca, onde também são feitos os atendimentos pelo Projeto NEACA de autoria do MMSG. Fala ainda que o MMSG tem uma história de 27 (vinte e sete anos) de lutas e militância no enfrentamento das violações de direitos e visão social empreendedora.

Velange pediu desculpas por ter invertido a ordem da roda de apresentação, solicitando ao coletivo que fosse dada oportunidade a supervisora técnica da instituição, Cristiane Neves Pereira, para uma breve fala sobre o desenvolvimento do projeto de sustentabilidade do MMSG, posto que a técnica terá que se ausentar da reunião para atendimento agendado.

Cristiane (MMSG) relata que é psicóloga na instituição desde 2011 através de processo seletivo quando foi incorporada na equipe técnica do Projeto NEACA. Relata que naquela ocasião tinham financiamento da Petrobrás, Eletrobrás e convênio com a prefeitura de São Gonçalo e outros financiamentos. Também tinham outros projetos relacionados a pessoas que convivem com HIV, saúde reprodutiva das mulheres, projeto apadrinhe, projeto do governo federal para prevenção à

tuberculose, tinham muitos projetos e muitos financiadores. Antes do início da crise o NEACA passou a ser um projeto convidado pela Petrobras, a renovação não era mais por seleção, mas por convite por ser um projeto em continuidade, a partir de 2013 e até 2015. Em 2013 o Projeto Neaca foi estendido para os municípios de Magé e Maricá, porque São Gonçalo acabava atendendo as demandas daqueles municípios onde havia a inserção da Petrobrás por conta da instalação do COMPERJ.

Fala que através de oportunidade oferecida pela Fundação Abrinq, o MMSG participou de curso de capacitação sobre sustentabilidade, promovido por aquela Fundação. Diz que saíram da capacitação com muitas propostas para mudar as organizações e trouxeram essa proposta para todos os que trabalham na casa. Que a proposta foi amadurecendo e hoje tem um grupo que está construindo o plano de sustentabilidade da instituição. Diz que só financiamento não garante a sobrevivência da instituição; precisamos trabalhar muito para que muitas coisas se transformem. Dentre essas coisas, foi pensado em melhorar a imagem e apresentação da organização, trabalhar site, facebook, construir a memória da instituição, que é de muita luta. Conscientizar os profissionais e usuários, construir conscientização sobre a importância que a organização tem para o município, trabalhar a relação com os apoiadores, cultivar a relação de maneira a captar recursos. Tem muitas formas para se captar recursos. Foi feita uma campanha online de captação e já está no site, "Recorrentes da Benfeitoria". Além disso, o MMSG está buscando parcerias para vender o nosso produto ou para trocar serviço. Pensar em sustentabilidade é pensar na sobrevivência da organização.

A situação financeira da entidade está muito difícil, o MMSG está trabalhando pela sustentabilidade, porém tudo ainda é muito embrionário. A entidade ainda tem financiamento com a Abrinq e Prefeitura Municipal de São Gonçalo, este fato tem contribuído para o não fechamento da porta de entrada aos usuários, além disso, tem técnicos voluntários dando suporte no atendimento dos casos. A instituição recebe casos da rede inteira, embora tenhamos fila de espera, não deixamos de atender. Trabalhamos direitos humanos com quem está na fila de espera, criamos estratégias para trabalhar e dar continuidade à causa.

Velange agradeceu a Cristiane que por sua vez também agradeceu.

Regina Leão (Pastoral do Menor – Mitra) fala que a Pastoral do Menor também está buscando outras formas de sustentabilidade e organizando a rede. Tem que alimentar o facebook, alimentar o site, mandar carta. Que podem ajudar nesse processo. No início ficaram resistentes com muito trabalho, mala direta. Contrataram pessoas que conhecem e estão fazendo esse processo. Diz que são idas e vindas, mas esse é o caminho porque financiamento é isso, tem convênio assinado, mas não tem dinheiro do convênio e o usuário está ali na nossa porta, então a gente não pode ser irresponsável, porque o governo é irresponsável, mas a

gente precisa ter responsabilidade, porque a gente trabalha dentro da comunidade, o agente pastoral bate na porta para fazer inscrição e depois tem que dar conta do serviço. Ninguém quer saber se é o governo que não está repassando verba não, é a nossa identidade que está ali, eles não atrelam o projeto a quem financia, eles atrelam o projeto a quem realiza o serviço, então isso é uma novidade, a gente vai mexer numa área que a gente não tem know how. Fala que admira a nossa companheira Ana que fala de orçamento, mas é isso... não adianta falar de prioridade se não sabe onde está e para onde vai o dinheiro, qual a prioridade do dinheiro, então a nossa luta como movimento é entender e tiramos isso na reunião da FENASE para a gente começar a acompanhar o orçamento e fiscalizar a sua execução.

Foi iniciada a rodada de apresentação entre os participantes e esclarecimento aos visitantes representantes da sociedade civil do município de São Gonçalo da importância de suas participações e da ampliação deste Fórum Estadual Itinerante junto aos Municípios.

Ana Ribeiro (FENASE), fala que estamos aprendendo uns com os outros e quer saudar principalmente os jovens que estão aqui, eles têm muito o que ensinar para a gente e a gente precisa desta força. Precisamos participar de cursos de capacitação, divulgar, usar o nosso facebook como ferramenta de divulgação e, a galera mais jovem vai dizendo o que temos que aprender. Estamos numa fase que mesmo nos familiarizando com o tema do orçamento é um problema de caráter, o Estado está tendo uma crise de caráter, não é crise de desconhecimento, já passamos por crise de representatividade, agora passamos por uma crise de caráter, é mais grave. O orçamento está posto, os valores foram executados, os materiais foram comprados, mas os critérios utilizados precisam ser fiscalizados.

A seguir a memória de cada item da pauta:

1 – Leitura e Aprovação das memórias da Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 11 de janeiro de 2017, na sede da Associação Beneficente São Martinho.

Velange fez a leitura da Ata.

Foram feitos dois destaques:

No item 2 § 10, Fatinha (Pamen/Cheifa) pede para fazer uma correção, ao invés de “Fórum” é “ Associação dos Conselhos Estaduais”.

No item 5 § 4º, Luiza Coutinho (JCA/Pela Vidda), informa que ao invés do termo “encerrou” alterar para “em breve encerrará”.

Após os devidos acertos, a ata foi aprovada por unanimidade.

2 – Desdobramento: Ações Efetivadas e Avaliação dos Resultados. Formulação de Novas Ações e Estratégias de Enfrentamento da Grave Situação Sócio Política Financeira Estadual.

Fatinha relata que ela e os conselheiros do Cedca, Ana e André, participaram de uma reunião com o Secretário Pedro Fernandes, a Presidente da FIA, a Deputada Tia Jú, Dra. Eufrazia e Fátima da Saúde, ocasião em que foram feitos questionamentos sobre a falta de estrutura para funcionamento do Cedca, falta de ordenador de despesas e da organização da paridade por falta de duas representações governamental. Fala: A gente está sem paridade. Tirando o MP e o judiciário entrariam mais duas secretarias, então nós propomos que entrasse a secretaria de esporte e lazer e a secretaria de turismo por conta da exploração sexual para poder compor. O secretário então abriu um Grupo para dialogar quanto à lei que exclui as representações do MP e do Judiciário do Cedca.

Ana relata que o otimismo está baixo, a reunião foi dentro de uma reforma que está acontecendo dentro da antiga SEPLAG, começa por aí o impacto. Fala: imagina a gente fazendo aquelas reuniões onde não tem nada, não tem água, não tem papel higiênico. Quando você pede uma agenda com o secretário e você sabe que o secretário não está mais naquele prédio. Ele evadiu e se instalou em outro prédio. Nos sentimos o lixo, porque continuamos fazendo reunião no mesmo lugar. Ele não respondeu nenhuma pergunta direta, não tinha dados de nada. A presidente da FIA estava lá com a vice-presidente. A primeira frase da presidente da FIA que nos impactou muito, foi: estamos fazendo as visitas aos equipamentos e vamos ver quem vai merecer continuar com o financiamento.

Quanto ao Fundo, Ana narra: eu li no extrato o valor, 4 milhões, o secretário perguntou como um fundo pode ter 4 milhões e não fazer nada com isso. Fomos atropelados várias vezes na hora de falar e eu respondi que é porque eles emperravam. E ele tentando me cortar e dizer que o assessor dele iria resolver tudo. Ele falou, como vai financiar os projetos se ainda tem o pagamento dos funcionários. Fiquei muito angustiada. A Lei do Fundo: o Fundo não paga funcionalismo, paga projetos, paga ações.

Fatinha diz que na reunião foi abordado a questão da implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e a Presidente da FIA não tinha conhecimento sobre o SINASE. Que a avaliação que faz até agora é em cima do descaso do governo estadual, sobretudo, em relação ao desmonte dos serviços de atendimento.

Ana fala que uma estratégia que sugere é a pressão popular. Divulgar. Denunciar o descaso do governo junto a mídia insistentemente até ele cumprir com a obrigação dele. Acrescenta que a Defensora Pública, Dra. Eufrazia, impetrou ação civil pública

para que o governo estadual seja obrigado ao cumprimento dos compromissos firmados com as conveniadas.

Velange (MMSG) fala que falta pressão sobre o MP para agir com mais rigor contra as sucessivas violações de direitos prioritários que vem cometendo o governo estadual.

Fatinha diz que o Cedca tem demandas para encaminhamento de ofícios ao MP sobre diversas questões, tais como, incêndio do ESE; falta de pagamento de merendeiras; processo de reabertura do Cedca.

Marcia (Rede Não Bata Eduque) questiona como o CMDCA-SG está se organizando para construir o PPA no Município.

Ana fala que o Prefeito de Niterói assinou o Plano de Metas de 100 dias do governo municipal. O Plano de desenvolvimento de Niterói estabelece metas e indicadores a curto, médio e longo prazo para a cidade. O site de acesso ao plano de metas para as cidades é www.cidadessustentaveis.org.br

Ana lembra que Leandro (Visão Mundial) na reunião de janeiro levou informações sobre as ODS. Que Leandro está compartilhando informações no facebook do Fórum dcaerj.

Ana sugere como encaminhamento, que a metodologia de notícias para publicar na página do facebook do Fórum seja feita através de Leandro, o qual antes de publicar submeterá a aprovação da comissão executiva. Encaminhamento aprovado por unanimidade pelo coletivo.

Fatinha sugere como proposta que o Cedca e o Fórum promovam um Fórum para capacitação em orçamento público.

Regina Leão comenta a fala da Presidente da FIA sobre o critério de avaliação para manter convênios com base no “merecimento” das entidades. Sugere como encaminhamento que seja elaborado questionamento ao Governo Estadual para informar o orçamento previsto para atendimento de crianças e adolescentes; apresentação das propostas de planejamento; fiscalização do desmonte que vem ocorrendo; o que será feito com o público que deixará de ser atendido pelas entidades que não terão os contratos regularizados; provocar o MP e reforçar as propostas e encaminhamentos que saíram do Cedca/Fórum.

Ana expõe que a idéia central da reunião com o Secretário da SEASDH foi de municipalização dos serviços.

3 – Elaboração do Planejamento Para Realização do Evento das Crianças e Adolescentes no mês de Junho de 2017. Definição de Data, Local e Infraestrutura.

Leandro, informa que Silvia confirmou a data de 03 de junho de 2017, no horário das 9:00 às 12:00 , na Fundação Gol de Letra para a realização do evento das crianças e adolescentes.

Os adolescentes presentes se retiraram para outra sala, acompanhados pelas facilitadoras Luiza Coutinho e Thamires (FXM) para suas elaborações sobre a pauta. Leandro lembra que a data máxima para as instituições apresentarem a demanda formulada por seus adolescentes é na assembleia de março.

Thamires questiona como podemos fazer para que estes encontros sejam mais atrativos para as crianças e adolescentes.

Marcia sugere que os adolescentes já levem suas temáticas sistematizadas para o encontro de junho.

Jhoseffer diz que sente falta da representação dos adolescentes dos CMDCA's no Cedca.

Cristina (Mendes) sugere que as reuniões tenham a participação com os adolescentes de outros municípios por skype.

Ana sugere que seja feito por vídeo conferência para contemplar a participação daqueles que se encontram em locais mais distantes.

4 – Informes Gerais:

Solange informa que no dia 06/02 às 10 h haverá evento na Cinelândia em Homenagem ao Dia Estadual do Conselheiro Estadual.

Dia 09/02 às 14 h reunião do CMDCA de Nova Iguaçu.

Sem mais assuntos a acrescentar no momento, encerrou-se a presente às 17 h.

COMISSÃO EXECUTIVA FORUM DCA/ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FDCAERJ.

No dia 08 de março de 2017, às 14 h e 40 m teve início a Assembleia Ordinária do mês de março, na sede da instituição Fundação Xuxa Meneghel, Pedra de Guaratiba, RJ. Assinaram a folha de presença: Rita Gonçalves e Marcelle Persant (Fenase); Ana Paula Rodrigues e Igor Soares (Fundação Xuxa Meneghel; Velange G. Bastos Cozzi (Movimento de Mulheres em São Gonçalo/Fdcaerj); Keli Cristina da S. Carvalho e Danielle Gomes da Silva (PDA Comunhão/CECOM); Marcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Regina Leão (Pastoral do Menor); Luis Eduardo C. Lucio, Juliana Maia de Menezes, Tiago de Araujo, João Vitor Caetano de Souza, Lucas Martins da S. Marques e Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Deborah Thurs (UFRJ/ Sh Mendes; Jaci Carioca Sampaio, Jhoseffer Souza de Oliveira e Luiza Famoncini Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); Thamires de R. G. de Almeida (Fundação Xuxa Meneghel) . Justificaram ausência: Visão Mundial; ODH Projeto Legal); Casa da Criança de Volta Redonda; CMDCA de Mendes;

Pamen/Cheifa.

Metodologia: Carta Convite

Antes de dar início à pauta da assembleia, Velange (MMSG) saudou os presentes e agradeceu a presença e o acolhimento da Fundação anfitriã. Parabenizou as mulheres adultas e jovens presentes pelo dia de celebração das lutas e conquistas alcançadas pelas mulheres. Justificou o atraso de alguns companheirxs em virtude do forte temporal que se abateu sobre a cidade de Niterói e igualmente de outros companheirxs que por motivo da coincidência de outras pautas que estão acontecendo neste dia não puderam comparecer.

Foi feito a rodada de apresentações e relatado aos visitantes os objetivos do fórum e a metodologia das assembléias ordinárias itinerantes que ocorrem mensalmente como forma de ampliação e fortalecimento deste espaço de discussão e proposição de ações que visem à garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro. Foi ressaltado pelos adolescentes suas ações afirmativas de divulgação do fórum nas redes sociais através de vídeo produzido por eles. Foi reconhecido por todxs a relevância da participação dos mesmos neste espaço, que é legítimo para que eles exerçam o seu protagonismo e ampliem as informações para oportunizar a participação de outros adolescentes que se encontram em municípios mais distantes.

A seguir a memória de cada item da pauta:

1 – Leitura e Aprovação das memórias da Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 01 de fevereiro de 2017, na sede Movimento de Mulheres em São Gonçalo.

Velange fez a leitura da Ata.

Sem destaques. Aprovada por unanimidade.

Antes de dar início ao item 2 da pauta, Vitória Luiza e Luis Eduardo (Fundação Xuxa Meneghel) fizeram a apresentação de um vídeo produzido pelos adolescentes sobre suas participações nos espaços de incidência política onde também entrevistaram outros adolescentes, inclusive, os de Volta Redonda que estavam presentes ao seminário ocorrido na Biblioteca Parque e puderam naquela ocasião expressar suas dificuldades de transporte para se deslocarem para outros municípios.

Os adolescentes postaram na página do fórum no Facebook o vídeo onde eles explicam o que é o fórum dca/erj.

Lucas (FXM) ficou com a missão de melhorar o vídeo para possibilitar outras divulgações, segundo o critério dos próprios adolescentes.

2 – Análise e Planejamento de Ações Políticas Afirmativas para Fortalecimento da Rede de atendimento e da Sociedade Civil no Enfrentamento às Violações e Redução de Direitos de Crianças e Adolescentes praticadas pelo Poder Público.

Ana Paula (FXM) relata que foram constatadas algumas ausências nesta reunião por motivo de ter que dividir o grupo para que o fórum e o Cedca se façam presentes em outras frentes, que é necessário a análise de conjuntura dos últimos acontecimentos e capacidade de mobilização e que os adolescentes presentes podem contribuir pensando numa pauta estratégica e viralizar a situação do desmonte do Cedca.

Ana Paula, sugere que Jaci (Pela Vidda) por ser Conselheira no Cedca possa fazer uma análise das dificuldades que estão ocorrendo em relação à estrutura para funcionamento daquele Conselho.

Jaci faz um relato histórico do funcionamento do Cedca desde a época que funcionava na Rua da Ajuda, das dificuldades, falta de estrutura e desafios.

Foram feitas várias sugestões de propostas para mobilização e articulação de fortalecimento do Cedca e da sociedade Civil: 1- Articular reunião integrada com outros Conselhos de direitos, tais como, CMDCA, Assistência Social, Mulheres, Idoso, Pessoas com Deficiência e outros, tendo ficado como responsável para os encaminhamentos necessários a realização desta reunião Jaci; 2- Produção de Vídeos pelos adolescentes, falando do Cedca e do desmonte que vem sendo praticado pelo Governo do Estado, sob a responsabilidade de Vitória e Ana Paula; 3- Os representantes da sociedade civil se comprometeram em compartilhar e divulgar os vídeos em suas redes sociais. Sugestões aprovadas por unanimidade pelo coletivo.

3 – Planejamento de Divisão de Custos, Tarefas, Metodologia, Temática para Realização do Encontro no mês de junho de 2017, na Fundação Gol de Letra a Ser Protagonizado pelas Crianças e Adolescentes das Entidades que Participam do Fdca/erj. Agendamento da Prévia Visitação Institucional ao Local do Evento.

Luiza (Pela Vidda) explica sobre a metodologia que seria a discussão da participação política.

Marcia (Rede Não Bata Eduque) sugere que as instituições deveriam se organizar previamente com suas crianças e adolescentes e identificar suas demandas.

Ana Paula sugere que neste primeiro momento o encontro seja entre adolescentes com idade entre 12 e 18 anos com a participação de até 120 (cento e vinte) adolescentes.

Foi votada a Comissão Organizadora do “Encontro”, assim composta:

- Ana Paula (FXM)
- Luiza, Jaci e Jhoseffer (Pela Vidda)

- Marcia (Rede Não Bata Eduque)

A visita prévia a Fundação Gol de Letra será agendada pela comissão organizadora, bem como, se encarregarão do planejamento das ações necessárias para realização do evento.

A temática do encontro será indicada pelos adolescentes oportunamente.

4 – Informes Gerais:

Regina Leão (Pastoral do Menor) divulga a cartilha que faz parte da “Campanha Dê Oportunidade. Faça a Diferença. Ninguém Nasce Infrator” e distribui um exemplar para cada instituição presente. Fala que esta 2ª cartilha é um instrumento que aguça a reflexão e discussão sobre a falta de investimento do poder público e dá voz a criança e ao adolescente.

Thamires (FXM) faz uma reflexão sobre a importância do Projeto de Intercâmbio entre a Bélgica e o Brasil, que oportunizou 12 adolescentes brasileiros de viajarem em outubro de 2016 até aquele país para contar suas experiências aqui no Brasil. Fala da admiração dos Belgas quanto à integração entre os jovens brasileiros brancos e negros.

Foi exibido o vídeo em homenagem ao jovem Belga “Rupert” cujo sonho era retornar ao Brasil para rever os amigos que fez por aqui, por ocasião do intercâmbio, entretanto, não conseguiu, faleceu antes.

Thamires fala sobre a importância deste dia 08 de março, dia da resistência feminina e em homenagem a todas distribuiu por escrito e exibiu o vídeo da música “Ela Encanta” de Marina Peralta.

Sem mais assuntos a acrescentar no momento, encerrou-se a presente às 17 h e 05 min.

COMISSÃO EXECUTIVA FORUM DCA/ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FDCAERJ.

No dia 05 de abril de 2017, às 14 h e 30 m teve início a Assembleia Ordinária do mês de abril, na sede do CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IGUAÇU, RJ.

Assinaturas na folha de presença:

Pierre Gaudioso e Fransergio Goulart (CDHNI); Carlos André dos Santos

(ACMSMA); Rita Gonçalves e Ana Ribeiro (FENASE); Maria de Fatiam da Silva (PAMEN CHEIFA); Marcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Regina Leão (Pastoral do Menor); Igor Soares, Thamires de R. G. de Almeida e Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Jaci Carioca Sampaio, Jhoseffer Souza de Oliveira e Luiza Famoncini Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); André Rangel (CON-TATO); Alexandra Domingos (UBM-NI); Soneide Lima (CRP- Subsede Baixada); Marinez da S. V. S (ACREP); Marcia Gatto (Rede Rio Criança); Edson Cordeiro dos Santos (Solidariedade França Brasil); Adriano Moreira de Araujo e Fabio Leon (Fórum Grita Baixada); Leila Maria A.L. de Lima (Fundação Fé e Alegria); Hercília I. Jergns (CDH Diocese Nova Iguaçu); Solange da Silva Brito (ACT NI); Fabiana F. de Carvalho e Valeria S. Almeida (Lar Fabiano de Cristo); Antonieta Nascimento (CMAS/CRESS/CRAS-NI); Vanda Vasconcelos (CRP RJ/DEGASE/FIA); Aparecida Maria de O. Silva (E. C. Brasileirinho); Antonia Rodrigues Furtado; Simone de S. Miranda (Visão Mundial) e Priscilla Pires (Ass. Benef. São Martinho)

Justificaram ausência:

ODH Projeto Legal; Casa da Criança de Volta Redonda; CMDCA de Mendes; Movimento de Mulheres em São Gonçalo.

Metodologia: Carta Convite

Antes de dar início à leitura da pauta da assembleia, Ana Ribeiro (FENASE), representando a Comissão Executiva do Fórum DCAERJ saudou os presentes e agradeceu a presença e o acolhimento da entidade anfitriã. A seguir, a coordenadora do espaço cedido pela Diocese de Nova Iguaçu saudou os presentes e agradeceu a vinda de todos. Foi feita a rodada de apresentações e relatado aos visitantes dos objetivos do fórum e a metodologia das assembleias ordinárias itinerantes que ocorrem mensalmente como forma de ampliação e fortalecimento deste espaço de discussão e proposição de ações que visem à garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

A seguir, Carlos André dos Santos (ACMSMA), também representando a Comissão Executiva do FÓRUM DCA ERJ coordenou os debates referentes a cada item da pauta:

1- LEITURA E APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA ANTERIOR realizada no dia 08 de março de 2017, na sede da Fundação Xuxa Meneghel, Pedra de Guaratiba, RJ.

Ana Ribeiro fez a leitura da Ata.

Sem destaques. Aprovada por unanimidade.

2- POSICIONAMENTO E ARTICULAÇÕES DO FÓRUM DCA ERJ COM OUTROS FÓRUNS E MOVIMENTOS SOBRE OS SEGUINTE TEMAS:

Crianças e adolescentes assassinados em comunidades e escolas durante incursões policiais:

Carlos André dos Santos (ACMSMA), enquanto membro da Comissão Executiva do Fórum DCAERJ coordenou o debate sobre esse tema discorrendo sobre a repercussão nas diversas mídias sobre a morte da menina Maria Eduarda comparando a situação em que vivemos ao extermínio de jovens na época da ditadura militar. Maria de Fatima (CHEIFA) relatou a proposta da realização de uma audiência pública para escuta de crianças e adolescentes, no dia 17 de abril, coordenada pela ONG Phabrica de Artes que também pretende inaugurar um orquidário em uma praça na região de Fazenda Botafogo, bem perto da escola Daniel Pizza, onde ocorreu a morte da adolescente. Marcia Gatto (Rede Rio Criança) propôs que essa audiência fosse na própria escola em que a adolescente foi assassinada ou até mesmo na ALERJ para comprometimento das autoridades e o Legislativo. Fransérgio Goulart (CDHNI) argumentou que a decisão do local da audiência deveria ser capilarizada com outros movimentos no território do Acari, pois não é possível esquecer que o Relatório da Anistia Internacional apontou que o Batalhão da PM daquele bairro é o que mais mata no estado do RJ; e este evento pode ter um efeito contrário às boas intenções de uma ONG que pode ter surgido agora no calor dos acontecimentos. Encerrou sua fala neste item da pauta refletindo sobre a seletividade das nossas atividades que muitas vezes podem reforçar algumas mídias que não tem interesse em divulgar, por exemplo, que havia um adolescente entre os jovens assassinados que estavam no chão na frente da escola no mesmo episódio da morte de Maria Eduarda. André Rangel (CON-TATO) comentou que a mobilização deste fórum deve alcançar também o outro adolescente morto pelos policiais e não reforçar somente a mídia seletiva. Propôs uma reflexão em conjunto com a comunidade escolar e extraescolar sobre as diretrizes divulgadas no programa municipal “Rio Educa” da Secretaria Municipal de Educação, referentes à questão da paz nas Escolas, a partir da morte da Maria Eduarda contrapondo à fala do Prefeito e a compra de cimento para blindar as Escolas. Concluiu sua fala declarando que o fechamento de alguns CRAS neste município de Nova Iguaçu não está desconectado do desmonte de equipamentos e ONGs nas ações de prevenção dentro da Política de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Estado do RJ; e que este fórum precisa reforçar a incidência política e atuar em articulação com o Fórum de Segurança e Cidadania nos municípios. Adriano Araujo (Fórum Grita Baixada) chamou a atenção para outros três adolescentes encontrados mortos em outros territórios pois “nossa fala reproduz o discurso seletivo e meritocrático da mídia” porque foi evidenciado a conotação da justificativa de morte de adolescentes

quando inocentes. Encerrou sua fala constatando que a Baixada está se tornando invisível até para os outros movimentos sociopolíticos, apesar dos dados da violência também estão sendo divulgados de forma seletiva.

Alterações na legislação sobre Direitos da Criança e do Adolescente:

Neste ponto de pauta Carlos André (ACMSMA/Comissão Executiva) lembrou a todos que para este tema tão complexo deveríamos cobrar muito mais da Comissão de Criança e Adolescente da ALERJ e estabelecer nossa posição diante de propostas de alterações na legislação sobre direitos de crianças e adolescentes, inclusive para levar nossa posição ao nível federal. André Rangel (CON-TATO), Maria de Fátima (CHEIFA) se manifestaram apoiando maior articulação com a ALERJ propondo uma audiência pública com essa temática em breve. Marcia Gatto (Rede Rio Criança) lembrou ainda das questões que vêm de fora do país exigindo um posicionamento também.

Desmonte da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do RJ – redução de atendimentos e/ou fechamento de entidades conveniadas com a FIA com financiamentos atrasados e/ou suspensos:

Maria de Fátima e André Rangel discorreram sobre o histórico desse item da pauta e informaram o andamento do Grupo de Trabalho do CEDCA (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente) do qual fazem parte para o acompanhamento da alteração da Política de Atendimento de crianças e adolescentes da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) a partir da suspensão do financiamento de programas executados por diversas ONGs no estado do RJ. Informaram que 14 Abrigos e NACAs permanecem com Termos de Colaboração vigentes. O governo atual diz que o tamanho da FIA não cabe no Orçamento Estadual e deveriam ser assumidos pelos municípios. Este GT cobra o efeito da redução de direitos das crianças e adolescentes com seus atendimentos suspensos e o desmonte da Política, obrigando muitas ONGs fechar as portas ou reduzir drasticamente o atendimento por atraso ou suspensão de repasse de recursos. Concluíram suas falas refletindo que o governo pode redesenhar sua Política de Atendimento, mas o GT do CEDCA está cobrando o planejamento com as novas metas de atendimento e trabalhar em conjunto em encontros regionais com os órgãos locais do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) agregando cada município onde são executados os programas que foram suspensos. Regina Leão (Pastoral do Menor) informou que na última reunião dessa temática com a Federação das APAEs, o atual secretário, Pedro Fernandes, declarou que utilizaria o Fundo para a Infância e Adolescência do Estado do RJ que está parado por oito anos para financiar os pagamentos devidos às entidades com os financiamentos suspensos. Maria de Fátima encerrou este

ponto de pauta informando que o CEDCA terá uma reunião com o secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social (a que o CEDCA está vinculado) para solicitar providências quanto a abertura de Edital para utilizar os recursos do Fundo para executar o Plano de Ação aprovado pelo CEDCA com as diretrizes para o encaminhamento de projetos para execução da Política de Atendimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes de forma legal e conforme as necessidades do Estado do RJ.

Torturas, maus tratos e mortes nas unidades do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Estado do RJ:

Neste item foi realizado um intenso debate sobre as péssimas condições do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Estado do RJ, principalmente nas unidades de internação para meninas a partir de alguns relatórios técnicos descritos por Priscilla Pires (Ass. Beneficente São Martinho) que apontam para as relações de poder sobre as adolescentes e suas famílias. Priscilla informou também sobre a precariedade do atendimento médico incluindo as questões ginecológicas e gravidez. Carlos André também relatou vários casos de maus tratos e descaso por parte dos agentes e técnicos nas unidades femininas do DEGASE. Maria de Fátima também descreveu sua última visita ao sistema em que constatou que os agentes também têm uma situação bastante precária, além da lógica de naturalização das dificuldades materiais e o afastamento da família. Priscilla retornou à sua fala ressaltando o aumento de crianças entregues para adoção, filhos das adolescentes internas. Regina Leão informou que existe uma Comissão da Arquidiocese que costuma visitar as unidades do DEGASE e que atendeu as famílias dos adolescentes internos após o incêndio. Todos os presentes CONCORDARAM que deverá haver uma aproximação maior com o Judiciário e pensar novas estratégias para divulgar à sociedade em geral, os horrores do preconceito e do atendimento punitivo no interior das unidades, articuladas com a luta dos grupos/mecanismos/movimentos/ONGs que atualmente buscam a defesa e garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Falta de estrutura para funcionamento do CEDCA/RJ:

Neste item foi informado por Maria de Fátima (CHEIFA/ atual presidente do CEDCA) informou que o CEDCA está em fase de mudança para o 7º andar do mesmo edifício da Central com uma frágil estrutura para o bom andamento das atividades do CEDCA. Esse assunto também será levado para a reunião citada no item c.

3-ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DCA ERJ PARA:

Reestruturação da Comissão Executiva:

Até o presente recebemos informação da saída de Luiza Coutinho (JCA) e Velange

Bastos (MMSG) como representantes das entidades que compõem a Comissão Executiva. Ficou agendado para a próxima assembleia a comunicação de novos representantes das entidades ou a desistência oficial na composição da comissão Executiva do Fórum DCAERJ.

Eventos e assembleias para o 1º semestre de 2017:

Foi lida e APROVADA a sugestão da Comissão de Organização de adolescentes (ANEXO desta ata) para o Encontro de Adolescentes no dia 03-06-2017 na Fundação Gol de Letra.

Participação no Edital de Financiamento de atividades de fóruns e redes do CONANDA:

Os representantes do CDHNI mostraram interesse em participar deste Edital e ficaram de confirmar o envio de projeto para financiamento de atividades do Fórum DCAERJ.

Formação da Comissão Eleitoral para o Processo Eleitoral da representação não governamental no CEDCA/RJ:

Pelo adiantado da hora não foi possível formar a Comissão e este assunto ficou para a próxima assembleia.

4-ASSUNTOS GERAIS E INFORMES:

Neste ponto de pauta foi feita a informação do fechamento dos CRAS de Valverde, Nova Era e Vila de Cava por profissionais que atuam nestes bairros, assunto que provocou bastante debate entre os presentes; e por fim, APROVARAM incidir politicamente sobre as implicações deste fechamento junto às pautas do CEDCA RJ e ao CEAS RJ nas próximas plenárias destes órgãos.

Outros eventos informados:

07-04 – 8h:30 min – Abraço à Escola Municipal Tasso da Silveira – Rua General Bernardino de Mattos no Realengo.

24/04 – 9h: 30 min. Encontro de 07 Prefeitos da Baixada promovido pela Diocese de Nova Iguaçu e o Fórum de Segurança Pública e Cidadania.

24/04 – 14 h no Auditório da Defensoria Pública na Rua São José, no edifício Menezes Cortes, 13º andar - Centro RJ. Audiência Pública sobre a violência das intervenções policiais na Maré e no Morro do Alemão.

26-04 – 9h no auditório do 9º andar da OAB RJ - Seminário Estadual “Criança não é de rua” – Disseminação das diretrizes nacionais para o atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua.

A assembleia encerrou às 17h e 30 minutos.

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FDCAERJ.

No dia 03 de maio de 2017, às 14 h e 30 m teve início a Assembleia Ordinária do mês de maio, na OAB RJ, Avenida Marechal Câmara, 150 – 2º andar, Centro Rio de Janeiro.

Assinaturas na folha de presença:

Margarida Prado (OAB RJ); Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André dos Santos (ACMSMA); Ana Ribeiro (FENASE); Marcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Maria Cristina Giacomo (CMDCA de Mendes); Regina Leão (Pastoral do Menor); Deborah Thiers (UFRJ/Abrigo Mendes); Luis Eduardo Lucio, Thamires de R. G. de Almeida e Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Jaci Carioca Sampaio, Jhoseffer Souza de Oliveira e Luiza Famoncini Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); Marcia Gatto (Rede Rio Criança); Valdinei Martins (Ass. Benef. São Martinho); Pedro Pereira (CEDECA RJ); Marly de Souza (ACTERJ); Carlos Nicodemos (ODHPL); Raum Batista (Ass. Bras. Terra dos Homens).

Justificaram ausência:

Casa da Criança de Volta Redonda; Movimento de Mulheres em São Gonçalo; PAMEN CHEIFA; Associação de Conselheiros Tutelares de Nova Iguaçu.

Metodologia: Carta Convite

Antes de dar início à leitura da pauta da assembleia, Ana Ribeiro (FENASE), representando a Comissão Executiva do Fórum DCAERJ saudou os presentes e agradeceu a presença e o acolhimento da entidade anfitriã.

1- LEITURA E APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA ATA DE ABRIL realizada no dia 05 de abril de 2017, na sede da CGHNI, Nova Iguaçu, RJ. A ata foi APROVADA sem destaques.

2- RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO FÓRUM DCA ERJ:

Em razão de que até esta data ainda não foi feita a informação de novos representantes das entidades JCA, Visão Mundial e MMSG que compõem em conjunto com FENASE e ACMSMA a Comissão Executiva deste Fórum, foi APROVADA a participação do representante do CDHNI, Pierre Gaudioso como apoio. Ficou APROVADO que na próxima assembleia é o prazo final para a

confirmação de novos representantes das entidades ou a desistência oficial na composição da comissão Executiva do Fórum DCAERJ para substituição de entidades nesta Comissão.

3-FINALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO “ENCONTRO DE ADOLESCENTES” PARA REALIZAÇÃO EM 03-06-2017

Neste item da pauta foi apresentada pela Comissão de Organização de Adolescentes (ANEXO desta ata) a relação de recursos necessários para o I Encontro de Adolescentes do Fórum DCA ERJ no dia 03-06-2017. Houve um breve debate sobre o local do evento e algumas dificuldades foram apresentadas para a realização na FGL (Fundação Gol de Letra): dificuldade de acesso e também o curto período até 12h para funcionamento do espaço na entidade que fecha neste horário. Por conta das dificuldades apresentadas foi sugerido o espaço da entidade Ass. Beneficente São Martinho. Foi APROVADA a sugestão de aguardar até o dia 08 de maio para a confirmação do espaço da São Martinho e também a visita ao local da FGL pela Comissão Organizadora para o I Encontro de Adolescentes do Fórum DCA ERJ. E também foi APROVADO o prazo de 12 de maio para a confirmação da quantidade de participantes de cada entidade e a disponibilidade dos itens necessários para a realização do referido evento e comunicação ao email forumdcaerj@gmail.com para divulgação para todos os outros membros.

4- Participação do FÓRUM DCA ERJ no Edital de Financiamento de atividades de fóruns e redes do CONANDA:

Após debate entre os presentes, foi APROVADO (07 votos a favor, 02 contra e 02 abstenções) que o Fórum DCA ERJ participe do Edital de Financiamento de atividades de fóruns e redes do CONANDA através de parceria com a entidade CDHNI.

Carlos Nicodemos (ODHPL) solicitou que constasse em ata que este Fórum não deveria reproduzir e naturalizar a subserviência da sociedade civil ao atual governo golpista criando mecanismos de resistência na atual conjuntura do país; e que portanto não deveria legitimar um Edital do CONANDA porque o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente está apoiando o governo ilegítimo que reduz políticas públicas e conquistas em várias áreas. Alegou também que existem outros editais abertos em que o Fórum poderia participar. Outros membros discordaram deste posicionamento refletindo que existem poucos recursos públicos que são direcionados ao financiamento de redes e fóruns da sociedade civil e por que o Fórum não poderia entrar neste Edital. Pierre Gaudioso (CDHNI) relatou o processo da entidade para participar de editais em parceria com o Fórum Grita Baixada e que também tem interesse nessa parceria com o Fórum DCAERJ.

5-FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA O PROCESSO ELEITORAL DA REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL NO CEDCA/RJ:

Foi APROVADA a Comissão Eleitoral formada pelas entidades: FENASE; Casa da Criança de Volta Redonda; e Pela Vidda Niterói. Ana Ribeiro (FENASE) informou sobre a tarefa da Comissão Eleitoral para elaborar o Edital e calendário do processo eleitoral das entidades não governamentais para o mandato 2017/2019 no CEDCA RJ; apresentação na próxima assembleia em junho no CRESS; e preparar a assembleia de eleição em julho na entidade Pela Vidda Niterói.

6-ASSUNTOS GERAIS E INFORMES:

Marcia Gatto (Rede Rio Criança) propôs que a próxima assembleia haja um posicionamento deste Fórum sobre a superlotação do sistema de atendimento socioeducativo e principalmente ao cumprimento de várias deliberações do CEDCA e outros órgãos para o fechamento do ESE. Foi APROVADO que este tema seja pauta da próxima assembleia.

Raum Batista (Associação Brasileira Terra dos Homens) convidou a todos para participar em 22 e 23 deste mês do Seminário Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária em Recife. Solicitou que na próxima assembleia possa apresentar o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária no Brasil. A solicitação foi APROVADA e fará parte da pauta da próxima assembleia em junho.

Carlos Nicodemos (ODHPL) solicitou que constasse em ata que a Comissão de Direitos Humanos da OAB RJ, da qual faz parte fez uma representação no caso dos 10 adolescentes apreendidos na Quinta da Boa Vista nesta semana.

A assembleia encerrou às 16h e 30 m.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CEDCA PARA O BIÊNIO 2017/2019

No dia 05 de julho de 2017, às 14 h e 30 m teve início a Assembleia Ordinária do

mês de julho com Pauta Única para Eleição de representantes não governamentais no CEDCA para o biênio 2017/2018 na sede do Grupo Pela Vidda Niterói, Rua Guilherme Briggs, 9, São Domingos, Niterói, RJ. Assinaturas na folha de presença: Gisela Pequeno (Ministério Público – 1ª PJTCIJ); Rodrigo Lima (CRESS); Margarida Prado (OAB RJ); Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André dos Santos (ACMSMA); Ana Ribeiro (FENASE); Márcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Regina Leão (Pastoral do Menor); Ana Paula Rodrigues e Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Jaci Carioca Sampaio, Jhoseffer Souza de Oliveira e Luiza Fiamoncini Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); Marcia Gatto (Rede Rio Criança); Priscila Pires e Valdinei Martins (Associação Beneficente São Martinho); Marly de Souza (ACTERJ); Monica Alkmin (ODHPL); Marcy Gomes (Ass. Bras. Terra dos Homens); Guaraciara Lopes (Casa da Criança de Volta Redonda); Maria de Fátima da Silva (Ass. Pamen CHEIFA); Silvia Maria Ribeiro (CRESS RJ); André Rangel (CONTATO); Maura Nascimento Caetano (Movimento Moleque); Julio Almeida de Freitas e Adilso Alves Pontes (Lar Fabiano de Cristo); Luiza Maria Eulálio Perpétuo (Secretaria Executiva Fórum DCA Niterói); Velange Bastos e Jussara Iage (MMSG); Andressa Alves (AECCL); Graziella Camata e Pedro Pereira (CEDECA RJ).

Metodologia: Convite enviado por email aos endereços eletrônicos cadastrados e também divulgado nas mídias “FACEBOOK” e “WHATSAPP”.

Guaraciara Lopes, Ana Ribeiro e Jaci Carioca compoem a Comissão Eleitoral do Fórum DCAERJ para o Processo Eleitoral de Representantes Não Governamentais para o CEDCA biênio 2017/2018 saudaram os presentes e agradeceram o acolhimento do Grupo Pela Vidda, entidade anfitriã desta assembleia. A seguir foi feita uma rodada de apresentações e ao final, Guaraciara fez uma breve explicação da metodologia para a eleição ressaltando que cada entidade poderia votar uma única vez em até nove candidatos, porque a OAB RJ é a décima entidade que compõe a representação não governamental no CEDCA RJ, por força de legislação vigente. Explicou também que cada entidade poderia fazer uma breve apresentação de sua candidatura ao CEDCA e que todos os eleitores indicados pelas entidades seriam chamadas para votar por ordem alfabética, comprovar sua identidade e depositar seu voto na urna. Concluiu sua fala informando que os nomes das entidades eleitas nesta Assembleia de Eleição serão enviados por ofício do Fórum DCA/ERJ ao CEDCA /RJ e apresentados na Reunião Plenária Ordinária do CEDCA/RJ em 26 de julho de 2017 para posterior publicação do FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ forumdcaerj@gmail.com extrato da ata da referida reunião em Diário Oficial do Estado.

A seguir, Ana Ribeiro apresentou os documentos que as entidades eleitoras e

candidatas enviaram pelo email do Fórum DCAERJ, a saber: a) Ficha de filiação preenchida de filiação da Entidade como membro do Fórum DCA/ERJ; b) Ata de eleição e posse da diretoria atual da Entidade; c) Declaração de representante legal da Entidade sobre a atuação da Entidade em mais de um município no Estado do RJ; e d) Ofício de indicação de eleitor e/ou candidato assinada pelo representante legal da Entidade. Jaci Carioca, representando também a entidade anfitriã desta assembleia agradeceu o apoio de membros do Grupo Pela Vidda que colaboraram para que todos os itens necessários para a eleição fossem cumpridos, desde o lanche até a urna. Margarida Prado e Rodrigo Lima solicitaram que pudessem votar antes porque tinham outros compromissos muito importantes agendados previamente.

Outras duas questões também foram trazidos para a apreciação dos presentes: a entidade Rede não Bata Eduque afirmou que havia enviado a documentação para a eleição na primeira semana do prazo, mas não foi encontrada pela Comissão Eleitoral. A Comissão sugeriu que a entidade trouxesse a mensagem de envio impressa para comprovação de algum extravio da mensagem, mas a representante da entidade informou que não houve tempo hábil para trazer para esta assembleia e que retirava a solicitação e que veio para prestigiar a eleição. A outra questão foi sobre a ausência da entidade FAFERJ que até o momento não teria nenhum representante ou algum contato para avisar um possível atraso. Guaraciara consultou a representante do Ministério Público sobre a ausência da entidade candidata e a promotora recomendou que fosse seguido o horário previsto no Edital. Deu-se início às apresentações dos candidatos e votação iniciando por aqueles que precisavam sair mais cedo. Todos se apresentaram e votaram sem nenhuma ocorrência.

Após a votação, a urna foi esvaziada e realizada a contagem dos votos com o resultado como no quadro abaixo:

- 1- ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO MARTINHO – Titular: Priscila Ferreira Loureiro Pires, 21 votos;
- 2- CRP - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 5ª REGIÃO – Titular: André Rangel de Oliveira Barbosa , 20 votos;
- 3- CDHNI- CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE NOVA IGUAÇU – Titular: Pierre Pontes Gaudioso, 19 votos,
- 4- CRESS RJ – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO RJ – Titular: Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale, 19 votos;
- 5- REDE RIO CRIANÇA - Titular: Márcia Gatto Brito, 19 votos;
- 6- ACTERJ – ASSOCIAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES DO ESTADO DO RJ – Titular : Juarez Marçal Filho, 18 votos;
- 7- MMSG – MOVIMENTO DE MULHERES DE SÃO GONÇALO – Titular: Jussara Pacheco Lage, 17 votos;

- 8- ASSOCIAÇÃO PAMEN CHEIFA – Titular: Maria de Fátima da Silva, 16 votos;
9- MOVIMENTO MOLEQUE – Titular: Mônica Cunha, 16 votos;
10- Entidade OAB RJ – Titular: Margarida Prado
11- Entidade Suplente: CMSMA – CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO –
Titular:
Carlos André Moreira dos Santos, 15 votos;
12- Entidade Suplente: LAR FABIANO DE CRISTO – Titular: Adilso Alves Pontes, 07
votos.

Ao final da contagem foi aclamado o resultado com as duas entidades menos votadas na função de suplência das duas entidades ocupando a oitava e nona colocações. A seguir, surgiram algumas dúvidas referentes às funções que deveriam ser ocupadas pela FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ forumdcaerj@gmail.com sociedade civil no mandato 2017/2018 que foram explicadas por Maria de Fátima, atual presidente do CEDCA. As funções são a vice-presidência e a coordenação de duas comissões, a de Comunicação e a da Administração do Fundo. Após um breve debate sobre a importância dessas funções em uma gestão governamental foi APROVADA a proposta de que as entidades candidatas deveriam se reunir para decidir quais delas ocupariam essas funções conforme aptidões e disponibilidades. Nenhuma data foi escolhida, mas foi acordado que até a data da reunião plenária do CEDCA de 26-07-2017 já teriam decidido para tomar posse em conjunto com os representantes governamentais. Ao final, foram feitos agradecimentos aos conselheiros e membros do Fórum que deixam o mandato atual que termina no final deste mês. A assembleia foi encerrada às 17h com a projeção de uma das filmagens feita pelos jovens alunos do Projeto Olho Vivo (parceria FENASE e BEM TV) no I Encontro de Adolescentes do Fórum DCAERJ “Nenhum Direito a menos” no dia 3 de junho na Associação Beneficente São Martinho.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGOSTO 2017

Data: 02-08-2017 Quarta – feira Horário: 14h -17h
Local: CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Endereço: RUA 21, Nº 34 - VILA – VOLTA REDONDA, RJ

Assinaturas na folha de presença:

Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André dos Santos (ACMSMA); Ana Ribeiro

(FENASE); Regina Leão (Pastoral do Menor); Jaci Carioca Sampaio (Grupo Pela Vidda Niterói); Jhoseffer Souza de Oliveira (JCA/Grupo Pela Vidda Niterói); Priscila Pires (Associação Beneficente São Martinho); Marly de Souza (ACTERJ); Guaraciara Lopes (Casa da Criança de Volta Redonda); Maria de Fátima da Silva (Ass. Pamen CHEIFA); Jussara Pacheco Lage (MMSG); Maria Cristina V. de Giácomo (Pastoral da Criança- Mendes); Olga Hiereza (APADEFI); Cristina G. da Cunha (Recanto das Crianças); Maria Cecília da Silva (Lar Espírita Irmã Zilá); Ana Clara M V Araújo (ABEVR); Breno Lopes dos Santos (Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação- FFJSFA); Lucas de Almeida A. dos Santos (FJSFA); Raquel de Oliveira Lopes (FJSFA); Gabriel Vitor B. Correa (FJSFA); Natanne A. de Lima (FJSFA- FJCA); Sabine Barbosa Marangon (Fundação CSN); Riani Luchessi (CMDCA/GAPA-IDEAIS/CREAS).

Ausências comunicadas:

Margarida Prado (OAB RJ); Márcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Ana Paula Rodrigues e Vitória Luiza (Fundação Xuxa Meneghel); Márcia Gatto (Rede Rio Criança); Monica Alkmin (ODHPL); Silvia Maria Ribeiro (CRESS RJ); André Rangel (CONTATO); Maura Nascimento Caetano (Movimento Moleque); Adilso Alves Pontes (Lar Fabiano de Cristo).

Metodologia: Convite enviado por email aos endereços eletrônicos cadastrados e também divulgado nas mídias “FACEBOOK” e “WHATSAPP”.

Pauta:

1-Estratégias de participação dos novos representantes eleitos no Fórum DCA ERJ para o CEDCA RJ (Funções ocupadas pela sociedade civil); 2- Estratégias de divulgação e participação do Fórum DCA ERJ na Política de Defesa e Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do RJ; 3-Estratégias de mobilização para ampliação da participação de adolescentes no Fórum DCA ERJ e no CEDCA RJ; 4-Confirmação da agenda de assembleias itinerantes e representações do Fórum DCA ERJ no segundo semestre; 5-Assuntos Gerais e Informes.

Memória da Assembleia:

A assembleia teve início às 14h e 30 minutos com as boas vindas da direção da entidade anfitriã “Casa da Criança de Volta Redonda” que discorreu sobre os projetos que ainda conseguem realizar para atender várias demandas de violência contra crianças e adolescentes em Volta Redonda e nos municípios no entorno, apesar da situação da falta de pagamento dos repasses de convênios com o governo do Estado do RJ. A seguir foi feita a leitura da pauta por Guaraciara Lopes

que representa a Casa da Criança de Volta Redonda neste fórum, além de fazer parte da Comissão Executiva, que agradeceu a presença de todos e solicitou que se apresentassem. Durante a rodada de apresentação, Guaraciara fez uma apresentação do histórico do Fórum DCA municipal e as tentativas de mobilizar mais segmentos para lutar pela causa dos direitos da criança e do adolescente em Volta Redonda, dando destaque à presença de adolescentes/jovens da Juventude Sul Fluminense em Ação (JSFA) e representantes de entidades locais.

No item 1 da pauta “Estratégias de participação dos novos representantes eleitos no Fórum DCA ERJ para o CEDCA RJ (Funções ocupadas pela sociedade civil)” foi feito um breve debate sobre as dificuldades de mobilização para renovar representações dentro dos Conselhos de Direitos municipais ou no CEDCA e o apoio aos conselheiros da sociedade civil nos enfrentamentos das violações cometidas pelo Estado e a dificuldade de posicionamento dos conselheiros governamentais. Além deste debate, foi confirmada a decisão em assembleia deste Fórum que as entidades eleitas irão se reunir mais uma vez para decidirem sobre as funções que ocuparão no CEDCA porque até esta data ainda não havia decisão. No item 2 da pauta “Estratégias de divulgação e participação do Fórum DCA ERJ na Política de Defesa e Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do RJ” foi feito um breve debate sobre o papel de mobilização e enfrentamento das questões de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, não somente do fórum estadual, mas dos fóruns municipais. Guaraciara defendeu o papel aglutinador dos fóruns para reunir forças de diversas entidades para cobrar reflexões e atitudes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da população sobre diversas denúncias, como por exemplo, sobre a prostituição de adolescentes LGBT que saíram ou foram expulsos da casa dos pais, como está acontecendo em boates e hotéis de Volta Redonda. Guaraciara questionou como um Fórum DCA deveria divulgar essa situação para mobilizar uma sociedade que parece não enxergar essas violações e violências? Ela ainda colocou a questão de que existe até um mapeamento pelo “Google Maps” desses pontos de prostituição, mas a prática de pagar “arrego” aos policiais torna cada vez mais difícil dar visibilidade a esse crime, apesar da ONG “Volta Redonda sem Homofobia” e não existem serviços e abrigo para os adolescentes nessa situação. Guaraciara encerrou sua fala agradecendo aos jovens que têm feito palestras nas Escolas sobre esse assunto que ninguém quer falar nessa cidade. Marly de Souza (ACTERJ) lembrou que exploração sexual de adolescentes é crime praticado por adultos e qualquer cidadão pode denunciar ligando para o Disque100 e ao mesmo tempo acionar a Polícia, além do Conselho Tutelar para a proteção dos adolescentes explorados. Marly ressaltou que o Conselho tutelar não pode ser confundido com Força Policial ou com o Comissariado da Vara da Infância e que o papel do conselheiro é de proteger, garantir direitos, fiscalizar e aplicar medidas, mas é antes de tudo, zelar pelo ECA

como qualquer cidadão. Riani Luchessi (CMDCA/GAPA-IDEAIS/CREAS) aproveitou a questão levantada por Marly para apontar a ação equivocada do Conselho Tutelar de Volta Redonda, mesmo recebendo denúncias e encaminhamentos do Disque 100. Ressaltou que existe também o movimento “Volta Redonda contra a homofobia” que está acolhendo e acompanhando alguns casos de violências e exploração sexual. Maria de Fátima (CHEIFA) comentou que Volta Redonda deve divulgar suas boas práticas de ter adolescentes como palestrantes nas Escolas ou ser o primeiro município no estado a ter conselheiros de direitos adolescentes, mas também deve divulgar as violações e não pode mais esperar para agir. Carlos André dos Santos (ACMSMA) comentou que Volta Redonda, como todas as cidades do sul fluminense são muito tradicionais e se chocam e não fazem muita coisa porque as famílias se assustam com as diferenças e a diversidade. Sugeriu que o Fórum DCA local se articule com as secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde para trabalhar a prevenção que é o cerne da exploração sexual que passa pelo choque cultural familiar para fortalecer o enfrentamento ao crime e agir diante das denúncias. Encerrou sua fala ressaltando que os profissionais de todas as áreas deveriam ser capacitados para escutar e lidar com as temáticas relacionadas às violências contra crianças e adolescentes com suas especificidades. Nesse ponto da pauta, os presentes acordaram que alguns pontos deveriam ser o foco do Fórum DCA municipal e estadual para real incidência na Política Pública de Defesa e Garantia de Direitos DCA:

Conhecer a realidade local contribuindo para a elaboração e divulgação do diagnóstico permanente da proteção da criança e do adolescente;

Conhecer e ajudar a divulgar o fluxo local dos serviços governamentais e não governamentais de atendimento, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes;

Buscar e não desistir nunca da participação de crianças e adolescentes nas assembleias e eventos;

Conhecer, divulgar e cobrar a destinação orçamentária e a execução dos Planos DCA locais.

No item 3 da pauta “Estratégias de mobilização para ampliação da participação de adolescentes no Fórum DCA ERJ e no CEDCA” o assunto das denúncias locais continuou, porém, através das falas dos adolescentes e jovens presentes com o objetivo de tratar da temática do ponto de pauta, como a seguir:

Natanne A. de Lima (FJSFA- FJCA) comentou que em Volta Redonda existe uma ONG em cada bairro agindo sem saber o que a outra faz, 33 CRAS, um Fórum DCA e não existe uma Rede de Proteção com união de objetivos. Ressaltou que o Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação foi criado para unir os adolescentes como o Fórum Juventude Carioca em Ação e sabendo que os adolescentes pedem

conhecimento e respostas resolveram fazer palestras nas Escolas sobre os temas DCA. Os presentes fizeram um breve debate sobre os 33 CRAS no município e alguns depoimentos revelaram a fragilidade estrutural desses equipamentos e os motivos escusos para a existência oficial desses serviços no município. Lucas de Almeida A. dos Santos (FJSFA) declarou que a prevenção sempre é o melhor remédio, pois outras violências também podem causar uma expulsão da casa dos pais e os adolescentes se veem na rua sem muitas perspectivas e acabam se vendendo, se deixando explorar. Deu o exemplo da Escola dele que os representantes de classe não são sequer chamados para as reuniões de Conselho de Classe e os adolescentes não sabem nem da sua fragilidade. Jhoseffer Souza de Oliveira (JCA/Grupo Pela Vidda Niterói) também trouxe um exemplo sobre buscar a estratégia de buscar o Conselho Escolar para criar ou reviver os grêmios estudantis nas Escolas. Declarou que é um processo chato, mas a Escola pela legislação tem que dar direito à voz aos alunos., porém é quase como invadir para não receber a porta na cara. Lucas retornou sua fala para explicar que em Volta Redonda o prefeito solicitou que as Escolas enviassem propostas para o PPA, daí os alunos pensaram em fazer uma mesa de debates para formar um fórum sobre o que o aluno precisa conhecer e interagir com a comunidade e a relação dos professores, direção e alunos pareceu um fosso com cerca elétrica. Raquel de Oliveira Lopes (FJSFA) comentou que acha importante mobilizar os adultos para dar maior participação dos adolescentes nos espaços de controle social porque é difícil desvendar a linguagem a linguagem dos adultos e eles não escutam. Deu o exemplo de quando foi à assembleia do Conselho Escolar falar sobre a sua ida à Conferência DCA nacional e os adultos não ouviram com atenção e alguns até dormiram. Jhoseffer comentou que considera a família muito importante, mas considera a Escola o segundo lugar que pode mudar a atitude diante da vida e dar uma visão crítica para o aluno preparando-o para a vida adulta. Lucas fez uma interferência para declarar que na Escola crianças e adolescentes não são obrigadas a estudar o ECA e fica tudo mais difícil. Marly de Souza (ACTERJ) disse que os adultos tem muita dificuldade para passar as mensagens aos adolescentes e acham que os adolescentes também não escutam os adultos. Concordou com o Lucas sobre a importância da divulgação do ECA nas Escolas e essa leitura tem que ser apresentada como a prevenção da dengue foi levada para as Escolas em campanhas obrigatórias. Priscila Pires (São Martinho) comentou que ficou arrepiada com as falas dos adolescentes, parabenizando inclusive porque alguns foram ou são conselheiros de direitos neste município. Ressaltou que os adolescentes não devem cair na armadilha da criminalização da pobreza pregada por aqueles que pesam a mão do Estado intervindo nas comunidades divulgando que o pobre não pode ser capaz de gerenciar sua família e decidir sobre estratégias familiares. Recomendou que os fóruns e entidades passem a refletir sobre sua atuação para apagar

incêndios, com análises brilhantes, mas com pouca síntese nas estratégias de atuação para a prevenção de tragédias geralmente anunciadas. Encerrou sua fala propondo que tanto adultos como adolescentes construam planos de ação elaborando indicadores e metas para alcançar. Ao final deste ponto de pauta todos concordaram em buscar um plano de ação para trabalhar na reunião de novembro tentando construir uma metodologia que incluía os indicadores trazidos principalmente pelos adolescentes.

No item 4 da pauta “Confirmação da agenda de assembleias itinerantes e representações do Fórum DCA ERJ no segundo semestre” os presentes se manifestaram a favor de confirmar toda a agenda itinerante programada até o final do ano. Até a próxima assembleia ficou acordado ter a resposta para confirmação de todos os espaços, incluindo orçamento informado por Maria Cristina V. de Giácomo (Pastoral da Criança- Mendes) para uma possível estadia na cidade de Mendes que irá sediar a assembleia de novembro na véspera de feriado (1/11), com possibilidades de realizar uma assembleia mais longa com o objetivo de realizar análise de conjuntura e planejamento estratégico do Fórum DCA ERJ para o próximo ano.

No item 5 da pauta “Assuntos Gerais e Informes” Maria de Fátima (CHEIFA) informou sobre sua ida como representante da sociedade civil no CEDCA para o Encontro de CEDCAs em Brasília e se comprometeu em trazer as notícias deste encontro na próxima assembleia.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SETEMBRO 2017

Data: 06-09-2017 Quarta – feira Horário: 14h -17h

Local: Associação PAMEN CHEIFA

Endereço: Rua Monteiro Caminhoá, 25. Espaço Jardim Colibris - Jardim Gramacho, RJ

Assinaturas na folha de presença:

Ana Ribeiro (FENASE/FDCAERJ); Regina Leão (Mitra/ Pastoral do Menor/RJ); Maria de Fátima da Silva (Ass. PAMEN CHEIFA); Márcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); Fabiana Schmidt (CRESS RJ); André Rangel (CONTATO); Rute Noemi Souza (Visão Mundial); Ana Paula Rodrigues Fundação Xuxa Meneghel); Vitória Luiza (FXM/RNBE/JCA/FDCAERJ); Luiza Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); Sueny dos Santos Nogueira (Juventude Carioca em Ação/CHEIFA); Ana Leticia de M. Ribeiro (Rede não Bata Eduque); Tiago de Araujo Silva (FXM/RNBE); Lucia Braga de Melo(5º Período UFRJ/Serviço Social); Josilda Santos (Galpão Cultural); Rosicler V.J. (Fórum Comunitário Jardim Gramacho/Prevesti); Maria Rosinete Santos (Fórum Comunitário Jardim Gramacho); Jaldicinea de O. Madeira (PAMEN CHEIFA); Vladimir de Oliveira (Casa Semente); Ana Cristina da Silva (Igreja Católica Par. Imaculada); Jovelita Miranda (S.O.S Jardim Gramacho); Fatima A. M. do N. (Fórum Comunitário Jardim Gramacho).

Ausências comunicadas:

Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André dos Santos (ACMSMA); Jaci Carioca Sampaio (Grupo Pela Vidda Niterói); Jhoseffer Souza de Oliveira (JCA/Grupo Pela Vidda Niterói); Guaraciara Lopes (Casa da Criança de Volta Redonda); Jussara Pacheco Lage (MMSG); Maria Cristina V. de Giácomo (Pastoral da Criança-Mendes); Márcia Gatto (Rede Rio Criança); Monica Alkmin (ODHPL); Margarida Prado (OAB RJ); Marly de Souza (ACTERJ) e Priscila Pires (Associação Beneficente São Martinho).

Metodologia: Convite enviado por email aos endereços eletrônicos cadastrados e também divulgado nas mídias “FACEBOOK” e “WHATSAPP”.

Pauta:

1- Divulgação de notas públicas e/ou campanhas do Fórum DCA ERJ diante das violências e violações de direitos de crianças e adolescentes; 2- Relatos e encaminhamentos da participação de membros do Fórum DCA ERJ e CEDCA (sociedade civil) representando o RJ em outros Estados; 3-Orientações para a representação de adultos (2) e adolescente (1) no Encontro Nacional de Fóruns DCA Estaduais em Brasília, DF; 4-Assuntos Gerais e Informes.

Memória da Assembleia:

A assembleia teve início às 14h e 30 minutos com as boas vindas de Maria de Fatima, diretora da entidade anfitriã CHEIFA, que discorreu sobre a presença da ONG na comunidade de Jardim Gramacho, desde o trabalho social com as famílias no antigo Lixão até os dias de hoje atendendo 85 crianças que não foram sorteadas para a creche pública, entre outros projetos com outros públicos desatendidos pelo Estado neste bairro. Ressaltou as parcerias internacionais que impulsionam o atendimento nesta casa e pagam o aluguel, que no passado recente era pago com recursos recebidos do Bolsa Família pelas famílias das crianças. Maria de Fátima encerrou sua fala agradecendo a presença de representantes dos movimentos e coletivos locais que aceitaram o convite para participar desta assembleia e conhecer o Fórum DCAERJ.

A seguir foi feita a leitura da pauta por Ana Ribeiro, membro da Comissão Executiva do Fórum DCAERJ que agradeceu a presença de todos e solicitou que se apresentassem. Durante a rodada de apresentação alguns representantes dos movimentos e coletivos locais saudaram a presença do Fórum DCAERJ nesta comunidade, ressaltando que Jardim Gramacho é o lado esquecido e invisível da Rodovia Washington Luiz no município de Caxias. Foi decidido que a escuta das questões locais seria realizada no item de Assuntos Gerais.

No item 1 da pauta: “Divulgação de notas públicas e/ou campanhas do Fórum DCAERJ diante das violências e violações de direitos de crianças e adolescentes” foi realizada a leitura da ata da assembleia mensal de agosto por conta das questões que foram denunciadas no município de Volta Redonda. Todos concordaram que a itinerância das reuniões do Fórum DCAERJ contribuem para a o conhecimento das questões locais incluindo aquelas sobre violações contra crianças e adolescentes, mas surgiu uma pergunta “Como elaborar notas públicas ou realizar campanhas do Fórum DCAERJ que vençam as blindagens locais e não produzam exposições ou retaliações revitimizando as vítimas e/ou testemunhas?”

Andre Rangel (CONTATO) propôs uma reflexão sobre o cuidado da escuta das questões locais e os desdobramentos que precisam ser feitos para não cair no esquecimento. Deu como exemplo a denuncia da existência oficial de 33 CRAS em Volta Redonda que ele vai levar para pautar na próxima reunião do Conselho Estadual de Assistência Social do qual faz parte como conselheiro. Levantou também a questão da necessidade de orientação quando se fala em exploração sexual confundida com “prostituição” de adolescentes LGBT expulsos de casa, como citada na ata da reunião de Volta Redonda. Ana Ribeiro (FENASE) esclareceu que a denuncia foi transcrita na ata porque foi dita desta maneira por conta da presença de

jovens adultos entre os adolescentes e para reforçar a imagem equivocada que a sociedade local faz sobre a atividade sexual denunciada. André declarou também que o assunto deverá ser levado para o CEDCA (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente), no qual é conselheiro também, Ele discorreu ainda sobre a recente deliberação do CEDCA criando o Comitê Estadual para Instauração do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente Vítima e Testemunha de Violência. Ele explicou que este Comitê terá atribuição de realizar reuniões com diversos representantes de órgãos e serviços do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescente do Estado do RJ para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas integradas e coordenadas que visem garantir os direitos humanos da criança e do adolescente vítima e testemunha de violência, conforme disposto na Lei Federal 13.431/17 que instituiu o Sistema de Garantia de Direitos de Criança e do Adolescente Vítima e Testemunha. Encerrou sua fala apontando para as atribuições do Ministério Público e outros órgãos estaduais inclusive organismos que trabalham com as questões de homofobia que também devem ser implicados. Regina Leão (Mitra/Pastoral do Menor RJ) lembrou que naquela reunião em Volta Redonda foi citado que os adolescentes expulsos de casa foram acolhidos por alguns adolescentes e acima de tudo que o grupo “Juventude Sul Fluminense em Ação” rompeu as barreiras escolares que não têm permitido a instalação de grêmios estudantis e está realizando palestras com alunos sobre a temática da violência sexual e a homofobia. Regina ofereceu as publicações e palestras da instituição que representa apontando também para o resgate da temática de uma das piores práticas de exploração para levar aos membros do Fórum Estadual de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil, do qual a Pastoral também faz parte. Maria de Fátima (Pamen Cheifa) relatou a experiência da viagem com os adolescentes de Volta Redonda para a Bélgica em que a sociedade local estranhou o empoderamento de adolescentes que iriam falar de suas experiências com essa temática para outro país. Sugeriu que haja empenho para reuniões interfóruns e partir para ações conjuntas diante de tantas violações. Encerrou sua fala lembrando que o Legislativo deveria ser provocado para fiscalizar o Executivo para cumprir a legislação na parte de destinação orçamentária para realizar a verdadeira prioridade de crianças e adolescentes. André Rangel (Contato) reiterou a fala de Maria de Fátima sobre as reuniões interfóruns acrescentando que essas pautas debatidas nos fóruns deveriam ser levadas e tratadas com os devidos encaminhamentos aos Conselhos de Políticas e Direitos, principalmente ao CEDCA. Ao final deste item todos se comprometeram para levar as denúncias de Volta Redonda para os órgãos competentes com responsabilidade e cuidados.

No item 2 da pauta “Relatos e encaminhamentos da participação de membros do Fórum DCA ERJ e CEDCA (sociedade civil) representando o RJ em outros Estados”

foi feita uma breve apresentação da ida de Maria de Fátima da Silva (Pamen Cheifa) ao Encontro de CEDCAS em Brasília destacando as orientações para a participação de crianças e adolescentes na próxima Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2018, lembrando da necessidade imediata de reativar o GT Adolescente no CEDCA e fazer o dever de casa no estado do RJ e lutar por “uma conferência para conferir” a situação da proteção dos direitos da criança e do adolescente em todo o Brasil. Maria de Fátima se comprometeu para enviar a todos o relatório do Encontro por email e Whatsapp do Fórum DCAERJ.

O item 3 da pauta “Orientações para a representação de adultos (2) e adolescente (1) no Encontro Nacional de Fóruns DCA Estaduais em Brasília, DF” foi transferido para a próxima assembleia por conta do adiamento do Encontro para o final de outubro e também porque os representantes do Fórum DCAERJ que irão ao Encontro não estão presentes.

No item 4 da pauta “Assuntos Gerais e Informes” foi realizada a escuta dos representantes dos movimentos e coletivos locais que relataram a situação de abandono das comunidades nesta região no que se refere à precariedade e ausência de Políticas Públicas de Educação; Saúde; Saneamento; Saúde Mental; Assistência Social; Segurança e Habitação, entre outras, ressaltando as doenças causadas pelo descarte de lixo ainda realizado no aterro sanitário oficialmente desativado. Rosicler (Fórum Comunitário Jardim Gramacho/Prevesti) relatou algumas situações de suspeitas de abuso sexual e desproteção relacionada à saúde mental em âmbito familiar por muitos anos. Ressaltou que apesar da existência de um CRAS e Agentes Comunitários de Saúde ninguém entrevistou na situação. Para ela, esse caso é um dos casos que a comunidade tem medo de denunciar para não sofrer represálias de “justiceiros paralelos” que dominam a região. Maria de Fátima (Pamen Cheifa) também lembrou de um diagnóstico da situação de crianças e adolescentes do Jardim Gramacho feito pelo Conselho Tutelar e entregue ao Ministério Público que não teve desdobramentos. Lembrou de outras pesquisas feitas sobre o trabalho infantil na época do Lixão e exploração sexual pelos carreteiros com anuência das próprias mães. Ainda há suspeitas que a exploração continua porque os caminhões não pararam de descarregar lixo, mesmo com o aterro sanitário desativado oficialmente, causando várias doenças na população. Encerrou sua fala discorrendo sobre outra situação muito grave em relação à existência de apenas duas creches e que as vagas são sorteadas, provocando muita revolta e justificando o trabalho de algumas ONGS como a que dirige. Vladimir (Casa Semente) discorreu sobre o histórico de alguns movimentos e coletivos de resistência que surgiram em Jardim Gramacho que realizaram campanhas e

reivindicações ao Prefeito por saneamento básico e pela transparência do “Fundo dos Catadores de Resíduos Sólidos” e o “Fundo de Revitalização do Vale”, criados a partir do fechamento do Lixão. Lembrou de duas defensoras públicas que se disponibilizaram a pressionar o Executivo para prestar contas sobre a destinação dos fundos e a resposta foi que não havia valores depositados no Fundo. A maioria dos representantes locais acrescentou algum detalhe aos relatos sobre as fragilidades locais, sempre ressaltando o esforço dos movimentos, ONGs e coletivos que não desistem de levar as demandas aos espaços de controle social no âmbito municipal e estadual, porém poucos resultados são alcançados. Os membros do Fórum DCAERJ concordaram em levar adiante as denúncias locais e também em realizar esforços para trazer alguns projetos de suas instituições para contribuir: os adolescentes Tiago e Vitória se dispuseram a trazer a metodologia de Rodas de Jovem para Jovem com a temática da violência e capacitação de outros jovens, fruto da parceria da Rede Não Bata Eduque com a Fundação Xuxa Meneghel. Ana Paula (FXM) confirmou a intenção dos adolescentes e a parceria da instituição com outras comunidades, além da Pedra de Guaratiba. Rute Noemi também ofereceu os serviços da Visão Mundial para apoio aos jovens também em eventos e atos públicos como faz em outras comunidades. Ana Letícia (Rede não Bata Eduque) também ofereceu seu trabalho como jornalista para impulsionar a divulgação das ações do Fórum DCAERJ para ampliar a visibilidade e contribuir para ocupar os espaços de controle social no RJ com as vozes e as denúncias recebidas. Andre (Contato) encerrou a reunião pelo adiantado da hora trazendo a reflexão de que os adultos se beneficiam muito com o convívio com os adolescentes, como aconteceu nas duas últimas assembleias nas quais eles ofereceram conversas para outros jovens, movidos muitas vezes pela indignação da constatação do sofrimento, em ações contra comportamentos enraizados pelo padrão cultural e conseguiram despertar o reconhecimento de injustiça que pode trazer mudanças concretas.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DEZEMBRO 2017

Data: 06-12-2017 Quarta – feira Horário: 14h -17h Local: OAB RJ Endereço: Av. Marechal Câmara, 150. 2o andar. Centro, Rio de Janeiro.

Assinaturas na folha de presença:

Ana Ribeiro (FENASE/FDCAERJ); Regina Leão (Mitra/ Pastoral do Menor/RJ); Maria de Fátima da Silva (Ass. PAMEN CHEIFA); Márcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); André Rangel (CONTATO); Ana Paula Rodrigues (Fundação Xuxa

Meneghel); Vitória Luiza (FXM/RNBE/JCA/FDCAERJ); Ana Leticia de M. Ribeiro (Rede não Bata Eduque); Pierre Gaudioso (CDHNI); Carlos André dos Santos (ACMSMA); Jaci Carioca Sampaio (Grupo Pela Vidda Niterói); Jhoseffer Souza de Oliveira (JCA/Grupo Pela Vidda Niterói); Guaraciara Lopes (Casa da Criança de Volta Redonda); Jussara Pacheco Lage (MMSG); Márcia Gatto (Rede Rio Criança); Margarida Prado (OAB RJ); Priscila Pires (Associação Beneficente São Martinho); Vanessa Cristina e Maura Nascimento Caetano (Movimento Moleque); Tomás Brito Soares (Estagiário São Martinho); Julia Pitassi (FJSFA Volta Redonda); Gabriel Bergone (FJSFA Volta Redonda); Lucas de Almeida (FJSFA Volta Redonda); Maria Lucia L. Francisco (RENAS RIO); Silvia Maria Costa(ABTA Itaperuna); Ari Alves da S. Junior (CMDCA Itaperuna /ABTA); Pedro Pedreira (CEDECA RJ); Igor Santos (FXM/FJCA); João Vitor Caetano (FXM/FJCA); Rebeca Cristina Cassiano (FXM/FJCA).

Ausências comunicadas: Luiza Coutinho (Grupo Pela Vidda Niterói); Maria Cristina V. de Giácomo (Pastoral da Criança- Mendes); Monica Alkmin (ODHPL); Marly de Souza (ACTERJ)

Metodologia: Convite enviado por EMAIL aos endereços eletrônicos cadastrados na mala direta do email forumdcaerj@gmail.com e também divulgado através das mídias “FACEBOOK” e “WHATSAPP”.

Pauta:

1. Avaliação de Proposta de Plano de Comunicação 2018 do Fórum DCAERJ; 2. Aprovação de calendário e locais de assembleias para 2018; 3. Formação Comissão de Adolescentes para Preparação das Conferências; 4. Assuntos Gerais e Informes FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ

forumdcaerj@gmail.com

Memória da Assembleia:

A assembleia teve início às 14h e 30 minutos com a aprovação da sugestão do grupo de adolescentes para que se reunissem em outra sala para debater o item 3 da pauta retornando para a continuidade da assembleia. A seguir, foram dadas as boas vindas de Margarida Prado, representante da OAB RJ (entidade anfitriã) que solicitou a inclusão de mais um item na pauta de forma emergencial devido à urgência para que este fórum possa aprovar sugestão para a reforma da Lei de criação do CEDCA RJ (Lei 1697/90) no artigo 7º que dispõe sobre a eleição conduzida pelo FÓRUM DCAERJ para indicar representantes não governamentais ao colegiado do CEDCA. O ponto de pauta foi aprovado e após breve debate foi aprovada a sugestão no quadro abaixo:

“Artigo 7º - As entidades não governamentais de atendimento direto, de defesa, de estudos, de pesquisas e de garantia dos direitos da criança e do adolescente deverão reunir-se em fórum próprio para escolher seus representantes que, no prazo

de 30 (trinta) dias antes do encerramento do mandato dos conselheiros não governamentais para indicar os membros efetivos e suplentes para compor o CEDCA. § 1o - A convocação do fórum com sua finalidade será formalizada através de comunicação do CEDCA 90 (noventa) dias antes do encerramento do mandato dos conselheiros; e respectivo edital do processo eleitoral divulgado através de diversas mídias eletrônicas em âmbito nacional; § 2o - Considera-se entidade não governamental de âmbito estadual aquela que abriga mais de um município, esteja em funcionamento há pelo menos um ano e legalmente constituída, destacadas as entidades profissionais, os fóruns, os movimentos e as redes, que possuem natureza distinta, como critério principal para a participação popular, disposta no Artigo 88-II da lei Federal 8069/90.”

A seguir foi feita a leitura da pauta por Ana Ribeiro, membro da Comissão Executiva do Fórum DCAERJ que agradeceu a presença de todos e solicitou que se apresentassem. Dando continuidade à assembleia foi sugerida e aprovada a inversão da pauta para que os adolescentes pudessem retornar, sendo assim no item 2 da pauta foi aprovado o calendário das assembleias como abaixo:

CALENDÁRIO 2018

Data Local Observação

10/jan Associação Beneficente São Martinho - Rio de Janeiro

Excepcionalmente a assembleia ocorrerá na

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com

Diante da demora da volta dos adolescentes o item 1 da pauta foi apresentado por Ana Leticia de M. Ribeiro (Rede não Bata Eduque) o Plano de Comunicação para 2018 e aprovado como abaixo:

PLANO DE COMUNICAÇÃO 2018

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proponente: Ana Leticia Ribeiro (Comunicação - Rede Não Bata, Eduque)

✓ Missão: promover e impulsionar a concretização dos direitos da infância e adolescência em todo o estado.

✓ Objetivos e atribuições gerais: mobilizar, articular e sensibilizar as organizações não governamentais e demais segmentos da sociedade civil; eleger os Representantes da Sociedade Civil para composição do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) a que se refere o artigo 7o da Lei Estadual No 1697/90; apoiar e auxiliar o desenvolvimento da ação dos Conselheiros Estaduais, representantes da sociedade civil, discutindo e propondo políticas, elaborando estudos e definindo estratégias para a interação das forças sociais no interesse da causa infanto-juvenil;

segunda 4afeira.

07/fev Pastoral do Menor – Glória Rio de Janeiro

07/mar MMSG – Movimento de Mulheres de São Gonçalo

04/abr CDH – Nova Iguaçu

02/mai CHEIFA – Jardim Gramacho

06/jun Casa da Criança – Volta Redonda

04/jul OAB RJ ou CRESS RJ A confirmar

01/ago ABTA - Itaperuna

05/set Casa do Menor São Miguel Arcanjo – Nova Iguaçu

03/out Pela Vidda Niterói

07/nov Fundação Xuxa Meneghel

05/dez OAB RJ

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com ✓ Integrantes: fóruns municipais e regionais no estado do Rio de Janeiro; organizações não-governamentais, em sentido estrito - ONG; institutos de pesquisa (autônomos); centros de formação; sindicatos; associações Civis; entidades religiosas; federações; universidades e escolas do Ensino Médio; movimentos; redes; outros segmentos organizados.

✓ Público-alvo: profissionais das áreas da Saúde, Assistência Social, Direito e Educação; líderes comunitários e religiosos; crianças, adolescentes e jovens; agentes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; comunicadores

● SUGESTÕES:

1 - Criação de Comissão de Comunicação composta, inicialmente, por:

✓ 1 (um) responsável pelo gerenciamento de redes sociais, ou seja, por filtrar o material recebido em grupos de whatsapp e de e-mail para publicação em redes sociais. Vale destacar que este deve ter em mente o calendário social atualizado. Sugestão de plataforma simples e gratuita de design: canva.com;

✓ 1 (um) responsável pelo envolvimento e mobilização dos jovens membros do Fórum na produção de conteúdo (vídeos, fotos e textos) para as redes sociais e site ou blog.

✓ 1 (um) responsável pela assessoria de imprensa, ou seja, por fechar releases e notas sobre denúncias, eventos e fatos ligados à área da infância e juventude, organizar mailing e realizar contato com a imprensa. Este seria responsável por redigir boletins e dispará-los para o mailing de contatos internos. Observação: Os releases, as notas públicas e a organização do mailing devem ser construídos em conjunto com a Comissão Executiva. Muitos destes textos serão aproveitados para o site ou blog.

✓ 1 (um) responsável por estruturar e alimentar site ou blog do Fórum com notas periodicamente e organizar os contatos dos membros e de parceiros estratégicos (instâncias de poder estaduais, por exemplo).

Observação: É muito importante que todos os responsáveis tenham em mãos a agenda atualizada de atividades do Fórum.

2 - Comunicação Interna:

✓ Ativação de grupo de e-mail dos membros para troca de informações, textos, links, material audiovisual, documentos importantes, pesquisas etc. O

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com objetivo do grupo é constituir um acervo formalizado e servir como canal complementar ao Whatsapp. Responsável (is): todos;

✓ Elaboração de boletim periódico com principais atividades do Fórum e dos membros, notícias da área da infância etc e envio para membros e contatos estratégicos. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à assessoria de imprensa (nome). Obs.: Periodicidade a combinar;

✓ Realizar contatos e parcerias com membros que trabalham juventude e comunicação para atividades de Educomunicação. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado ao envolvimento e mobilização de jovens (nome);

3 - Comunicação Externa:

✓ Pautar a imprensa com denúncias, divulgação de eventos, atividades e estudos com a participação do Fórum. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à assessoria de imprensa (nome);

✓ Criação de blog ou reativação do site (caso haja recurso). Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à estruturação e atualização de site ou blog (nome);

✓ Criação de perfil no Instagram. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado ao gerenciamento de redes sociais (nome);

✓ Atualização e manutenção de página no Facebook. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado ao gerenciamento de redes sociais (nome).

O item 3 da pauta, após o retorno dos adolescentes foi apresentado com a escolha de representantes para a Comissão de Conferências:

TITULAR - Rebeca Cristina Cassiano (FXM/FJCA) SUPLENTE - Julia Pitassi (FJSFA Volta Redonda)

Os adolescentes elegeram também seus representantes para a Comissão de Adolescentes que dará continuidade aos encontros no CEDCA:

TITULAR – João Vitor Caetano (FXM/FJCA) SUPLENTE- Gabriel Bergone (FJSFA Volta Redonda)

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com Neste item da pauta, cada um dos adolescentes fez uma autoapresentação e discorreu sobre dificuldades materiais e metodológicas para participar deste e outros espaços de controle social em seus municípios, o que certamente irá impactar na preparação das conferências em 2018. Encerraram suas falas ressaltando que a urgência para realizar essa eleição para enviar os nomes de representantes ao CONANDA, sem divulgação com prazo maior impediu que adolescentes de maior quantidade de regiões pudessem comparecer à assembleia com essa finalidade, lembrando também de outros motivos que também contribuem para o esvaziamento: época de provas escolares e falta de recursos disponibilizados para o transporte; e até estadia de adolescentes, vindos de municípios mais distantes.

No item 4 da pauta “Assuntos Gerais e Informes” foram feitas as seguintes informações:

- Maria de Fátima (CHEIFA) informou que faz parte da Comissão de Conferências no CEDCA e que a partir da próxima reunião ordinária do CEDCA (dia 13-12) vai informar ao Fórum DCAERJ sobre as orientações que serão enviadas aos municípios sobre o calendário e demais assuntos pertinentes. - Ana Paula Rodrigues (Fundação Xuxa Meneghel) fez um breve relato sobre a ida de duas jovens à plenária do CEDCA para protestar sobre a situação de crise e provável encerramento das atividades da Fundação. Relatou também que aquela plenária aprovou enviar ofício à Promotoria de Fundações em repúdio ao desmonte de tantos serviços prestados para a comunidade local encerrando uma trajetória exemplar de boas práticas no SGD do RJ e do Brasil. - Regina Leão (Pastoral do Menor) informou que irá representar a Pastoral do Menor no CONANDA e está inserida no GT de mobilização de adolescentes. - Marcia Gatto (Rede Rio Criança) fez o convite para a apresentação de sua tese de doutorado (Os indesejáveis das práticas dominantes) às 10h no dia 15-12 na UERJ 12o andar sala 12111.

Este item de pauta foi encerrado com um breve debate sobre o desmonte de tantos serviços governamentais e não governamentais no estado do RJ e a conclusão de que esta temática deverá estar presente nas próximas plenárias exigindo também posicionamentos deste Fórum DCAERJ.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JANEIRO 2018

Data: 06-12-2017 Quarta – feira Horário: 14h -17h Local: Associação Beneficente

São Martinho Endereço: Rua Riachuelo, 7 . Lapa Centro, Rio de Janeiro.

Assinaturas na folha de presença:

Ana Ribeiro (FENASE/FDCAERJ); Regina Leão (Mitra/ Pastoral do Menor/RJ); Maria de Fátima da Silva (Ass. PAMEN CHEIFA); Márcia Cristina M. Oliveira (Rede Não Bata Eduque); André Rangel (CONTATO); Ana Leticia de M. Ribeiro (Rede não Bata Eduque); Priscila Pires (Associação Beneficente São Martinho); Tomás Brito Soares (Estagiário São Martinho); Maria Lucia L. Francisco (RENAS RIO); Monica Cunha (Movimento Moleque) Marly de Souza (ACTERJ)

Metodologia: Convite enviado por EMAIL aos endereços eletrônicos cadastrados na mala direta do email forumdcaerj@gmail.com e também divulgado através das mídias “FACEBOOK” e “WHATSAPP”.

Pauta:

1. Confirmação do Plano de Comunicação 2018 do Fórum DCAERJ;
2. Recomposição da Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ;
3. Planejamento do calendário temático das assembleias em 2018;
4. Informes da Comissão de Adolescentes para Conferências e GT/Adolescente no CEDCA;
5. Assuntos Gerais e Informes;

Memória da Assembleia:

A assembleia teve início às 14h e 30 minutos com a fala de boas vindas de Priscila Pires, representante da instituição anfitriã. A seguir foi feita a leitura da pauta por Ana Ribeiro (FENASE), membro da Comissão Executiva do Fórum DCAERJ que agradeceu a presença de todos e solicitou que se apresentassem. O item 1 da pauta foi adiado aguardando a chegada de Ana Leticia de M. Ribeiro (Rede não Bata Eduque). No item 2 da pauta, Ana Ribeiro (FENASE) avisou que deverá se ausentar da Comissão Executiva por motivos de saúde e espera que até a assembleia de março esta função seja preenchida. No item 3 da pauta foi revisto o calendário das assembleias, e as sugestões de temas foram: 1- conferências livres e conferências DCA municipais como um dos temas recorrentes e mobilizador da participação de crianças e adolescentes nos grêmios estudantis e outros espaços de controle social; 2- realizar outro Encontro Crianças e Adolescentes do Fórum DCAERJ privilegiando a participação de crianças; 3- articulação com outros fóruns (FEPETI); 4- formação e capacitação sobre espaços de controle social DCA no SGD. Foi acordado que no mês de março os temas sejam revistos. Outro acordo entre os presentes foi sobre a plenária de fevereiro que costuma ser muito esvaziada por conta do Carnaval que poderia ser substituída pela participação de crianças, adolescentes membros do

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com Fórum DCAERJ no bloco de crianças e adolescentes da
Associação São Martinho que concentrará na instituição no dia 8 de fevereiro, e
desfilará pelo bairro da Lapa. A ideia é compor uma ala do Fórum DCAERJ e usar o
banner do Fórum DCAERJ como um estandarte.

CALENDÁRIO 2018

Data Local Observação

10/jan Associação Beneficente São Martinho - Rio de Janeiro Excepcionalmente a
assembleia ocorrerá na segunda 4afeira.

07/fev Pastoral do Menor – Glória Rio de Janeiro 8 de fevereiro – Participação do
Fórum DCAERJ no bloco das crianças e adolescentes da São Martinho.

07/mar MMSG – Movimento de Mulheres de São Gonçalo

04/abr CDH – Nova Iguaçu

02/mai CHEIFA – Jardim Gramacho

06/jun Casa da Criança – Volta Redonda

04/jul OAB RJ ou CRESS RJ A confirmar

01/ago ABTA - Itaperuna

05/set Casa do Menor São Miguel Arcanjo – Nova Iguaçu

03/out Pela Vidda Niterói

07/nov Fundação Xuxa Meneghel

05/dez OAB RJ

Com a chegada de Ana Letícia (Rede Não Bata Eduque) o Plano de Comunicação e
o fluxo de atividades de assessoria de imprensa foram revistos e aprovados com a
ressalva da necessidade de haver uma maior mobilização para que as funções
sejam preenchidas por membros deste Fórum, principalmente adolescentes e não
sobrecarregue Ana Letícia como proponente e responsável pelo plano.

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com

PLANO DE COMUNICAÇÃO 2018

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proponente: Ana Leticia Ribeiro (Comunicação - Rede Não Bata, Eduque)

✓ Missão: promover e impulsionar a concretização dos direitos da infância e adolescência em todo o Estado do RJ.

✓ Objetivos e atribuições gerais: mobilizar, articular e sensibilizar as organizações não governamentais e demais segmentos da sociedade civil; eleger os Representantes da Sociedade Civil para composição do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) a que se refere o artigo 7º da Lei Estadual No 1697/90; apoiar e auxiliar o desenvolvimento da ação dos Conselheiros Estaduais, representantes da sociedade civil, discutindo e propondo políticas, elaborando estudos e definindo estratégias para a interação das forças sociais no interesse da causa infanto- juvenil;

✓ Integrantes: fóruns municipais e regionais no estado do Rio de Janeiro; organizações não-governamentais, em sentido estrito - ONG; institutos de pesquisa (autônomos); centros de formação; sindicatos; associações Civis; entidades religiosas; federações; universidades e escolas do Ensino Médio; movimentos; redes; outros segmentos organizados.

✓ Público-alvo: profissionais que atuam na defesa e garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em todas as áreas; líderes comunitários e religiosos; crianças, adolescentes e jovens; agentes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; comunicadores

● SUGESTÕES:

1 - Criação de Comissão de Comunicação composta, inicialmente, por:

✓ 1 (um) responsável pelo gerenciamento de redes sociais, ou seja, por filtrar o material recebido em grupos de whatsapp e de e-mail para publicação em redes sociais. Vale destacar que este deve ter em mente o calendário social atualizado. Sugestão de plataforma simples e gratuita de design: canva.com;

✓ 1 (um) responsável pelo envolvimento e mobilização dos jovens membros do Fórum na produção de conteúdo (vídeos, fotos e textos) para as redes sociais e site ou blog.

✓ 1 (um) responsável pela assessoria de imprensa, ou seja, por fechar releases e notas sobre denúncias, eventos e fatos ligados à área da infância e juventude,

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com organizar mailing e realizar contato com a imprensa. Este seria responsável por redigir boletins e dispará-los para o mailing de contatos internos. Observação: Os releases, as notas públicas e a organização do mailing devem ser construídos em conjunto com a Comissão Executiva. Muitos destes textos serão aproveitados para o site ou blog.

✓ 1 (um) responsável por estruturar e alimentar site ou blog do Fórum com notas periodicamente e organizar os contatos dos membros e de parceiros estratégicos (instâncias de poder estaduais, por exemplo).

Observação: É muito importante que todos os responsáveis tenham em mãos a agenda atualizada de atividades do Fórum.

2 - Comunicação Interna:

✓ Ativação de grupo de e-mail dos membros para troca de informações, textos, links, material audiovisual, documentos importantes, pesquisas etc. O objetivo do grupo é constituir um acervo formalizado e servir como canal complementar ao Whatsapp. Responsável (is): todos;

✓ Elaboração de boletim periódico com principais atividades do Fórum e dos membros, notícias da área da infância etc e envio para membros e contatos estratégicos. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à assessoria de imprensa (nome). Obs.: Periodicidade a combinar;

✓ Realizar contatos e parcerias com membros que trabalham juventude e comunicação para atividades de Educomunicação. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado ao envolvimento e mobilização de jovens (nome);

3 - Comunicação Externa:

✓ Pautar a imprensa com denúncias, divulgação de eventos, atividades e estudos com a participação do Fórum. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à assessoria de imprensa (nome);

✓ Criação de blog ou reativação do site (caso haja recurso). Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado à estruturação e atualização de site ou blog (nome);

✓ Criação de perfil no Instagram. Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado ao gerenciamento de redes sociais (nome);

FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RJ
forumdcaerj@gmail.com ✓ Atualização e manutenção de página no Facebook.
Responsável: membro da Comissão de Comunicação citado no item 1 relacionado
ao gerenciamento de redes sociais (nome).

Fluxo Assessoria de Imprensa

Fato /evento/denúncia discutido(a) em reunião/ plenária. Decisão conjunta se será
divulgado na imprensa em nome do Fórum e qual vai ser o recorte dado.

Construção pela Comissão Executiva e o responsável pela Assessoria de Imprensa
de Nota Pública ou Release com as principais informações: o que, como, quando,
onde, por que, e quem, seguindo o recorte estabelecido.

Divulgação da nota ou release como sugestão de pauta para o mailing de imprensa,
por meio de e-mails e telefonemas.

Monitoramento da pauta junto aos veículos. Em caso de evento, acompanhar os
repórteres que comparecerem, sugerindo fontes, mediando contatos e fornecendo
informações.

Clipping (reunião de todas as notícias publicadas sobre o fato, evento ou denúncia)

O item 4 da pauta não foi apresentado por não haver informações e nem
adolescentes nesta plenária. No item 5 da pauta “Assuntos Gerais e Informes” foram
feitas as seguintes informações:

✓ Regina Leão informou que ira representar a Pastoral do Menor na reunião do
CONANDA em fevereiro e trará as orientações sobre a mobilização para a
participação de adolescentes nas conferências livres e conferências municipais em
2018 para a próxima plenária do Fórum DCAERJ.

Comissão Executiva do Fórum DCA ERJ

ANEXO C- Ficha de Filiação

DATA: ____/____/____ CADASTRO: _____

FICHA DE FILIAÇÃO AO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FÓRUM DCA /ERJ

1. NOME DA ENTIDADE/MOVIMENTO:

2. CNPJ:

3. ENDEREÇO PRINCIPAL:

4. MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO:

5. TEL/CEL

6. SITE E/OU EMAIL INSTITUCIONAL:

7. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA FINALIDADE/MISSÃO/OBJETIVOS DA ENTIDADE:

8. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE:

9. INDICAÇÃO TITULAR E SUPLENTE PARA PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO FÓRUM DCA/ERJ REPRESENTANDO A ENTIDADE:

TITULAR:

FUNÇÃO NA ENTIDADE:

SUPLENTE:

FUNÇÃO NA ENTIDADE:

10.NESTA DATA DECLARO TER RECEBIDO UMA CÓPIA DO REGIMENTO INTERNO VIGENTE DO FÓRUM DCA/ERJ E CONCORDO EM CUMPRIR SEU INTEIRO TEOR NA CONDIÇÃO DE ENTIDADE/MOVIMENTO FILIADO.

11.RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: (NOME E FUNÇÃO)

ASSINATURA